



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA –
UFC/UNILAB

DINGANA PAULO FAIA AMONA

NARRATIVAS SOBRE A *GUINENDADE/I*: IDENTIDADE NACIONAL E
DIVERSIDADE ÉTNICA NA GUINÉ-BISSAU

FORTALEZA

2020

DINGANA PAULO FAIA AMONA

NARRATIVAS SOBRE A *GUINENDADE/I*: IDENTIDADE NACIONAL E
DIVERSIDADE ÉTNICA NA GUINÉ-BISSAU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFC/UNILAB como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia. Área de concentração: Antropologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Susana Alem Abrantes.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Amona, Dingana Paulo Faia.

Narrativas Sobre a Guinendade/i : identidade nacional e diversidade étnica na Guiné-Bissau /
Dingana Paulo Faia Amona. – 2020.
98 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-
graduação em Antropologia, Fortaleza, 2019.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Carla Susana Alem Abrantes.

1. Guiné-Bissau. 2. Identidade. 3. Nacionalismo. 4. Diversidade Social e Cultural. I. Título.

CDD 301

DINGANA PAULO FAIA AMONA

NARRATIVAS SOBRE A *GUINENDE/I*: IDENTIDADE NACIONAL E
DIVERSIDADE ÉTNICA NA GUINÉ-BISSAU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia –UFC/UNILAB como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia. Área de concentração: Antropologia.

Aprovada em: 10 / 11 / 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Carla Susana Alem Abrantes (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Artemisa Odila Cande Monteiro (Externa ao Programa)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Maria Macêdo Barroso (Externa ao Programa)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Kleyton Rattes (Interno ao Programa)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha mãe Furtunata Oliveira (*in memoriam*), que se faz presente em todos os dias da minha vida, sei que de seu lugar olha por mim, sofre com minhas derrotas e rejubila comigo em minhas vitórias...

Ao meu pai Paulo Faia Amona, que consegue ser pai e mãe e ainda companheiro, ao mesmo tempo...

...DEDICO

AGRADECIMENTO

Aos meus Ancestrais e N'Ghala, por terem me acompanhado nessa jornada dando a saúde e força para superar as dificuldades. De modo geral, dirijo o meu agradecimento ao Ministério de Educação do Brasil (MEC), por ter sempre prestado apoios aos estudantes dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) pela concessão da Bolsa de estudos durante esses dois anos de mestrado.

De modo particular, agradeço, sobretudo, à minha família, e algumas pessoas que considero especiais, pelo apoio incondicional, pelo carinho incansável e constante.

À professora Carla Susana Alem Abrantes por ser a minha inspiração, e que por todos esses anos desde graduação teve a paciência em me orientar, e nessa etapa, dirijo o meu reconhecimento e a gratidão pelas valiosas contribuições dadas durante todo o processo da realização dessa pesquisa.

Aos meus pais, em especial à minha mãe, Furtunata Oliveira (in memoriam), que imagino sua vibração se estivesse aqui, por mais uma vitória em minha vida, e para me dizer: “... não tenha medo e siga sempre em frente.” Por falar em família, devo adiantar de logo os meus agradecimentos à minha tia Rosa Amona, pela amizade, amor, força e palavras de incentivo em todos os momentos da minha vida, aos meus tios/as Mario Joaquim Amona; Duarte Amona; Nascimento Oliveira; Simone Oliveira; aos primos/as João Paulo Baio; N'funi Mario Amona; Tchungana Mario Amona, N'tchonba José N'dibe; Abna José Amona; Nhinba Manuel Faia Amona; aos meus irmãos Quintande Paulo Faia Amona; Tcheder Paulo Faia Amona; Sulnate Paulo Faia Amona; Quidã Paulo Faia Amona; Sifna Paulo Faia Amona e à minha madrastra Memba José da Silva.

Aos interlocutores por me acolherem e pelo tempo concedido nas entrevistas. Aqui eu faço um agradecimento especial ao Miguel de Barros, por ter me recebido de braços abertos, literal e simbolicamente. Miguel me aconselhou e chamou minha atenção quando foi preciso para determinadas coisas e creio que aprendemos muito, um com o outro, nesses períodos da convivência. Foi um privilégio, ter conhecido você. Isso me abriu várias portas. Arrisco dizer que não teria concluído essa pesquisa com tanto segurança se não fosse as suas dicas e pontes.

Agradeço aos professores Segone Cossa, Artemisa Odila Cande Monteiro e a Denise Ferreira da Costa Cruz, que compuseram a banca de qualificação e deram importantes contribuições para a realização deste trabalho.

Aos membros da banca de avaliação, por terem aceitado o convite e pelas contribuições.

Devo gratidão, também, aos meus amigos, Kennedy Augusto Beer, Francisca Alana da OliveiraSilva, Mamadu Jalo (Cubilas); Uffe Vieira Gomes; Genésio Justino Gomes de Sá, Mikail de Pina; Mamadu Camara, Farã Vaz, Luís Filipe Sá Perreira e a Peti Mama Gomes, que ao longo dessa caminhada contribuíram para solidificação do conhecimento e para momentos de descontração, tão importantes para aliviar o cansaço.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

Os guineenses são, simultaneamente, iguais e diferentes. Se eles são iguais perante a lei (Constituição da República da Guiné-Bissau no artigo 24º), são diferentes quanto às origens, culturas e simbologias. É, pois, necessário reconhecer a diversidade étnica da Nação guineense e, sobretudo, defender o princípio segundo o qual não existe, no território guineense, uma etnia ou grupo dominante ao ponto de sobrepor a sua língua e costumes aos outros grupos. Para isso, o presente estudo tem como objetivo principal entender como se constituem as narrativas sobre a identidade nacional, assentes na unidade e diversidade. Portanto, equacionou-se levar a cabo nesta dissertação uma discussão do estado da arte das narrativas discursivas que emergem a partir da identidade nacional e étnica, a qual estará em debate e análise a partir do que se compreende como *Guinendade/i*. Importa salientar, também, que esta pesquisa busca espelhar o tempo presente, principalmente, em 1992, o ano da abertura política para o período atual, por se tratar de um período que marcou as tensas disputas identitárias baseadas no pertencimento étnico. Assim, coloca em suspensão as narrativas sobre a “unidade nacional” que tem como principal bandeira a “Luta Armada”, o que consequentemente condiciona a volta ao passado no processo de construção dos discursos e das orientações identitárias. Orientado pelo método etnográfico através da técnica de pesquisa de campo, esta investigação se baseia na descrição densa. Assim, toda a discussão sobre a “identidade nacional” contou com a contribuição de interlocutores/as, com os quais se estabeleceu um diálogo profícuo e duradouro. Conclui-se que é impossível fazer uma análise e debate sobre o conceito da identidade nacional, sem que se faça uma discussão sobre as categorias Nação, Nacionalismo e que, no caso da Guiné-Bissau, também precisa considerar outros elementos tais como as narrativas do passado de luta de libertação nacional e as variáveis étnicas. A identidade nacional em um espaço territorial de muita diversidade social e cultural só pode ser compreendida a partir de uma aproximação aos indivíduos e grupos que a constroem ao longo do tempo.

Palavras-Chave: Guiné-Bissau. Identidade. Nacionalismo. Diversidade Social e Cultural.

ABSTRACT

The Guineans are, simultaneously, the same and different, because, if they are equal before the law (The Constitution of the Republic of Guinea-Bissau in article 24), they are different in their origins, cultures and symbologies. It is therefore necessary to recognize the ethnic diversity of the Guinean nation and, above all, to defend the principle that there is no dominant ethnic group in the Guinean territory to the point of superimposing its language and customs on other groups. To this end, the main objective of the present study is to understand how narratives about “national identity” is interlaced from the perspective of unity and diversity. Therefore, a discussion through the actions that, in the case of Guinea-Bissau, emerge from the “national identity”, which will be in debate and analysis from what is understood as *Guinendade/i*, has been considered in this dissertation. It is also important to point out that this research seeks to mirror the present time mainly in the years 2019-2020 in the legislative and presidential elections, as it was a period that marked the tense identity disputes based on ethnic and regional belonging. Thus, it puts in suspension the narratives about "national unity" that has as its main flag the “Armed Struggle”, which consequently conditions the return to the past in the process of building discourses and identity guidelines. Guided by the ethnographic method through the technique of field research, this research is based on dense description. Thus, the entire discussion on “national identity” relied on the contribution of interlocutors, with whom a fruitful and lasting dialogue was established. It is concluded that it is impossible to make an analysis and debate on the concept of national identity without a discussion on the categories Nation, Nationalism, and that, in the case of Guinea-Bissau, it is also necessary to consider other elements such as the narratives of the “national liberation struggle” past and ethnic variables. The “national identity” in a territorial space of much social and cultural diversity can only be understood from an approach to the individuals and groups that build it over time.

Keywords: Guinea-Bissau. Identity. Nationalism. Social and Cultural Diversity.

RÉSUMÉ

Les Bissau-guinéenne sont à la fois identiques et différents. S'ils sont égaux devant la loi (constitution de la République de Guinée-Bissau à l'article 24), ils sont différents en termes d'origines, de cultures et de symboles. Il faut donc reconnaître la diversité ethnique de la nation Bissau-guinéenne et, surtout, défendre le principe selon lequel il n'y a pas d'ethnie ou de groupe dominant sur le territoire Bissau-guinéenne au point de chevaucher sa langue et ses coutumes avec d'autres groupes. Pour cela, la présente étude a pour objectif principal de comprendre comment les récits sur «l'identité nationale» s'entremêlent du point de vue de l'unité et de la diversité. Par conséquent, il a été décidé de mener une discussion dans cette thèse à travers les actions qui, dans le cas de la Guinée-Bissau, émergent de «l'identité nationale», qui seront débattues et analysées à partir de ce que l'on entend par *Guinendade/i*. Il convient également de noter que cette recherche cherche à refléter le temps présent, principalement les années 2019-2020 lors des élections législatives et présidentielles, car c'est une période qui a marqué les conflits d'identité tendus basés sur l'appartenance ethnique et régionale. Ainsi, elle suspend les récits sur «l'unité nationale» dont la bannière principale est le «combat armé», qui conditionne par conséquent le retour dans le passé dans le processus de construction des discours et des orientations identitaires. Guidée par la méthode ethnographique à travers la technique de recherche sur le terrain, cette enquête repose sur une description dense. Ainsi, toute la discussion sur «l'identité nationale» a eu la contribution d'interlocuteurs, avec lesquels un dialogue fructueux et durable s'est établi. Nous concluons qu'il est impossible de mener une analyse et un débat sur le concept d'identité nationale, sans faire une discussion sur les catégories Nation, Nationalisme et que, dans le cas de la Guinée-Bissau, il faut aussi considérer d'autres éléments tels que les récits de la «lutte de libération nationale» passée et variables ethniques. L'«identité nationale» dans un espace territorial d'une grande diversité sociale et culturelle ne peut être appréhendée qu'à partir d'une approche des individus et des groupes qui la construisent au fil du temps.

Mots clés: Guinée-Bissau. Identité. Nationalisme. Diversité sociale et culturelle.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	OS PASSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	22
2.1	Da pergunta formulada ao objeto definido	22
2.2	A Guinendade/i antes da pesquisa	22
2.3	Da diáspora: uma nova compreensão da Guinendade/i.....	23
2.4	Projeto do Mestrado.....	25
2.5	Dos primeiros contatos a definição dos meus interlocutores.....	27
2.6	Perfil dos meus interlocutores	28
2.7	Entrevistas	30
2.8	Da participação Feminina a um novo objeto definido	32
2.9	A interação com as minhas interlocutoras	32
3	TCHON: NAÇÃO, ETNIA E A IDENTIDADE ÉTNICA NA GUINÉ-BISSAU.....	35
3.1	Por que o Tchon?	35
3.2	A Nação e os seus entendimentos	38
3.3	Etnia, Etnicidade e a Identidade Étnica	42
3.4	Identidade Étnica	46
3.5	A Identidade vinculada ao Tchon	49
3.6	O Tchon e o Sagrado: Tabancas e Moransas como bases da produção identitária.....	51
4	A IDENTIDADE NACIONAL COMO VALOR EM CONSTRUÇÃO: O PAIGC E LUTAPELA GUINENDADE/I.....	55
4.1	O nacionalismo e as narrativas de formação nacional.....	57
4.2	O Homem novo do Cabral e a narrativa sobre a Guinendade/i	66
5	TENSÕES EM TORNO DAS CONSTRUÇÕES SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL.....	78
5.1	A identidade Nacional e a diversidade: entre o crioulo e a Guinendade/i.....	78
5.2	O multipartidarismo e as novas narrativas nacionais do estado guineense.....	83
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS.....	95

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta um estudo sobre a identidade nacional na Guiné-Bissau. Procura-se abordar aqui como são criadas as narrativas sobre a identidade nacional entrelaçadas a partir da perspectiva da “diversidade étnica” e da “unidade nacional” em Guiné-Bissau pelos meus interlocutores. Nesse sentido, procurei compreender o caráter simbólico atribuído à *Guinendade/i*¹ como a categoria representativa da “identidade nacional” guineense e a sua consequente ligação com a diversidade étnica, Luta Armada² e a “unidade nacional”.

Devo ressaltar que este estudo fará uma incursão cronológica com narrativas que atendem ao período de 1992 ao ano de 2019. A escolha de 1992 justifica a abertura política e 2019, as eleições legislativa e presidencial, marcadas por discursos incendiários com base nos divisionismos étnicos e religiosos, que marcam o ponto máximo daquilo que eu considero de “reconversão do projeto nacional” definido e liderado pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) a décadas, devido às eleições presidenciais e legislativas que aconteceram desde 1994 até a última de 2019, servindo de instrumentos de uma confrontação política marcada pelos discursos e disputas de pertencimento étnico e religioso, o que consequentemente coloca em cheque as narrativas sobre a “Unidade Nacional” que veio desde períodos da Luta Armada. Sendo assim, faz-se necessário ressaltar que, a partir das narrativas produzidas no presente por meus interlocutores, em certos momentos, para ser entendido, precisei ir além da baliza cronológica anteriormente ressaltada.

A intenção inicial desta pesquisa era a de realizar uma etnografia sobre a *Guinendade/i*, quer dizer, entender como essa categoria identitária é narrada por aqueles que chamei de intelectuais e grupos artísticos. Neste sentido, tratava-se do desafio de realizar uma etnografia com professores e pesquisadores em diferentes instituições de pesquisa e de ensino superior na Guiné-Bissau e com diferentes personalidades ligadas ao universo da música guineense. Seguindo com esse objeto de pesquisa, durante o trabalho de campo, inúmeras outras questões foram sendo descobertas, perfazendo, assim, a necessidade de não só focar na compressão da

¹ A grafia utilizada nesta dissertação utiliza as aspas para suspender o sentido imediato de termos encontrados no contexto de pesquisa e para citações de autores e entrevistados, como é usual. O itálico é utilizado para enfatizar categorias centrais que são objeto da análise. No caso do termo *Guinendade/i* em, está grafada com uma barra seguida de um “i” por não existir um consenso sobre a sua grafia - em alguns trabalhos ela é escrita com “e” no final e nos outros aparecem com “i” no final. Trata-se de um posicionamento do autor de incorporar a grafia em língua portuguesa e em língua crioula ao mesmo tempo.

² Luta Armada com letras maiúsculas é a forma utilizada na linguagem corrente nacional.

Guinendade/i, mas, sim, tomando o entendimento e narrativa sobre diversos assuntos, que vão desde diferentes vínculos de pertencimento até as relações simbólicas (casamentos, natureza, e espaços sociais), temáticas que foram tomadas por meus interlocutores como parte importante para o debate da identidade a partir da perspectiva da unidade e da diversidade.

Percepções Identitárias

Esta pesquisa escrutinou um tema que no contexto guineense é polêmico, na medida em que mexe com as sensibilidades de muitas pessoas pelo fato da intensa confrontação identitária que se viu durante todo o período pós-independência, mas que, para muitos, chegou ao seu ponto mais alto nas eleições de 2019, nas quais os candidatos ao mais alto cargo da nação e os seus apoiadores elevaram os seus discursos ao pertencimento de certas identidades, seja ela étnica, assim como religiosa. Para a compreensão do que seria a identidade nacional, Focna e Gabarra (2019, p.131) consideram que esta é um produto da sociedade e deriva de uma construção histórica, calcada em um processo educacional, não apenas de maneira formal, mas também se utilizando de outros artefatos para proporcionar o amor à pátria aos cidadãos”.

Por ser um produto social e que dele é construída, a discussão e o estudo sobre a identidade é algo que ultrapassa uma só disciplina, porque compreende um campo interdisciplinar vastíssimo. Como explica Gilroy (2007), “o termo identidade” alcançou em tempos recentes uma grande ressonância, tanto dentro quanto fora do mundo acadêmico. Este autor oferece muito mais do que uma maneira óbvia e de senso comum para se falar sobre individualidade, comunidade e solidariedade” (GILROY, 2007, p.123). Porém, pelo fato de ser um instrumento interdisciplinar, Gilroy (2007, p.124) destaca que “há mais coisas em jogo no atual interesse pela identidade do que aquilo que costumamos perceber”. Amselle e N’Bokolo (2017, p.18) apontam que a identidade social e individual é definida tanto pelo fechamento em si, quanto pela abertura ao outro, sendo que estes autores foram mais longe em afirmar que “a identidade é ao mesmo tempo singular e plural, que se pode a um só tempo conseguir respeitar as diferenças culturais e fundi-las em uma humanidade comum”.

Contudo, Gilroy (2007) enfatiza que “a identidade se torna uma questão de poder e autoridade quando um grupo procura realizar a si próprio de uma forma política. Este grupo pode ser uma nação, um Estado, um movimento, uma classe, ou alguma combinação instável de todos eles” (p.126). Segundo Nhaga (2011, p. 62), “a identidade nacional é um conjunto de crenças e representações simbólicas que dão sentido ao conceito individual de cidadania”.

O termo identidade também é usado para descrever a diferença ou a similitude entre os indivíduos e se constitui como um fenômeno que se constrói de forma dialética entre o

indivíduo e a sociedade, ou seja, os indivíduos criam as suas identidades por meio de confrontos e convivência. Para Cahen (2001, p.129), “o processo de produção da identidade é uma ‘invenção’ permanente a uma trajetória”. Assim, as experiências pessoais vão criando um arcabouço cultural que consolida as várias identidades que o sujeito pode adquirir durante a vida. Portanto, compreende-se que a identidade é um produto social que, muitas vezes, se estabelece de forma complexa e conflituosa, sem nunca chegar a se consolidar. Conforme Stuart Hall (2006, p.7), a identidade é fluida e depende das situações sociais do indivíduo, para que ele se afirme ou seja inserido no grupo. Este autor ainda coloca que a identidade está relacionada aos valores, às crenças, aos objetivos de vida do indivíduo e a sua aplicabilidade tem a ver com a relação do indivíduo com a sociedade. Portanto, a identidade é um processo que está sempre em construção.

Pelas questões supracitadas, é perceptível que o conceito de identidade emerge em várias discussões e debates teóricos e políticos, principalmente, em relação à etnicidade, ao nacionalismo e às demais categorias que se referem ao pertencimento. No caso específico do aspecto étnico, baseei na obra de Jean-Loup Amselle e Elikia M’bokolo, intitulado “No centro da etnia: etnia, tribalismo e estado na África”, com intuito de demarcar de inúmeras definições que se dão à questão étnica no contexto africano em diferentes períodos históricos com propósitos políticos; através desta obra, os autores efetuaram uma reconstrução minuciosa do que seria a moderna etnicidade no continente africano.

Ademais, voltando para a compreensão sobre a identidade, no caso específico de uma nação, compreende-se que esta ganha diferentes formas dependendo do projeto nacional, pois:

A nação é uma comunidade de cidadãos de um Estado, vivendo sob o mesmo regime ou governo e tendo uma comunhão de interesses; a coletividade de habitantes de um território com tradições, aspirações e interesses comuns, subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo. (HOBSBAWM, 1990, p. 28).

Considerando a citação anterior, faz-se necessário destacar que no caso da nação guineense, a minha experiência etnográfica me possibilitou compreender que, pela sua especificidade social e cultural que é diversa e por conta da forma como este conquistou a sua independência na mão de Portugal, a unidade nacional é definida como ponto central do projeto nacional pelo PAIGC e disso que emergem muitas narrativas e uma compreensão sobre a identidade nacional neste país africano.

Contextualização histórica e geográfica

A partir dos elementos supracitados, convenhamos fazer uma breve contextualização histórica e geográfica do território, em relação ao qual esse estudo se definiu como objeto. A Guiné-Bissau é um país com 36.125 km², situado na costa ocidental do continente africano,

entre o território do Senegal (que lhe serve de fronteira ao norte), a República da Guiné-Conacri³ (delimitando leste e sul) e o Oceano Atlântico (a oeste). A independência do país é bastante recente devido a séculos da ocupação colonial portuguesa⁴. Segundo Santy (2017, p.41), existem, pelo menos, duas teses que concorrem para explicar a formação territorial da atual Guiné-Bissau e a configuração social que ali foi desenvolvida, são elas: as teses que focalizam a variável exógena e a endógena. Nas palavras do autor:

A tese que privilegia a variável exógena é fundamentada na presença portuguesa nas costas da Guiné a partir do século XV, tida como o evento sociopolítico mais importante, senão determinante, para a Guiné-Bissau. Por seu turno, a tese centrada em processos endógenos, a mais recente, que começou a ser consolidada a partir da década de 1970, se baseia como historiografia interna à África, reduzindo o peso externo para explicar como este espaço se formou. Esta última recorre às configurações sociopolíticas anteriores à presença portuguesa e com a qual os portugueses, em certa medida, vão ter que conviver e negociar até século XIX, sem que possam determinar totalmente o conjunto das relações estabelecidas, como advoga a tese que focaliza o peso do fator exógeno na construção guineense (SANTY, 2017, p.41).

Sendo assim, a tese que defende os processos endógenos, é o que apresenta maior consistência para prover elementos analíticos sobre o que esse estudo pretende demandar.

Figura 1 – Mapa da Guiné-Bissau



Fonte: <https://www.google.com/search?q=GuinéBissau+na+mapa+de+africa&sxsrf>: Acesso em 21 de outubro de 2019.

Segundo Djaló (2009, p.11), o país ainda sofre as consequências de uma dominação colonial prolongada por cinco séculos. Tornou-se independente de Portugal, antiga potência

³ Ambos os países, Guiné Conacri e Senegal, foram colonizados pela França.

⁴ Cf. Lopes (2003) - Os rios da Guiné e as ilhas de Cabo Verde estiveram dentre as primeiras regiões da África a serem exploradas pelos portugueses. O navegador português Álvaro Fernandes chegou à Guiné em 1446 (Nuno Tristão segundo outras fontes) e reclamou a posse do território, porém poucas feitorias de comércio foram estabelecidas antes de 1600.

colonizadora, em 24 de setembro de 1973, reconhecida em 1974, depois de onze anos de uma dura luta armada pela sua libertação, que terminaria com o reconhecimento da sua soberania pela antiga metrópole portuguesa em um contexto de descolonização.

Jaló (2014, p.87) considera que o território da Guiné-Bissau é diminuto em termos populacionais. Entretanto, o país possui uma notável diversidade cultural e étnica, com cerca de trinta etnias, cada uma com a sua língua e suas matrizes culturais próprias. Tais grupos étnicos são distribuídos em oito regiões do país, sendo assim apresentados em ordem da importância numérica: *Balantas, Fulas, Mandingas, Manjacos, Papéis, Mancanhas/Brames, Beafadas, Bijagós, Felupes, Balanta-Mané, Mansoanca-Cunante, Baiote, Nalus*⁵, e outros grupos menores, incluindo “lusó-africanos” ou “crioulos”⁶. Desses grupos aqui apresentados, existem ainda subdivisões dentro de cada grupo étnico.

Diante do exposto, Djaló (2009, p.52) ressalta que a população da Guiné-Bissau, hoje, está estimada em pouco mais de um milhão e quinhentos mil habitantes⁷ (1.500.000). Formada por uma variedade de etnias, percebido por intelectuais e pela população local como a sua característica mais marcante.

A Guiné-Bissau está dividida em três províncias: Leste, Norte e Sul ou Meridional, para além do Setor Autônomo de Bissau (SAB – Capital do país). Sendo assim, o último censo realizado em 2009 aponta que o Sector Autônomo de Bissau (SAB) possui 2,1% da superfície total, que é ocupada por 20% da população total do país; a província Leste, composta pelas regiões de Bafatá e Gabu, ocupa maior superfície do território nacional, com 42%, e habitada por 28,7% da população; a província Norte, composta pelas regiões de Biombo, Cacheu e Oio, cuja superfície é de 31,6%, é a que comporta o maior contingente da população, com 36,9%; e a província Sul, que agrupa as regiões de Bolama, Quínara e Tombali, tem uma extensão de 26,22% da superfície e abriga 14,4% da população total⁸.

De modo geral, o país é composto tanto por guineenses pertencentes às diferentes etnias, como por “crioulos” de descendência cabo-verdiana e por filhos de imigrantes de outras nacionalidades que nasceram na Guiné-Bissau. Portanto, essa mistura resultou em muitas diversidades dentro do território Nacional – Estado-Nação, “construído” depois da independência, em 24 de setembro de 1973, não conseguiu equacionar as diferenças de ordem

⁵ Estão em itálico por serem nomes de grupos étnicos que compõem mosaico étnico guineense.

⁶ Descendentes de uma família miscigenada, principalmente entre portugueses e nativos, ou entre os cabo-verdianos e os originários da Guiné-Bissau é a característica essencial de luso-africanos. Estes últimos eram os funcionários coloniais, que também detiveram o poder político após a independência.

⁷ cf. CANDÉ MONTEIRO (2013).

⁸ Cf. Censo de 2009

étnica, conforme se percebe pelas discussões recorrentes em debates na mídia e nos espaços intelectuais e políticos.

Entende-se que a forma como a luta armada foi conduzida e a consequente proclamação da Independência da Guiné-Bissau de forma unilateral em 24 de setembro de 1973 foram fatores determinantes que impulsionaram a criação de um imaginário daquilo que se chama da Identidade Nacional. Segundo Candé Monteiro (2013, p.55), “o que existia antes eram as identidades étnicas, não existia uma questão de dimensão forte que impactava todos os grupos a reboque de impulsionar a ideia da unidade nacional, isso só veio a acontecer já no processo da mobilização para luta da libertação nacional”. Para a compreensão do processo que instigou o desejo sobre a construção de uma Identidade Nacional, assim como o quadrante das identidades étnica faz-se necessário voltarmos ao passado. Mone (2014, p.18), ao referir-se à identidade nacional, destaca a Luta de Libertação Nacional como o cerne e o elemento fundante que forjou a “criação” da Nação guineense e que postergou a ideia da identidade Nacional; porém ressalta que, “no processo de luta armada da independência, o principal projeto do PAIGC era de: Unidade, Luta e Progresso, na Guiné e Cabo Verde. Ou seja, havia um projeto de se estabelecer a unidade nacional” (p.18), e que na base disso sejam construídos fatores integradores da identidade guineense, uma vez que houve discórdias em alguns momentos da luta provocadas pelas diferenças étnicas. Nesse contexto, os *Burmedjus*⁹ que, segundo Pereira *apud* Candé Monteiro (2013, p.64), “são os mestiços”, porém, estes eram vistos com certa descrença, existindo também a desconfiança até mesmo entre os pretos, que são de culturas e espaços sociais diferentes, o que determina reações dispersas que também provocou, em certos momentos de luta, conflitos internos.

Continuando com o entendimento da identidade na Guiné-Bissau, é importante destacar que os meus interlocutores apontam que ela também se caracteriza a partir de um passado histórico africano marcado pelos destacáveis Impérios da África Ocidental e emigração em massa de diferentes povos por diversos lugares no continente. No caso específico guineense, existe uma tese dos meus interlocutores que se sustenta na ideia de que a maioria dos grupos étnicos da Guiné-Bissau emigrou para aquele espaço geográfico; no entanto, os dados históricos dão conta que o Império de *Kaabu* é o embrião do contato e da convivência entre diferentes grupos que compõem o mosaico étnico guineense. Como sustenta Cardoso (2004, p. 10), “os povos autóctones que viviam nestas paragens estavam organizados em grupos étnicos mais ou

⁹C.f Bijagó, este é o nome dado as pessoas de pele clara na Guiné-Bissau no qual os cabo-verdianos geralmente são inclusos, pode significar vermelho numa tradução literal, mas acreditamos que o mais próximo seja mulato, pois quase que invariavelmente são também descendentes dos europeus – portugueses. Esta nomenclatura soa como uma espécie de negação parcial destes como legítimos africanos ou guineenses, decorrente da sua miscigenação. Logo se caracteriza como uma expressão discriminatória e pejorativa.

menos fechados, possuindo cada um o seu próprio “chão”, uma organização social e política própria e uma economia de subsistência que garantia uma relativa autonomia a cada um deles”.

Haja vista, a partir dos meus interlocutores, que mais adiante estarei apresentando, percebi que o território é uma variável importante do debate sobre a identidade na Guiné-Bissau considerando que esta é a referência do espaço concreto e físico, enquanto que o conteúdo místico e simbólico a ele vinculados através das pessoas liga-se aos sentimentos sagrados e que cria espaços abstratos. Sobre isso, assim explica Moema:

[...] a história comum e o passado compartilhado nacionalizam um espaço geográfico e preenchem o território (nacional) de conteúdo mítico e de sentimentos sagrados. Não somente as personalidades fundadoras são celebradas como heróis, também a natureza da terra natal é tema recorrente (AUGEL, 2007, p. 277).

A evidência sobre essa afirmação da autora se encaixa naquilo que são os significados e as representações que se têm sobre o espaço, que pode ser algo concreto ou místico e, a partir disso, estabelecem-se possibilidades de vínculos simbólicos que as pessoas criam nele. O termo *Tchon*¹⁰, do crioulo (guineense), capta muito bem a essência da relação supracitada. Por conta disso, passarei a utilizá-la ao longo desse estudo, ao invés do termo lugar ou espaço.

Pressupostos e trajetória da pesquisa

O meu trabalho de definição dos objetivos teve como pressuposto básico a possibilidade de identificar visões e possibilidades que o estudo da identidade abre sobre os entendimentos e análise na medida em que ela é geradora de um perfil dinâmico e não estático. No caso do estudo em questão, não recorri às dimensões externas para o seu entendimento. Sendo assim, compreendi que se faz necessário o recurso temporário, tal como foi experimentado neste trabalho, como forma de apresentar diferentes contextos de concepção dessa temática.

Como é evidente, a conclusão de um ciclo acadêmico sempre desperta o desejo de seguir para um grau mais avançado em relação ao que já foi concluído, assim, no final de minha graduação em antropologia, surgiram para mim inúmeras dúvidas e desejos de quais seriam meus próximos passos. Ao término desse período de reflexão, acabei por decidir como realizar mestrado em antropologia. Seis anos atrás, nada me despertava atenção em desenvolver um estudo sobre a identidade nacional na Guiné-Bissau; mas com o meu ingresso na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), entrando em contato com o quadro teórico e epistemológico das disciplinas ministradas nos cursos de Bacharelados em

¹⁰ Cf Santy (2017) - Um termo nativo em crioulo da Guiné-Bissau, que significa território. Na Guiné-Bissau, ele é utilizado para se referir ao território étnico, ou seja, expressa a relação simbólica e sagrada entre os grupos étnicos e o seu território residente, sobretudo.

Humanidade e Antropologia, desde janeiro de 2014 a junho de 2018 tive uma série de inquietações e possibilidades de pesquisa. Uma delas é compreender as diferentes possibilidades de entendimento sobre a identidade nacional na Guiné-Bissau, um país com uma pequena densidade geográfica, mas que conta com uma diversidade étnica enorme.

Na franja entre o desejo e a necessidade, acabou por pesar esta referida possibilidade de pesquisa, que ordeiramente se especifica na realização de uma pesquisa mais aprofundada sobre a identidade nacional guineense. Assunto que, por um lado, parte do vazio do debate a nível nacional sobre a amplitude antro-po-histórica dessa temática que é pouco estudado, quer dizer, há carência de trabalhos com propósitos definidos que discutam as identidades na Guiné-Bissau de uma forma mais aprofundada tanto a nível nacional, assim como étnica e regional. Por outro lado, a heterogeneidade social e cultural guineense e os quadrantes que fazem a identidade nacional ser vista pela maioria como instrumento centralizador de todas as identidades singulares existentes naquele pedaço de terra são motivos que despertaram a nossa atenção e necessidade para levar adiante este estudo.

Por conta das questões anteriormente apresentadas, tive a curiosidade e a necessidade de entender em que moldes se constitui o discurso sobre a identidade nacional e, a partir disso, de elevar a compreensão sobre a ideia da unidade e da diversidade representada pelas categorias *Guinendade/i* e vinculações étnicas. Uma discussão deste gênero se torna importante para o entendimento do quadrante social guineense na atualidade, na medida em que uma das primeiras crises geradas no país após a independência, em 1980, em que Luís Cabral foi deposto, era justamente relacionada com as questões identitárias. Como aponta Augel, uma das justificativas em relação a isso “foi de que o golpe de Estado [...] seria uma forma de preservar a memória do passado “tradicional” como contrapondo à modernização defendida pelo governo de Luís Cabral” (AUGEL, 2007, p.43). Uma outra justificativa apresentada sobre esse acontecimento “foi a de tirar o poder político na mão dos cabo-verdianos que detinham cargos-chave no governo de Luís Cabral, para devolvê-los aos verdadeiros combatentes guineenses que dirigiam principais frentes de combate¹¹” (TEIXEIRA, 2015, p.196).

Em vista disso, olhando para as questões como a do acontecimento de novembro de 1980, anteriormente mencionada, em que os apoiadores do presidente deposto por golpe apontaram o fato deste ser *Burmedju* e cabo-verdiano como motivo da sua deposição. Com isso, percebe-se que as questões identitárias pesam bastante no quadrante social e cultural na Guiné-Bissau. Entretanto, vale voltar no tempo para ressaltar que o colonialismo contribuiu para aumentar ainda mais as diversidades do comportamento e cultura com a criação de outros

¹¹ C.f. Teixeira, 2015, p.196, além de concentração de poder, a ala guineense alegou tentativa de assassinato do comandante João Bernardo Vieira (Nino), a adoção abusiva de pena de morte apenas na Guiné-Bissau e exclusão dos guineenses na formação do primeiro governo do PAIGC em Cabo Verde. Esse grupo, que controlava maior parte das Forças Armadas Revolucionária do Povo, era dirigido por João Bernardo Vieira (Nino).

grupos identitários formalizados pelo Estatuto do Indigenato¹², que, segundo Mendes (2014, p.83), vem sendo atenuado “através dos séculos em decorrência de uma história comum, onde avultam aspectos de mestiçagem, de coexistência regional e de assimilação paralela de variados elementos”.

Apesar das diferenciações referentes aos traços culturais, aos modos de convivência e até mesmo às reações para os fatos da colonização que podem ser percebidos nos indivíduos e grupos da Guiné-Bissau a partir dos traços externos, é possível afirmar que existe muito em comum entre tais grupos étnicos como é o caso da religiosidade e a prática de organização comunitária a qual o *Tchon* tem um significado simbólico. Mone (2014) ressalta que quando se trata do tema das identidades na Guiné-Bissau, “a questão da diversidade étnica deveria merecer a principal atenção, pois, nesse país, as pessoas diferenciam-se marcando as suas identidades de maneiras diversas” (2014, p.88). O autor faz estas considerações justamente para mostrar que:

Há os indivíduos que se identificam como guineenses, usando como referência a nação, e ao mesmo tempo uma etnia específica, referindo-se ao grupo étnico ao qual pertencem. Há outros que se identificam como guineenses referindo-se à nação, e ainda se referindo a duas etnias distintas, que é resultado da união conjugal dos pais pertencentes a etnias diferentes. Tanto no primeiro como no segundo caso, nenhuma identidade exclui a outra. Ainda há os que se identificam como “crioulos” guineenses, sem mencionar nenhuma etnia. Estes geralmente são os descendentes de caboverdianos que imigraram para a Guiné-Bissau no período colonial, sendo grande parte deles funcionários coloniais no referido período. Finalmente, existem aqueles que afirmam a sua nacionalidade como guineenses fazendo ou não referência a nenhuma etnia. Estes geralmente são filhos dos imigrantes de outras nacionalidades que nasceram na Guiné-Bissau (MONE, 2014, p. 88).

Olhando para este quadro da forte diversidade cultural e étnica, como é o caso da Guiné-Bissau, ao mesmo tempo crescendo e ouvindo o uso da palavra *Guinendade/i* e de outras palavras para se referir a “identidade” guineense, pude considerar este um fato relevante para uma pesquisa.

Portanto, foram estes impulsos que aumentaram a minha energia e pretensão de levar adiante este estudo. Vale também destacar que o período que antecedeu a escrita do projeto com o qual fui aprovado no mestrado, também já tinha as minhas formulações e entendimento sobre a identidade nacional; as discussões, os materiais coletados sobre esta temática, as leituras durante o meu percurso acadêmico na graduação contribuíram bastante na escolha dos limites que precocemente são interessantes para compreensão do assunto; e desejo continuar com essa

¹² Foi criado em 1926 e mantido em vigor, salvo pequenas reformulações, durante 35 anos até ser abolido em 1961. Nele, o africano era definido pela obrigação para o trabalho e como o principal objeto da ação colonizadora, ver... Abrantes (2013).

discussão mais para frente, referindo-me ao doutorado, considerando que terei mais tempo para pesquisar e poderei abranger a discussão para outros domínios.

Diante do exposto anteriormente, o processo da construção deste trabalho contou com várias etapas e procedimentos que vão desde conversas mais simples até as profundas discussões teóricas que perpassam por diferentes entendimentos e temáticas com objetivo de costurar respostas para a pergunta formulada.

Metodologia

Para a realização deste estudo, coloquei em evidência a discussão sobre a identidade, particularmente a guineense, que se refere a um contexto nacional; e, a partir das discussões teóricas, passei pelas noções de Nação, Etnia e Nacionalismo.

Além dos procedimentos metodológicos de levantamento bibliográfico, realizei pesquisa de campo. De recordar que a pesquisa bibliográfica foi realizada desde a construção do projeto de pesquisa para o ingresso no Programa de pós-graduação em Antropologia UFC-Unilab (PPGA) até as propostas teóricas localizadas durante os dois primeiros semestres do mestrado. E, posteriormente, a pesquisa de campo foi realizada entre os finais de julho à primeira quinzena de setembro de 2019, em Bissau, capital da Guiné-Bissau. No processo de coleta do material, privilegiou-se a realização de entrevistas semiestruturadas e abertas com os/as nossos/as interlocutores/as definidos antes da ida ao campo e com aqueles que o campo nos proporcionou encontrar. É importante ressaltar que as entrevistas tiveram por objetivo conhecer e analisar as visões que diferentes atores têm sobre a discussão da identidade na Guiné-Bissau, o que caracteriza a finalidade da descrição densa, que segundo Geertz (2008, p.9), é o fruto de uma observação minuciosa das estruturas significantes do ritual, com intuito de torná-las cientificamente eloquentes às simples ocorrências objetivando “tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva, empenhando-as em especificações complexas.” (GEERTZ, 2008, p.11).

Entretanto, adotei o critério de não colocar os nomes dos meus interlocutores (designando-os de interlocutores), tal procedimento se compreende pelo fato de que os meus interlocutores não autorizaram a divulgação e, portanto, escolhi referir-se a eles de forma genérica.

Decidi transcrever as palavras em crioulo tal e qual foram proferidas pelos meus interlocutores/as em algumas partes das entrevistas, ou melhor, da forma como consegui escutar

durante o trabalho do campo. E coloquei em itálico a palavra *Guinendade/i* e todos os trechos das entrevistas transcritas no texto.

Nas citações, optei, sempre que possível, por deixar as datas das publicações originais no texto, uma vez que o leitor poderá examinar as fontes consultadas nas referências bibliográficas desta dissertação.

Organizei o formato do presente trabalho em capítulos, tal como se apresentam: 1- Os passos metodológicos da pesquisa – Aqui apresento a forma como a realidade observada interpela o pesquisado e como isso condicionou certas mudanças em relação ao meu objeto de pesquisa. Faz-se presente aqui a reflexão da teoria a partir do seu enfrentamento com a realidade observada e a forma como o mundo das ideias assume materialidade nas relações sociais. A partir disso, esta seção conta com subitens, que detalham todo o processo metodológico de como aconteceu o trabalho durante diferentes momentos da pesquisa. 2- *Tchon*: Nação, Etnia e a Identidade étnica na Guiné-Bissau – apresentam-se o *Tchon* como categoria analítica da reflexão que se desenvolve nesse capítulo. Por servir de importante variável para o debate da identidade na Guiné-Bissau por meus interlocutores, isso me permitiu estabelecer uma discussão teórica sobre a Nação, Etnia e a Diversidade étnica com propósito de compreender as narrativas sobre a identidade nacional em um país pluriétnico e com diversos espaços sociais. 3- A identidade nacional como valor em construção, o PAIGC e luta pela *Guinendade/i* - discutirá a constituição das narrativas nacionais em Guiné-Bissau. Busquei entender como este acontecimento tornou-se parte importante das narrativas nacionais constituídas pelo PAIGC, num contexto de descolonização e construção nacional. Parti do pressuposto de que as narrativas constituídas pelo PAIGC foram essenciais para o sucesso da luta anticolonial e sua ascensão ao poder com a conquista da independência em 1973, tendo a propaganda como um elemento tão importante quanto a própria luta armada. Ademais, cabe discutir a composição e organização destas novas narrativas sobre o território guineense, muito influenciadas pelo aparato político-ideológico marxista, presente dentre alguns setores do PAIGC e que ganhou força com o decorrer da luta. Por fim, pretende-se avaliar a relação entre estas narrativas e a busca por uma identidade nacional, incorporada no “Homem Novo”, figura essencial para o projeto de nação que então se buscava colocar em prática. 4- As tensões em torno das construções sobre a identidade nacional – neste capítulo, o meu objetivo foi de compreender as variações discursivas que as narrativas nacionais sofreram neste contexto. A unidade nacional serviu da preocupação dos meus interlocutores e continuou a fazer parte das narrativas históricas nacionais, mantendo sua função explicativa e mobilizadora em prol da construção nacional. Ademais, estas narrativas receberam novos elementos em consonância com a situação vivida pelo país, num contexto marcado pela guerra civil, pelas dificuldades de desenvolvimento e por disputas políticas nas eleições de 2019 baseada no pertencimento étnico.

2 OS PASSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

No presente capítulo, procurei apresentar a minha inserção no campo, mais precisamente a minha experiência etnográfica em Bissau, também fiz questão de contextualizar a categoria *Guinendade/i*, tomada em primeiro momento como o meu objeto de estudo. Trato dos passos metodológicos que possibilitaram o trabalho de campo, a minha viagem a Bissau, as observações, as entrevistas, a produção de dados e as questões que envolvem diretamente a minha interação com os meus interlocutores.

2.1 Da pergunta formulada ao objeto definido

Iniciei o mestrado em antropologia no Programa de Pós-Graduação Associado da Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab) em 2018. Meu propósito era de fazer um estudo sobre a *Guinendade/i* uma categoria identitária pertencente à Guiné-Bissau e que é amplamente usada em Bissau. Minha escolha partiu de dois principais motivos: De um lado, parte do vazio do debate a nível nacional sobre a importância dessa temática, que é pouco estudado, quer dizer, há carência de trabalhos que discutam as identidades na Guiné-Bissau tanto a nível nacional, assim como étnico e regional. Por outro lado, essa escolha se baseia na heterogeneidade social e cultural guineense e os quadrantes que influenciam os discursos que tomam a *Guinendade/i* como uma categoria identitária nacional na Guiné-Bissau.

2.2 A *Guinendade/i* antes da pesquisa

Por eu ser da nacionalidade guineense e ter nascido na cidade de Bissau, capital da Guiné-Bissau e espaço urbano de muita confluência identitária, é fácil ouvir discursos e falas recorrente no dia a dia das pessoas nos bairros, becos e nos órgãos de comunicação social a se referirem a *Guinendade/i*.

Devido à peculiaridade da cidade de Bissau era fácil ouvir o discurso de cunho identitário, e de todas elas o que mais se falava era a *Guinendade/i*. Assim, em todas as ocasiões em que já ouvia uma referência sobre a *Guinendade/i*, tanto nos bairros pelos mais velhos e colegas, assim como em canais oficiais, como escolas, rádio e televisão, ela é colocada em decorrência de um discurso que estimula a unidade e na diversidade, também era referida a algo específico, que seria tudo aquilo que é de costume guineense. Portanto, ao mesmo tempo que a *Guinendade/i* é tomada como “valores” guineense, eu percebia que ela era impregnada como as práticas culturais que exaltavam o pertencimento dos guineenses.

A partir das considerações anteriores, percebi que os discursos que são produzidos sobre a *Guinendade/i* operam em duas perspectivas que são: do “distanciamento” e de “aproximação”. O primeiro está ligado ao afastamento que se faz a uma determinada manifestações de cunho étnico categorizando-os de “atrasado/tradicionais”, o segundo se especifica em incluir como fatores da *Guinendade/i* as manifestações culturais étnica daquilo que se consideram “moderno/progressivo”. Porém, nessa altura, eu percebia que ao mesmo tempo que a *Guinendade/i* era muito utilizada, também era muito disputada e o seu uso é seletivo.

2.3 Da diáspora: uma nova compreensão da *Guinendade/i*

Como foi dito anteriormente, no mestrado, em 2018, eu já estava há tantos anos no Brasil. Cheguei em janeiro de 2014, beneficiado por uma bolsa da Unilab, uma Universidade onde a exaltação da identidade nacional e da africanidade eram desafios quase que obrigatórios em decorrência dos aspectos sociais e históricos em torno do contexto social das cidades¹³ em que esta instituição do ensino superior está instalada e os elementos que envolvem a sua criação¹⁴. Portanto, devido às dinâmicas da Universidade e dos cursos em que me graduei - Bacharelado em Humanidades (BHU) na primeira fase e Bacharelado em Antropologia na terminalidade¹⁵, por conta daquilo que eram propostas curriculares desses cursos¹⁶, consequente debates na sala de aula e atividades que a Associação dos Estudantes Guineense (AEGU) organizava, senti-me desafiado nessas duas oportunidades em realizar estudos com a temática ligada à Guiné-Bissau, como forma de contribuir com relatório sobre a realidade guineense

¹³ C.f. Portal da prefeitura - O nome Redenção vem do fato de que este (antiga vila do Acarape. Do tupi-guarani acará + pe, caminho dos peixes) foi o primeiro município do Brasil a libertar os escravos

¹⁴ C.f. Heleno (2014, p.105), a Unilab foi gerada em um contexto em que a educação superior passa, cada vez mais, a ser interpretada como mecanismo de promoção da integração e da cooperação entre países e seus respectivos sistemas educacionais de ensino” aqui há leituras que você fez no PIBIC que podem ser inseridas, inclusive fazendo referência ao PIBIC e ao projeto de pesquisa em que você trabalhou.

¹⁵ C.f Unilab (2010), em atenção à Portaria no 383/2010, da Secretaria de Ensino Superior, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) definiu a formação graduada em humanidades em dois ciclos. O primeiro ciclo é realizado no Bacharelado em Humanidades, que oferece uma formação em perspectiva interdisciplinar com o desenvolvimento do senso crítico e da capacidade de investigação social dos estudantes. O segundo ciclo, também chamado de ‘terminalidades’, é opcional ao egresso do bacharelado, sendo formado em sua maioria por licenciaturas

¹⁶ C.f Unilab (2010. p.34), enquanto uma instituição da integração internacional procura através dos cursos de graduação promover estudo e difusão das culturas dos países parceiros, respeitando e valorizando suas identidades e diversidades culturais por meio de práticas e vivências sociais, culturais, esportivas e artísticas.

que era pouco estudado, eu sentia isso durante a minha graduação e para mim, era um desafio para mudar algo a respeito.

Exposto isso, aproveito para frisar que foram nessas ocasiões da minha formação, das disciplinas cursadas, principalmente no curso de antropologia, nas disciplinas Teorias da Diáspora, Estudos da África pré-colonial, colonial e decolonial, Antropologia e Política, que comecei a me interessar em fazer um estudo mais amplo sobre a nação e a identidade nacional, mais especificamente sobre a categoria *Guinendade/i*.

A organização das atividades acadêmicas por parte da associação dos estudantes guineense na Unilab, fazia parte da própria dinâmica da universidade que contava com estudantes de diferentes países da língua portuguesa¹⁷. Nesse contexto, eu percebia que a exaltação do nacionalismo e disputa identitária entre estudantes de diferentes nacionalidades era algo marcante. Nessa ordem das coisas, as atividades que eram organizadas pelos estudantes guineenses era exclusivamente debater a Guiné-Bissau. Era recorrente nas falas dos estudantes nesses encontros se referindo a *Guinendade/i*. A referência que se faziam da *Guinendade/i*, através dos colegas nos debates e discussões na Unilab, se ancorava sobre o clichê em crioulo *kil ki dinos tem balur* traduzido em português “o que é nosso tem valor”. A partir dessas considerações e por questões inerentes à dinâmica da vivência fora da Guiné-Bissau, comecei a perceber o uso político da *Guinendade/i* que manifesta em três sentidos: ela era usada para se contrapor um comportamento político, da exaltação identitária que é de ser africano e guineense em especial e é intencionalmente utilizado para se referir os assuntos ligados a Guiné-Bissau.

Passou-se muito tempo ouvindo o uso dessa categoria pelos colegas guineenses nas nossas atividades e conversas informais, mas foi só em períodos finais da minha graduação em Antropologia nos finais de 2017 e início de 2018 que comecei a me interessar e apresentar inquietações e consequentemente discussões sobre essa categoria com amigos guineense. As nossas conversas sobre a *Guinendade/i* eram produtivas na medida que nos despertava outras discussões temáticas sobre diferentes assuntos da Guiné-Bissau, assim, eu percebia que essa categoria possuía uma abrangência que perfila em diversas áreas, seja ela uma conquista ou mesmo um comportamento.

Devido à experiência de debates e conversas com colegas guineenses sobre a *Guinendade/i*, comecei a identificar que essa categoria ganha outros entendimento e manifestações diferente do seu uso na Guiné-Bissau a partir da minha experiência.

¹⁷ C.f Té (2017, p.38) “a missão da Unilab se deve a questões culturais, históricas e político-cooperacionais e de restauração, ou melhor, o reencontro da cultura afro-brasileira com sua matriz (matriz africana).

2.4 Projeto de Mestrado

Por conta do meu interesse de estudo sobre as temáticas relacionado com a Guiné-Bissau, decidi para o mestrado, realizar uma pesquisa sobre a *Guinendade/i*. A decisão de tomar essa categoria como o meu objeto de estudo se dava a partir das percepções de que ela é geradora de múltiplas interpretações, significados e entendimentos em diversos domínios sociais, e que uma pesquisa sobre ela renderia muita coisa. Assim, comecei a fazer buscas preliminares sobre essa categoria, e disso não encontrei muitos materiais.

Após um período de leituras dos materiais coletados dos estudos sobre a identidade nacional e a categoria *Guinendade/i* e as suas peculiaridades, percebi que se faz necessário elaborar uma proposta de pesquisa em formato de um projeto de mestrado. Considerando os fatos anteriores sobre a carência de estudos sobre *Guinendade/i*, parti com a seguinte premissa, entender a *Guinendade/i* em diferentes contextos da sua expressão. A ideia de seguir essa lógica se sustentava em alguns aportes teóricos: primeiro se baseia nas compreensões de alguns autores que fizeram questão de dar uma definição a essa categoria, como é o caso de Cruz que aponta que a *Guinendade/i* está ligada ao conceito de “identidade nacional, à vivência sociocultural do ‘Homem’ guineense ou à língua crioula, que Cónego Marcelino Marques de Barros chamava, ainda no século XIX, de ‘o guineense’” (CRUZ, 2017, p.1). Monteiro (2013, p.66) por seu turno, aponta que a *Guinendade/i* possui uma função unificadora e o seu significado nutre o simbolismo de pertença coletiva reforçada através de laços harmônicos, o que torna quase que inexistentes os conflitos étnicos.

A segunda dimensão se especificava no meu entendimento sobre os procedimentos metodológicos da antropologia como é o exemplo da etnografia que possibilita a realização de pesquisa de campo e que partir disso terei a oportunidade de coletar definições e significados sobre a *Guinendade/i* a partir dos grupos definidas como objeto de análise. Por conta deste elemento, a minha intenção era colocar vários segmentos e grupos sociais (acadêmicos, Bandas Musicais, grupo de mulheres, grupos de jovens de zonas rurais, Classe político, Poder Tradicional etc.) para esse entendimento, com o passar de tempo percebi que além do mestrado possuir um período curto, também seria impossível realizar uma pesquisa nesse domínio, devido à quantidade de grupos que eu pretendia tomar como suporte para entender o que seria a *Guinendade/i*.

Portanto, dediquei a leituras de diferentes estudos sobre a identidade e, a partir disso, acabei por abandonar a ideia de incluir grande números de segmentos e grupos para pesquisa que eu pretendia levar a cabo, assim, decidi ficar com seguintes grupos: os que naquela altura

eu denominava dos “intelectuais” e os membros das bandas artísticas (Mama Djombo e Kobiana Djaz)¹⁸, porque eu via nesses grupos como aqueles que produziam significados sobre a *Guinendade/i* através das suas músicas. Os acadêmicos, a partir dos estudos e análises que se realizam em grandes debates públicos, e bandas musicais, através das composições musicais, como é o exemplo dos Mama Djombo com a música Cambansa¹⁹ (Travessia) e Kobiana Djaz com *fidju di Guiné*²⁰ (filhos da Guiné).

É importante frisar que a escolha anterior de incluir as bandas musicais no grupo de análise é por conta de que a música é um dos canais centrais de transmissão de certas ideias e significados sobre a *Guinendade/i*.

Já no mestrado, com leituras nas disciplinas, principalmente da Metodologia e de contatos preliminares através das buscas eletrônicas sobre a pesquisa do campo, mais uma vez por conta de tempo do mestrado e as complexidades em relação às bandas, percebi que seria inviável realizar um estudo com essa delimitação, decidi retirar as bandas e fiquei com o entendimento da *Guinendade/i* a partir dos acadêmicos. A ideia de retirar as Bandas Musicais se deu a partir de uma percepção de que os membros pertencentes às Bandas selecionadas, na sua grande maioria, já não vivem mais em Bissau, estão espalhados pelo mundo a fora e alguns que são tidas como protagonistas faleceram, algo que para mim não seria justificativa para isso, mas entendi que a recomposição dos fatos (estabelecer contanto com os membros das Bandas que não moram mais na Guiné, localizar familiares dos membros mortos, procurar informações sobre as bandas através dos terceiros, etc.) poderia me custar muito tempo, acabei por deixar o grupo nomeado de “intelectuais” como os meus “nativos” a ser observado no campo.

A partir das buscas realizadas e dos resultados encontrados, pude dizer que a *Guinendade/i* era uma categoria polissêmica devido aos resultados encontrados sobre a sua definição, variando de pessoa a pessoa e conotação teórico-referenciada e o métodos realizados para chegar a certas definições e entendimentos. Diante dos fatos das diferenças, parti com a seguinte pergunta, como a *Guinendade/i* era entendida por “intelectuais”? Portanto, denominei esse grupo de intelectuais na altura, pensando que terei a oportunidade de centrar as minhas

¹⁸ Essa escolha se remete ao um determinado entendimento, de que por um lado é mais fácil localizar pessoas pertencente a esses núcleos a partir dos limites temporário do mestrado, por outro a possibilidades de ampliar o campo e de ter acesso a essas pessoas sem que pelo menos precisasse deslocar, já que nessa altura eu não sabia se teria a possibilidade e recurso para me deslocar para o campo em Bissau.

¹⁹ C.f Adriano Ferreira (2015), essa composição musical trazia aspirações de uma jovem nação que se tornou independente a partir da unidade e que precisava disso para atingir o seu objetivo maior que é o desenvolvimento.

²⁰ C.f Moema Augel (1997), é uma composição musical que traz o retrato da sociedade guineense que é composta por etnias diferentes, e com estruturas social e modos de vivência diversas, que sinaliza a riqueza e grandeza dessa nação e que precisa ser preservado não tomado como fator de divergência.

observações e colher dados do campo nos centros universitários com profissionais que ali trabalham. Nessa mesma ordem de ideia, eu tinha um cronograma de atividades definido ao qual a minha intenção era fazer cumprir todos os pontos ali colocados. Na verdade, eu nunca tive outras experiências de campo antes, eu o conhecia só através das leituras.

2.5 Dos primeiros contatos a definição dos meus interlocutores.

O contato direto, pessoal, com os interlocutores é o foco da observação participante - que os antropólogos proclamam como sendo seu método por excelência (Goldman, 2006, p.167). Esse método se baseia no contato longo e intenso - quando possível e necessário - entre o(a) antropólogo(a) e o(a)s interlocutor(a)s. Dessa forma, as visitas as instituições de pesquisas, ONGs e Universidades foi a forma de realizar uma imersão inicial no âmbito de identificar as pessoas vinculadas ao grupo definido como objeto de análise para esse estudo que são os “intelectuais”.

Durante a minha pesquisa de campo, em Bissau, que se iniciou no dia 20 de julho de 2019 e terminou no dia 13 de setembro de 2019, tive a oportunidade de participar em inúmeras atividades acadêmicas organizadas pelas instituições públicas (palestras, conferências, colóquios, lançamentos de livro etc.). Foi durante esses encontros e visitas a certas instituições de pesquisa e de ensino superior que consegui identificar alguns dos meus interlocutores, que se deram por intermédio de um indivíduo-chave, (WEBER, 1996, p. 05), e aqui informo que um interlocutor em específico foi essencial para abrir os caminhos dessa pesquisa, sendo assim um indivíduo-chave. Sem esse interlocutor, eu poderia ter dificuldades de conseguir encontros com alguns dos meus interlocutores como aconteceu com a participação feminina, afinal, eu era um estranho no meio deles, mas ele me assegurou, para que eu pudesse estar entre eles, participando em diferentes eventos, viagens e almoços com diferentes pessoas que contribuíram com depoimentos para essa pesquisa.

No processo de inserção em campo me aproximei dos funcionários de uma organização não governamental chamada de *Tiniguena*²¹. Em um dos primeiros encontros que tive com alguns Investigadores vinculados à *Tiniguena*, conversamos sobre os assuntos ambientais, principalmente das legislações que as regem, que eu tinha dúvidas e desconhecimento, estes aproveitaram também para saber do que eu trabalhava e estudava no Brasil. Aproveitei a oportunidade para falar sobre a minha trajetória acadêmica no Brasil e o que eu estava

²¹ É uma organização não governamental (ONG) que trabalha no domínio da preservação ambiental

estudando no mestrado e a importância de fazer campo em Bissau, prontamente alguns deles começaram a me falar de pessoas fora de *Tiniguena* que poderiam contribuir para minha pesquisa, também foi nessas ocasiões que eu recebi o convite de uma viagem para *Bafata*, capital de região com o mesmo nome, na província leste da Guiné-Bissau, com um grupo de pesquisadores de *Tiniguena* que faziam observação de rotina e formação com as mulheres rurais dos sectores que compõem essa região.

Considerando esses os fatos, anteriormente mencionados, a participação em diferentes atividades acadêmicas e as visitas de observações realizadas em diferentes instituições de ensino superior, de pesquisas e organizações não governamentais, foram relevantes para minha experiência no campo, por me possibilitar identificar e chegar nos meus interlocutores.

2.6 Perfil dos meus interlocutores

Para esse estudo, decidi abandonar a denominação intelectual ou acadêmicos para os meus interlocutores por entender que o exercício da intelectualidade na África é muito mais de que ser um pesquisador vinculado a uma instituição de pesquisa ou uma Universidade, perfil a qual os meus interlocutores se enquadram, mas segundo Duarte (2009, p.183), nas sociedades tradicionais africanas, as narrativas orais configuram os pilares onde se apoiam os valores e as crenças transmitidas pela tradição e, simultaneamente, previnem as inversões éticas e o desrespeito ao legado ancestral da cultura.

Entretanto, os interlocutores indicados por meu interlocutor chave compreende as pessoas pertencentes as instituições de ensino superior, das pesquisas e organizações não governamentais, como é o exemplo da *Tiniguena*, Universidade Amílcar Cabral e Instituto Nacional de Estudos Pesquisa. Vale destacar que foram os meus primeiros interlocutores que me ajudou a chegar nos outros interlocutores, era recorrente ouvir no fim de cada conversa “...posso indicar-te uma pessoa que poderia contribuir com essa pesquisa.” (Diálogo realizado em 07/07/2019).

No que tange ao perfil dos interlocutores entrevistados, em um primeiro momento foram todos homens com vínculos profissionais com diferentes instituições de ensino e pesquisa. Percebo que o próprio campo influencia para que os entrevistados e indicados sejam mais homens do que mulheres. Atentar para isso é importante para os passos em campo e assim comecei a pedir aos homens que me indicassem mulheres que pudessem contribuir com a

pesquisa. E as sugestões começaram a vir, lentamente, mas as mulheres indicadas não estavam interessadas em participar na pesquisa nesse primeiro momento.

A primeira impressão de que todos os que tive a oportunidade de conversar relatam é a não a formalização acadêmica de uma definição sobre essa categoria, o que de certa maneira demonstra falta de estudo e pesquisa sobre ela. Contudo, é comum ouvir afirmações como essa, “...o que vou falar aqui, se restringe ao meu entendimento pessoal sobre essa categoria.” (Diálogo realizado em 12/08/2019). Porém, os depoimentos que tive a oportunidade de recolher e sistematizar são diversas e singulares.

Durante o campo, um dos principais “*anseios de contrapartida*” dos meus interlocutores era, antes de qualquer coisa, falar da minha pessoa, primeiro como cidadão guineense, a minha proveniência familiar, bairro onde eu moro, profissão dos meus pais, porém, o meu nome era ponto chave que apresentava o meu vínculo étnico, mas mesmo assim recebi várias perguntas da qual etnia e religião eu pertencia - o segundo é a minha trajetória enquanto estudante, de que servia um trabalho desse? e o porquê da escolha deste objeto a ser pesquisado?

A partir dos questionamentos que eu recebia durante o campo, adotei como princípio a não ocultação de qualquer informação que os/as meus interlocutores me solicitassem. Sempre que me perguntavam algo respondia da forma mais sincera possível, às vezes discordando da opinião deles. Devido às notícias diárias das violências que acontecia no Brasil que chega a tela de diferentes famílias guineense pela mídia brasileira nomeadamente a TV Record que tem uma audiência enorme na Guiné-Bissau e as constantes informações sobre as prisões de jovens guineense que são pegos com cocaína constantemente no aeroporto de Bissau que passam nos órgãos da comunicação interna, foi me perguntado várias vezes como era morar e estudar no Brasil, quer dizer, nos últimos dez anos são poucos jovens que saiam para vir estudar no Brasil e voltar num prazo não muito extensível do tempo com o propósito de fazer pesquisa para a sua dissertação do mestrado ou doutorado como era o meu caso. Portanto, existia esse estranhamento e perguntas por parte dos meus interlocutores que na sua grande maioria são pessoas com a idade dos meus pais, e, em jeito de respeito e de conseguir informações com eles eu procurava sempre atender os seus pedidos.

2.7 Entrevistas

Após a fase das observações e de contatos iniciais, comecei as entrevistas e encontros espontâneos com os meus interlocutores, foram estes que me possibilitaram a chegar nos outros. Considerando isso, é importante frisar que as conversas eram gravadas sob autorização e consentimentos dos meus interlocutores. Nessas entrevistas qualitativas individuais indaguei sobre como o(a) interlocutor(a) define e o significado que dá a *Guinendade/i*, após esse questionamento inicial segue um conjunto de respostas e explicação.

Como aponta Gaskell (BAUER; GASKELL, 2008, p.66), as entrevistas qualitativas têm um potencial grande e devem ser planejadas, pensando no ‘perguntar o quê e a quem’, a partir de conceitos básicos já definidos e com seleção dos entrevistados. Ao apontar as limitações das entrevistas qualitativas ele sugere o quanto é importante o trabalho de campo para que ele possibilite aproximar os dados das entrevistas dos dados registrados em diário de campo, por exemplo. Bauer e Gaskell (2008) citam uma situação na qual o interlocutor fala de fatos que ocorreram em outros lugares e tempos e como o pesquisador deve ter cuidado com as narrativas que ouve. Eles escrevem:

Em tal situação, o entrevistador não pode compreender plenamente a “linguagem local”: a conotação de alguns termos comuns pode ser totalmente diferente. Em segundo lugar, por diversas razões, o entrevistado pode omitir detalhes importantes. Pode ser que algumas coisas lhe pareçam apenas algo dado, aceito sem discussão; outras coisas podem ser difíceis de serem ditas com palavras, ou o entrevistado pensa que seria descortês ou mostraria falta de sensibilidade. Em terceiro lugar, um entrevistado pode ver situações através de “lentes distorcidas”, e fornecer uma versão que seja enganadora e impossível de ser testada ou verificada (BAUER; GASKELL, 2008, p. 72).

Assim, o pesquisador deve sempre aliar a sua experiência de campo com as narrativas que ouve para alinhar as perspectivas que o campo oferece. Porém, os depoimentos colhidos ao longo dessa pesquisa totalizam dez entrevistas, efetivamente, foram usados todos, assim, a grande maioria deles reforçam a ideia de que a *Guinendade/i* é uma categoria identitária que serve de ponto de equilíbrio das outras identidades singulares, sejam elas étnicas, assim como religiosas.

Em quartas circunstâncias, ao solicitar, os indicados dos meus interlocutores não aceitaram fazer uma entrevista formal para a pesquisa. Em alguns dos casos, não foi apresentada nenhuma justificativa, enquanto no outro me foi dito que não gostaria que o que ele me falasse fosse registrado, “*pois não sei como ia ser no futuro*” “*pabia gos privacidade ka tem*” (porque agora não existe a privacidade) (Diálogo realizado em 19/08/2019). Três entre quatro indicados que recusavam ter uma conversa comigo eram Mulheres, o que, conseqüentemente, fez com

que, na primeira fase do campo, não conseguisse a participação feminina na minha pesquisa e que, posteriormente, veio a ser colmatada, que mais adiante terei a oportunidade de explicar. No entanto, é importante ressaltar que fiz questão de deslocar para lugares onde essas pessoas trabalhavam como docentes e pesquisadores, me receberam e tive a oportunidade de conversar com elas sobre a minha proposta de pesquisa, uma conversa que não necessitava de nenhum cuidado em especial com relação à privacidade. No entanto, mesmo depois de explicar os objetivos da pesquisa e informá-los que as informações não seriam vinculadas ao seu nome, a recusa permaneceu.

Um outro aspecto importante identificado nas minhas experiências de campo com os meus interlocutores é de quem tem a autoridade de falar sobre a *Guinendade/i*. Numa das conversas mantida com um dos meus interlocutores, após se desligar o gravador, falei que tinha um encontro marcado com uma outra pessoa no mesmo dia, o entrevistado disse, se referindo a essa pessoas que é um destacado pesquisador e ativista cujas ações faz dele ser uma das referências no universo de ativismo social na Guiné-Bissau: "... *you can até conversar com esse rapaz, mas ele não sabe a história desse país e o que aconteceu ao longo dos tempos. Não sabem o que representa isso tudo.*" (Diálogo realizado em 22/08/2019).

A fala não registrada expressa o domínio da história para deslegitimar uma determinada perspectiva, com a qual o entrevistado não concordava. Eu entendia a partir dos meus interlocutores que uso da "história" como um corpo de conhecimento que autoriza uma fala sobre a *Guinendade/i*. O que está em jogo, no momento da entrevista, é a autoridade de narrar e ter domínio sobre a história da Guiné-Bissau, porém, essa observação pode ser compreendida a partir da discussão sobre a autoridade etnográfica que segundo Clifford (1994, p.18) se especifica a partir de "estar em campo" e essa "presença" é o que legitima as minhas afirmações. No entanto, o não conhecimento da "história" faz com que algumas pessoas subalternizam os outros só pelo fato de acharem que esses não têm a legitimidade de produzirem opiniões e entendimento sobre uma temática a qual fazem parte.

Durante o trabalho de campo, a *Guinendade/i* me foi apresentado como uma categoria identitária que é amplamente utilizada, mas que a sua percepção demanda o conhecimento da história da Guiné-Bissau, comecei a perceber esses detalhes na medida que os meus interlocutores destinavam uma grande parte do tempo de suas falas, em geral de um terço 1/3, mostrando como os acontecimento histórico foram responsável pelas disputas identitária, colocando em risco a unidade nacional construída desde períodos que antecederiam a Luta de Libertação Nacional.

2.8 Da participação Feminina a um novo objeto definido

Bourdieu (1989) explica que o objeto da pesquisa não é uma coisa que se faz como um plano desenhado antecipadamente, mas sim é “um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugerido por o que se chama o ofício” (BOURDIEU, 1989, p.24). No caso desse estudo, já tive oportunidade de reformular muitas coisas entre os quais, o meu objeto de estudo. Sendo assim, atendendo a recomendação feita pela banca de qualificação, depois de análise dos materiais coletado no campo e as possibilidades de ampliar o meu campo através de contatos com os meus interlocutores, decidi seguir duas recomendações pontais de extrema importância feita pelos membros da banca de qualificação. No entanto, primeiro fiz questão de ampliar o meu objeto de pesquisa de estudar a *Guinendade/i* para o estudo sobre a identidade Nacional e Etnicidade na Guiné-Bissau, fortalecendo, assim, a questão da coexistência étnica no interior de uma nação. O segundo, retornar ao campo para propor a inclusão das falas femininas que no primeiro momento não haviam sido compiladas diante dos silêncios encontrados. Isso foi através dos contatos com algumas mulheres em que tive a oportunidade de convidar a participar nessa pesquisa, que se dispuseram em minha viagem a Bissau e que, atualmente, por conta de novos métodos, decidiram participar.

Entendendo que a Guiné-Bissau é uma Nação com uma vasta diversidade étnica, o estudo sobre a identidade Nacional e a diversidade que compreende a primeira mudança acolhida a partir das recomendações dos membros da Banca, faz todo sentido na medida que ajuda não só estabelecer entendimento sobre a conformação identitária a nível nacional, mas de entender como esse se torna possível dentro de um contexto de muita diversidade étnica.

Portanto, a partir dos ajustes feitos em relação ao meu objeto de estudo, procurei explorar os depoimentos recolhidos em conformidade com o novo objeto e centrar a minha interação a partir disso com as novas interlocutoras a qual tive contato nos períodos após a minha qualificação.

2.9 A interação com as minhas interlocutoras

No que se refere à segunda mudança, que se baseia na inclusão das mulheres no grupo dos interlocutores, achei que, por mais que existisse desigualdade de gênero, que se pontua no exercício da docência no ensino superior da Guiné-Bissau, faz todo sentido evidenciar o esforço e seguir com essa recomendação dentro do quadro do perfil dos interlocutores para essa

pesquisa, que são pessoas pertencentes a instituições de ensino e de pesquisa como docente ou pesquisadores. Sendo assim, consegui incluir quatro mulheres, somando assim, o número total de dez interlocutores. Para o efeito, toda as minhas observações e conversas aconteceram através de Whatsapp e Messenger. Aproveito frisar que as interlocutoras incluídas são antigos contatos que tive no campo, com uma longa conversa consegui convencê-las a colaborar com esse estudo. As conversas eram pela chamada de voz, por vezes através de Vídeos e mensagens do texto via as redes sociais anteriormente referidas.

O Facebook também foi utilizado para contatar alguns interlocutores e aqui cabe falar brevemente sobre a chamada Etnografia digital. Ramos e Freitas (2017, pp. 9-10) discutem esse tipo específico de etnografia a partir do espaço digital e das relações sociotécnicas que ocorrem nele. Como eles colocam, o antropólogo segue os interlocutores onde eles estão, porém os interlocutores podem estar não só no plano físico como também no plano digital e assim é preciso alcançá-los também naquele espaço. Fiz isso de forma esporádica ao colher falas e narrativas das minhas interlocutoras já que eu estava no Brasil enquanto elas em Bissau. Aproveito frisar que as pessoas que participaram na minha segunda oportunidade de interlocução são todas mulheres com uma faixa etária que varia de 35 a 60 anos.

Era perceptível o direcionamento de falas centradas também numa narrativa histórica dos fatos identificada nas minhas interações com diferentes interlocutores, quando eu estava em Bissau foram as mesmas verificadas nas minhas observações e diálogo mantidos com as minhas interlocutoras através das redes sociais. Por tratar-se das falas que assumem uma perspectiva histórica. Tanto na primeira experiência, assim como na segunda, os meus interlocutores/as sempre remetem à memória como recurso importante no debate sobre a identidade e a diversidade na Guiné-Bissau. Michael Pollak, ao se deter sobre os aspectos desta relação, argumenta que a memória é um “elemento constitutivo de sentimento de identidade, tanto individual como coletivo, na medida em que ela é também um fator extremamente importante de sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa, ou grupo, em uma reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204). No entanto, ele também afirma que essa memória sofre diversos processos de gestão onde alguns aspectos são utilizados para compor uma narrativa onde experiências, personagens e lugares compõem um quadro coerente, o que faz com que outros elementos sejam deixados de fora.

O dinamismo da memória e os eventos históricos, que é constantemente recorrido pelos meus interlocutores/as, imprime, o caminho encontrado por estes para se debaterem e apresentarem os seus pontos de vistas sobre essa temática. Com isso não quero converter a

memória como a chave capaz de elucidar todos os dilemas dos estudos sobre a identidade e diversidade na Guiné-Bissau.

No entanto, as narrativas que eu escutava durante as conversas com os meus interlocutores algumas informações acrescentava alguns lidos que tive sobre a Guiné-Bissau durante a minha experiência acadêmica, porém, as ouvia, anotava e analisava, porque eu entendo que o antropólogo que pesquisa uma realidade que lhe é familiar deve estar atento à necessidade de realizar um controle constante da forma como suas impressões pessoais interferem na interpretação da realidade. No meu caso em particular, além de possuir elementos pessoais que me aproxima a esse debate por ser guineense que nasceu e viveu grande parte da sua vida em Bissau e que pertence um dos grupos com maior destaque em termos numérico e ação durante a história da Guiné-Bissau me referindo assim, os Balantas, tinha o desafio de evitar que esse o meu vínculo étnico e social determinasse a interpretação constituída sobre o meu objeto de estudo.

Entretanto, vejo o meu vínculo identitário como um importante elemento constitutivo da minha experiência etnográfica na medida que existe algumas narrativas e a culpabilização étnica por uma grande parte dos setores social como da mídia e de opiniões recorrentes de algumas pessoas com certas influencias sociais que colocam os Balantas a etnia a qual eu pertenço como responsáveis por todo o processo da instabilidade que se vive a décadas na Guiné-Bissau só pelo fato destes serem a maioria nas Forças Armadas, uma instituição que também se desmoralizou ao fato de ser politizado e que participa em todos os acontecimentos trágico depois da independência. Estes fatos são importantes na medida que ninguém se fala da história da Guiné sem se referir aos Balantas, porém, como esse é um estudo sobre a identidade nacional e a diversidade, durante as entrevistas e conversas com meus interlocutores eu percebia que inicialmente muitos se sentia limitados em expor as suas ideias sobre essa temática, ao fato de que pelo nome as pessoas já se localizavam o meu vínculo étnico, e eu por minha vez procurei como estratégia sinalizar pelos gestos (sinalização gestual de cabeça ou mão de concordar com tudo o que diziam para relaxar a conversa) ou pelas palavras (distanciar dos meus vínculos étnico e da cidadania através de não interferência e nem interrupção do assuntos a serem ditas). Eu seguia essas sinalizações por entender que o antropólogo sempre é visitante no universo que pesquisa, independente da proximidade que tenha estabelecido anteriormente com o objeto de estudo.

Os fatos anteriores são interessantes para esse estudo, na medida em que coloca em evidência como o estudo da Identidade Nacional na Guiné-Bissau, condiciona as reflexões e

debates sobre a unidade e a diversidade. Essas categorias, no meu entender, são importantes para minha reflexão nesse estudo como forma de entender o encontro e desencontro das identidades étnicas e as suas importâncias quando se refere a um elemento nacional.

A escolha de não colocar os nomes dos meus interlocutores foi feita tanto para preservar a identidade e reputação dos meus interlocutores, devido ao debate sobre a identidade se tornar sensível por conta da polarização política que assola a Guiné-Bissau desde 2015 e que chegou ao seu ponto mais alto de muita confrontação nas eleições presidenciais de 2019, em que os discursos e o pertencimento étnico determinaram os resultados do pleito eleitoral, na medida em que os candidatos usaram muito essa questão como ferramenta para o sucesso político.

3 TCHON: NAÇÃO, ETNIA E A IDENTIDADE ÉTNICA NA GUINÉ-BISSAU

O presente capítulo trará o *tchon* para o centro da discussão sobre as Identidades na Guiné-Bissau. Nesse sentido, terei a oportunidade de agregar as contribuições de alguns autores a respeito do conceito de Estado-nação, como também de etnicidade e identidade étnica. Contribuições essas que podem me fornecer as bases para fazer a análise de como o *tchon* serve de uma categoria importante da identidade dos guineenses e como se pensa a construção do Estado-nação numa sociedade pluriétnica como no caso guineense.

3.1 Por que é o *Tchon*?

Vale destacar que essa palavra *Tchon* não é uma formulação minha, mas sim referenciada várias vezes por meus interlocutores durante o meu campo e, segundo estes, é amplamente conhecido e utilizado na cidade de Bissau onde tive a oportunidade de realizar o meu campo e em outros lugares de território nacional. Como explica Evans Pritchard (2005, p.55) na sua pesquisa realizada sobre os Azandes, de que a bruxaria não era questão central da sua pesquisa, e estava longe de ser um tema concebido antes da sua ida a campo, só se tornou como objeto de estudo por conta de sua presença constante entre os nativos e pela importância atribuída a ela, notada desde os primeiros contatos que teve com essa sociedade. Considerando esse fato, aproveito para reforçar que eu não fazia ideia de que a categoria *Tchon* é parte importante da identidade dos guineenses, só comecei a percebê-la por intermédio dos meus interlocutores que, durante a minha experiência etnográfica, o referenciava como forma de explicar diferentes assuntos relacionada com a identidade nacional.

Segundo os meus interlocutores, não existe condicionantes históricos que precisam o surgimento desse termo no crioulo da Guiné-Bissau, como fica claro nessa fala: “... *olha não sei dizer o período exato do tempo, mas cresci ouvindo isso, e acabei percebendo que ele tem um peso em termos identitários por conta da ligação que as pessoas têm com as suas terras.*” (Diálogo realizado em 17/08/2019).

Entretanto, constata-se que na Guiné-Bissau o que se chama de *Tchon*, segundo os meus interlocutores, é nada mais que uma palavra em crioulo que significa território/terra, mas que é utilizada para se referir ao território étnico, ou seja, expressa a relação simbólica e sagrada entre os grupos étnicos e o seu território residente. Segundo Santy (2017, p.60), o *Tchon* “possui a função de ser um lugar da convivência – de ferramenta que possibilita a reprodução produtiva da vida social e cultural, da realização dos ritos e das cerimônias”.

Haja vista, uma das caracterizações que o *Tchon* toma segundo os meus interlocutores é a relação familiar e étnica alicerçado na ideia de um vínculo entre os vivos com os seus ancestrais possibilitando assim o “afastamento/isolamento” que acontece entre um grupo étnico em relação aos outros grupos e que a partir disso acaba criando aquilo que alguns deles consideram de “demarcação étnica e identitária” - recurso fortemente utilizado para garantir e elevar a reprodução identitária étnica através da transmissão dos valores tradicionais e hábitos de grupos sem “grandes interferência externa”.

Considerando os fatos anteriormente mencionados sobre território étnico que, para os meus interlocutores em crioulo, é referenciado de *tchon*. Aproveito para destacar que na Guiné-Bissau é notória, no debate acadêmico, a existência de alguns entendimento de que houve os processos históricos que influenciaram a formação do Estado guineense e de diferentes *tchons* ou territórios étnicos, como é o caso dos Impérios na região da África Ocidental em que se destaca o Kaabu²², Chegadas dos portugueses, Resistências primárias e Luta de Libertação Nacional, todos esses processos históricos, segundo os meus interlocutores, são importantes para o entendimento de como se deu a constituição de diferentes *tchons* e comumente a formação de Estado-Nação guineense.

²² C.f. Lopes (2003, p.55) o Kaabu foi um Estado unificador das várias etnias da região e os seus diferentes espaços de influência abrangem a cultura de toda esta vasta planície do Sudão Ocidental.

Mendy (1998) lembra que “Kaabu foi o que conseguiu se valer melhor do capital sócio político e militar da antiga potência”, dominados por Mandigas, a qual destes exerciam o poder real que eram também cobiçados pelos Fulas um outro grupo islamizados.

Aproveito para frisar que as considerações feitas sobre o *tchon* pelos meus interlocutores e sua conseqüente tradução em português de território étnico se enquadram na antropologia a partir do debate sobre a territorialização. Segundo tal perspectiva, Pacheco de Oliveira (1998, p.53-54), ao se referir ao contexto brasileiro, aponta que “a presença colonialista como fato histórico impõe aos grupos indígenas uma nova relação com o território, resultando em transformações de diversos níveis na esfera sociocultural”. Os fatos derivados da presença europeia considerado por esse autor no processo da territorialização, se assemelha a do cenário guineense, na medida que, segundo Santy (2017, p.60), a chegada dos portugueses no Reino de Kaabu, que abarcava a maioria dos grupos étnicos que hoje compõem a sociedade guineense, é o responsável pela desintegração e luta pelo controle de tráfico e comércio escravistas, principalmente dos grupos “não islamizados”, o que fez com que estes últimos começassem a imigrar para o litoral e sul da atual Guiné-Bissau, construindo e demarcando novas comunidades e territórios étnicos.

Ao fazer uma abordagem sobre os grupos indígenas do nordeste brasileiro, Pacheco de Oliveira aponta que a territorialização não é um movimento por meio do qual um grupo humano se apropria de um determinado espaço transformando-o em um território, mas sim a imposição de uma base territorial fixa, normalmente feita pelo Estado nação com o objetivo de incorporar populações etnicamente diferenciadas. (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, p. 55-56). Ainda destaca que:

A noção de territorialização tem a mesma função heurística que a de situação colonial – trabalhada por Balandier (1951), reelaborada por Cardoso de Oliveira (1964), pelos africanistas franceses e, mais recentemente por Stocking Jr. (1991) – da qual é caudatária em termos teóricos. É uma intervenção de esfera política que associa – de forma prescritiva e insofismável – um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados [...] (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, p. 56).

Olhando para o significado da territorialização, como a proposta pelo autor, a partir das falas e depoimento dos meus interlocutores, aproveito para ressaltar que a constituição dos territórios étnicos do *tchon* nesse caso, no cenário guineense, é um ato político constituído de objetos étnicos, mas não imposto pelo Estado e nem é baseada nas relações de força desiguais entre o poder estatal e as autoridades étnicas. Assim, segundo os meus interlocutores pode-se dizer que a constituição de diferentes *tchons* é um processo restritamente étnica como se percebe nessa afirmação, “...*estes espaço territorial étnico que estou chamando de tchon existe antes da independência.*” (Diálogo realizado em 04/08/2019), entendendo-se que esta fala procura demonstrar que os territórios étnicos na Guiné-Bissau comumente chamados de *tchon* não são

demarcados pelo poder estatal na medida que a sua existência é anterior à formação/existência do Estado-Nação guineense.

Seguindo com a discussão sobre a territorialização, Pacheco de Oliveira aponta que este implica uma reorganização social marcada por quatro aspectos:

[...] 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação que o grupo mantém com o passado (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, p. 55).

A partir da minha experiência enquanto parte dessa realidade e das considerações que os meus interlocutores fazem sobre o *tchon*, é notório as similitudes em relação aos quatro aspectos apontados por Pacheco de Oliveira anteriormente. Assim, é perceptível que esses territórios são politicamente formados e fazem parte dos elementos constituinte de Estado-Nação guineense, como se percebe nessa fala “... *a Guiné-Bissau só existiu como um Estado-Nação porque diferentes homens e mulheres pertencentes a diferentes tabancas e aldeias decidiram aderir a causa nobre de lutar contra o jugo colonial.*” (Diálogo realizado em 12/01/2019). A maneira como esse interlocutor tenta apresentar a justificativa sobre o surgimento do Estado-Nação Guineense, incorporando os aspectos referentes à etnicidade e identidade étnica, podendo se somar às diferentes formas em que Nação é definida em diferentes áreas das ciências sociais e humanas.

3.2 A Nação e os seus entendimentos

Como faz referência Anderson (1989, p. 11), os cientistas sociais trataram de definir a nação, cada um à sua maneira. Essa diversidade de reflexões, provavelmente, tem a ver não só com diferentes contextos históricos e culturais dos quais esses autores são oriundos, como também de distintas linhas teóricas às quais estão filiados. Importa salientar que a maioria dos autores que se debruçaram sobre o conceito de nação, são unânimes em afirmar que a ideia de nação foi criação da modernidade e nasceu no ocidente.

Max Weber, um dos pensadores clássicos da sociologia, formulou que a nação “indubitavelmente significa, acima de tudo, que podemos arrancar de certos grupos de homens um sentimento específico de solidariedade frente a outros grupos. Assim, o conceito pertence à esfera dos valores” (WEBER 1982, p.202). Assim, Ernest Renan (1997), ainda no século XIX definiu a nação como um importante legado de lembranças, afirmava que três coisas constituem

o princípio espiritual da unidade de uma nação: “[...] a posse em comum de um rico legado de memórias, o desejo de viver em conjunto e a vontade de perpetuar, de uma forma indivisível, a herança do que se recebeu” (RENAN, 1997, p. 19). Além disso, o autor mostra qual é a condição essencial para se pertencer a uma nação é o culto aos ancestrais, heróis, grandes homens e a vontade comum de fazer grandes coisas. (RENAN, 1997, p.39).

Para Renan (1997, p.38), território e língua eram elementos fundantes de uma nação. Inspirei também em Otto Bauer citado por Monteiro (2013, p.50) para acrescentar que a nação pode ser uma comunhão de destino, que implicaria em uma experiência comum projetada para o futuro e uma interação mútua entre os membros. Para o autor, a questão principal que caracteriza a nação como comunidade de destino é a herança natural, ou seja, a descendência e a transmissão dos valores culturais através da língua vista como um instrumento da comunidade humana. Para este autor, “independentemente de a nação não ser produto da mera semelhança de destino, pode ser definida como uma comunhão de caráter que brota uma comunhão de destino” (BAUER, *apud* Candé Monteiro, 2013, p.50).

Por outro lado, Ernest Gellner também citado por Candé Monteiro (2013, p.50), discorda da ideia de que o território e a língua são fatores determinantes à constituição da nação, deu importância fundamental ao sentimento que membros de uma dada região, falantes da mesma língua, têm de partilhar uma mesma cultura, reconhecendo mutuamente seus direitos e deveres perante o poder central.

Um outro pensador relevante nessa discussão foi Marcel Mauss, para quem a nação é, "uma sociedade material e moralmente integrada, com poder central estável, permanente, com fronteiras determinadas, com relativa unidade moral, mental e cultural de seus habitantes que, por conseguinte, acatam o Estado e suas leis". (MAUSS, 1972, p.286).

Também baseado no sentimento que é criado em torno de uma nação, Anderson mostra que - mesmo não sendo estruturantes - o território soberano, as fronteiras geográficas e simbólicas, a língua, a religião, a identidade cultural, entre outras designações possíveis, são constituintes de identidades da nação. Assim, para ele, a nação não é algo concreto, mas

Uma comunidade política imaginada - e imaginada como sendo inerentemente limitada e soberana". É imaginada porque os membros até das menores nações nunca chegam a se conhecer mutuamente (...), mas em suas mentes está a imagem de sua comunhão. (...) É limitada porque até a maior delas (...) tem limites bem definidos, ainda que elásticos, para além dos quais estão outras nações. (...) É imaginada como soberana porque o conceito nasceu numa era em que o Iluminismo e a Revolução destruíam a legitimidade do reino dinástico hierárquico, ordenado pelo poder divino. (...) É imaginada como comunidade porque (...) a nação é sempre concebida como um profundo companheirismo horizontal" (ANDERSON 1991, p. 6-7).

No caso concreto da Guiné-Bissau, é bem patente que - independentemente dos elementos como a língua, território, relações entre grupos existentes, sentimentos de pertença, a ligação com os ancestrais, legado de lembranças e o espírito da solidariedade, como as definições anteriores ilustram - a nação ganha outros significados como a luta pela libertação e a cultura.

A que se refere a luta de libertação nacional se destaca a sangrenta luta de libertação levada a cabo pelo PAIGC dirigida pelo Amílcar Cabral durante onze anos contra o regime colonial português. Entretanto o desencadear desse acontecimento se deu a partir da unidade que resultou na reação de um grupo de homens e mulheres que, face às imposições coloniais, decidiram enfrentá-las com intuito de se livrar de todas as formas de dominação e conquistar a independência e soberania nacional.

Outrossim, a concepção da nação em Cabral, citada por Candé Monteiro (2013, p.33), está associada à questão da libertação, do nascimento do “homem novo”, de uma nova cultura nacional, uma consciência de pertencer a uma comunidade ligada a um território, para a sua afirmação na luta de libertação. Percebe-se que para Cabral citado por Candé Monteiro é através da luta que a nação é forjada e está, segundo o autor, se baseia na autodeterminação dos povos que cada vez mais precisam ganhar consciência de si mesmos.

Seguindo a mesma abordagem teórica da nação como estratégia do enfrentamento, destacamos o nacionalista martiniquense Frantz Fanon, para quem a nação nasce da ação organizada do povo, que encarna as aspirações reais do povo, e essa nação influi fundamentalmente na cultura. Assim, para Frantz Fanon (2005, p. 279), “a cultura é a primeira expressão de uma nação, de suas preferências, de seus interditos, de seus modelos”. Fanon adverte que a nação não é apenas condição da cultura, da sua efervescência e da sua renovação contínua, ela é também uma exigência e o primeiro combate pela existência nacional, que desbloqueia a cultura de sua subordinação colonial e abre-lhe as portas da criação (FANON, 2005, p. 280).

Retomando a percepção de que a luta de libertação Nacional na Guiné-Bissau é um dos mecanismos de formação da Nação guineense, Kolh (2011, p.62), lembra que “o forte compromisso dos guineenses com a nação foi amplamente fomentado pelo movimento de independência o PAIGC”. No entanto, percebe-se que a luta armada não foi só grande momento para forjar a nação guineense, mas sim o seu sucesso possibilitou a tomada da independência e o novo Estado surgiu com a obrigação de construir uma nação, porque o que existia era várias nações, nesse caso, cada grupo tinha os elementos que possibilitavam que ela fosse considerada

uma nação como os fatores anteriormente destacado por alguns autores como é o caso da língua, o legado de lembrança, território etc.

Entretanto, entende-se que o processo vivido durante os onze anos de luta de libertação nacional segundo boa parte dos meus interlocutores, não dava à Guiné-Bissau a possibilidade de ser considerada uma Nação, segundo estes, ela precisava construir nação depois da independência, na medida em que a experiência da unidade política em todo o território que compreende atual Guiné-Bissau com um governo e aparelhos burocráticos nunca foi experimentada no contexto antes da dominação estrangeira. Portanto, era necessário um esforço coletivo no período pós-independência para consolidar a construção da nação. Assim, os meus interlocutores que defendem essa ideia acreditam que diferentes *tchons* é parte importante na construção daquilo que eles consideram de Nação pluriétnica guineense que ainda está em processo de consolidação. Como destaca um deles, “...para mim a Guiné-Bissau é uma nação que é composta por diferentes nações étnicas (...) não sei se entendas, todas essas etnias possuem características de um Estado-Nação, com língua, estrutura política e um território próprio.” (Diálogo realizado em 22/12/2019). Entretanto, compreende-se que o que faz desses interlocutores a considerar a Guiné-Bissau como uma nação pluriétnica é o fato de existir nesse país muitos *tchons* com características de uma nação e que acabam se somando durante o processo da luta de libertação formando aquilo que se toma hoje como a nação guineense e é também por conta de disso que eles apontam o *tchon* como elemento constituinte da Estado-Nação guineense.

Não é inútil observar que, pelo que se tem percebido, quase em todas as definições sobre a nação e a sua formação, o que chama mais atenção é a ideia do senso de pertencimento. No caso específico das duas últimas definições de Fanon e Cabral, o fator cultural ganha relevo já que estes autores se referiam os contextos da organização social dos territórios que foram colonizados, quer dizer a cultura e luta de libertação são fatores fundantes da constituição de Estado-Nação guineense, na medida que foi através da cultura que o Amílcar Cabral e os outros camaradas de PAIGC conseguiram mobilizar as massas camponesa para uma luta e através desse empenho que hoje Guiné-Bissau existiu como um Estado soberano.

Entretanto, é importante destacar que o cenário da unidade durante a luta de libertação que tanto se falam é no domínio étnico, portanto, é unanime entre os meus interlocutores a importância desses grupos para a conquista da independência. Sendo assim, a grande questão é como fica a questão das etnicidades no cenário da formação do Estado-Nação guineense e da construção do discurso da identidade nacional.

3.3 Etnia, Etnicidade e a Identidade Étnica

São inúmeros os estudos de etnicidade relacionados a grupos humanos diferentes desenvolvidos pelas Ciências Sociais. Não é o meu objetivo fazer aqui uma análise exaustiva ou mesmo um histórico do uso do conceito e de como os trabalhos foram e são direcionados. O intuito é somente apresentar um panorama dessa problemática para contextualizar como se construiu o conceito de etnicidade como pressuposto deste estudo, com a finalidade de entender a maneira a qual os grupos criam aquilo que os meus interlocutores chamam de “demarcação identitária” que torna nítida a diversidade étnica e cultural na Guiné-Bissau, fatores indispensáveis para a compreensão do debate sobre a identidade nesse país.

Vale destacar que a Guiné-Bissau conta com uma média de 20 grupos étnicos (ver censo de 2009) e dentre esses grupos, cada um tem o seu modo de organização social e cultural diferente e não só, segundo os meus interlocutores todos eles possuem um território específico em que são majoritários o que conseqüentemente serve de um importante elemento para a “reprodução” étnica. Portanto, a grande maioria das abordagens que os meus interlocutores faziam sobre diferentes grupos étnicos é a partir dos seus *tchons*, o que capta aquilo que Luvizoto (2009, p.29) aponta que, quando se pensa na possibilidade de identificação étnica, “corre-se o risco de buscar grupos culturais fechados e estáticos, de buscar uma filiação, um nome, um recorte geográfico”. No entanto, a questão não é tão simples. Mesmo que os registros históricos fornecessem as pistas necessárias para esse tipo de identificação, ou de qualquer outra natureza de fonte acadêmica, essa autora aponta que os dados não teriam, por si só, autoridade para desenhar um mapa desse percurso, “na medida em que os grupos humanos e a construção da identidade étnica são extremamente dinâmicos e flexíveis” (p.29), o que conseqüentemente a leva a considerar que a concepção de etnicidade está além da definição de culturas específicas e, portanto, “é composta de mecanismos de diferenciação e identificação que são acionados conforme os interesses dos indivíduos em questão, assim como o momento histórico no qual estão inseridos” (LUVIZOTO 2009, p.30).

A partir de Barth (2005, p.13), torna-se possível definir grupo étnico como uma forma de organização social, que expressa uma identidade diferencial nas relações com outros grupos e com a sociedade mais ampla. Assim, já a identidade étnica é definida pelo autor como “forma de estabelecer os limites do grupo e de reforçar sua solidariedade” (p.13). Nessa concepção, a continuidade dos grupos étnicos não é explicada em termos de manutenção de sua cultura tradicional, mas depende da manutenção dos limites do grupo, da contínua *dicotomização* entre membros e não membros (nós/eles).

Durante a minha experiência etnográfica, tive oportunidade de ouvir pelos meus interlocutores diferentes significados que eles davam sobre os grupos étnicos na Guiné-Bissau, uma parte defende que a grande maioria destes grupos são etnicamente fechados tomando a “demarcação territorial” como a justificativa disso, outros não defendem que os grupos são fechados ou não, mas apontam que a relevância dos grupos é mais no domínio cultural como assim descreve um dos integrantes dessa corrente “...*com todo o respeito aos grupos étnicos, e as pessoas que trabalham com isso e que defendem a sua relevância na construção da nação guineense, para mim a única importância que estes têm é mais no domínio cultural.*” (Diálogo realizado em 07/08/2019). Sem grandes comentários para essa fala, o que tenho a dizer é que existe uma complexidade enorme no debate sobre essa temática na Guiné-Bissau, algo que no meu entender não é exclusivo da realidade guineense, mas, sim, que acontece nos outros domínios principalmente acadêmicos onde os conceitos de grupo étnico, identidade étnica e etnicidade têm uma complexa trajetória teórica nas Ciências Sociais e na Antropologia em especial. As dificuldades podem ser constatadas nas muitas coletâneas, em textos e estudos de caso publicados desde século passado aos dias atuais. Portanto, Luvizoto (2009, p.30) aponta que “a unidade concreta de análise – o grupo étnico – tem sido definida por diferentes combinações de características que vão da cultura comum à identidade étnica simbolicamente construída”.

A complexidade do debate sobre etnia, etnicidade e identidade étnica também é atendida por Jean-Loup Amselle e Elikia M’bokolo, na obra intitulada “*No centro da etnia: etnia, tribalismo e estado na África*”, lembram que os conceitos da etnia, etnicidade e identidade étnica ganham significados em diferentes períodos históricos, assim, com intuito de demarcar de inúmeras definições que se dão à questão étnica no contexto africano em diferentes períodos históricos com propósitos políticos; através desta obra, os autores efetuaram uma reconstrução minuciosa do que seria a moderna etnicidade no continente africano. Assim, Amselle e M’Bokolo (2017, p.90-91) entendem a etnia como o resultado de uma classificação prévia que está fora do âmbito do pertencimento do grupo. Sobre isso explicam que:

Na qualidade de substrato passivo do discurso etnográfico, a etnia substitui os atores efetivos (por exemplo, as unidades políticas) colocando fora de âmbito, retirando-os do cenário. Eis a razão pela qual o grau de adaptação da perspectiva étnica é mais elevado em sociedades ditas “acéfalas” ou “segmentárias”, onde não é possível identificar com facilidade cada ator coletivo permanente e distintivo. Ao contrário do povo ou da nação, produto de uma história, a etnia constitui efetivamente o resultado de uma operação de classificação prévia. (AMSELLE; M’BOKOLO, 2017, p. 91).

Para os autores, a etnia, muitas vezes, representa mais uma classificação etnográfica do que uma identidade coletiva. Por consequência, isso significa pensar que os estereótipos, as qualidades, as funções sociais atribuídas a uma etnia num determinado país podem ser apenas

construções do aparelho do Estado, que imagina as fronteiras das tradições e das culturas, para, assim, hierarquizá-las e direcioná-las, conforme seus interesses.

Entretanto, Poutignat e Streiff-Fenart (2011, p.11) afirmam que, numa perspectiva estática, a etnicidade é definida como um conjunto imutável de traços culturais, tais como crenças, símbolos, ritos ou língua, transmitidos de geração em geração no grupo. Por outro lado, Fredrik Barth considera que “os grupos étnicos não são grupos formados com base em uma cultura comum, mas sim que a formação de grupos ocorre com base nas diferenças culturais” (BARTH, 2005, p.16). Também, o autor define os grupos étnicos “como aqueles que compartilham valores culturais fundamentais, formados por membros que se identificam e são identificados por outros como tal” (BARTH, 2005, p.16). O autor reforça a ideia de que o que define um grupo é a fronteira étnica e não a matéria ou conteúdo cultural que possamos encontrar.

Barth argumenta ainda que o que cria “fronteiras” entre grupos étnicos não é a diferença cultural, mas a vontade de se diferenciar e o uso de certos traços culturais como marcadores de uma identidade específica (BARTH, 1969 *apud* CUCHE, 2002, p. 200). De acordo com este autor, as fronteiras etnoculturais são demarcações sociais susceptíveis de serem constantemente renovadas pelas trocas. Portanto, elas não são imutáveis, pois qualquer mudança na situação social, econômica ou política pode provocar deslocamentos de fronteiras (BARTH, 1969 *apud* CUCHE, 2002, p. 201). Essas considerações feita por autor sobre demarcações sociais dinâmica é verificável também no contexto guineense, relatos dos meus interlocutores dão conta disso, como se percebe nessa fala:

“...agora as coisas estão mais flexíveis, porque pessoas de grupos diferentes se casam, algo que 30 ou 40 anos atrás era extremamente difícil de se verificar, você é muito jovem, mas vou te falar, existia famílias e grupos que não admitiam os seus filhos casarem com pessoas de determinadas etnias.” (Diálogo realizado em 12/09/2019).

Portanto, compreende-se nessa fala que a proibição de casamento se dava através das diferenças que do ponto de vista étnico e religioso não se “combinam”, como exemplo dessa prática um interlocutor meu apontou que na perspectiva religiosa as etnias “islamizadas” não aceitavam casar com pessoas das etnias que não “professam” a “fé” muçulmana, como aponta

não era fácil uma menina Fula²³ casar com um menino Pepel/Papel²⁴ (Diálogo realizado em 19/08/2019), um outro exemplo que é mais na esfera das diferenças étnicas, ele aponta que “... *os Mancanha²⁵ não casam com Balantas²⁶ porque estes são grandes ladrões de gado.*” (Diálogo realizado em 19/08/2019). Portanto, pegando esse último exemplo é perceptível que o roubo de gado que não é praticado pelos Mancanhas é tomado como demarcação social que sustenta a etnicidade desse grupo em comparação com os Balantas. Uma das justificativas que hoje contribui para “quebra” desse paradigma tanto das diferenças de ponto de vista religioso assim como étnico.

Segundo os meus interlocutores, no geral, é a dinâmica da mobilidade que hoje acontece que permite os grupos a se conviverem em diferentes centros urbanos e em algumas localidades do interior do país o que segundo eles possibilita o conhecimento e senso de confiança entre eles “...*hoje as pessoas se misturam, cada um pode casar com quem quiser sem muita restrições porque as pessoas se conhecem e isso criou uma mistura muito grande, o que leva um Fula ser família de um Bijagó.*”²⁷ (Diálogo realizado em 19/08/2019).

Seguindo a discussão sobre a etnicidade, ancorei na Manuela Carneiro da Cunha (1987, p.102-103) que defende a concepção de que este é uma organização eminentemente política utilizada pelos grupos étnicos para marcar a sua identidade. Assim, Lévi-Strauss citado por Manuela Carneiro cunha (1987, p.103) aponta que “os traços culturais selecionados por um grupo ou fração de uma sociedade não são arbitrários, embora sejam imprevisíveis”. A respeito da percepção que toma a etnicidade como uma organização política, se enquadra na forma como os grupos se organizam, que no entendimento dos meus interlocutores possuem características de um Estado em diversos modelos de representação política como se percebe nessa fala “... *a maioria de Tchons possuem um Regulo como autoridade política maior, outros não, como é o*

²³ C.f C6 (2004), os Fulas provieram do Futa Djalon (Mali), incorporando características nômades na sua história e vivências quotidianas. É uma etnia da Guiné-Bissau que professam a fé muçulmana.

²⁴ É uma etnia da Guiné-Bissau, C.f Gomes (2016), os Pepeles/papeis foram os primeiros habitantes da ilha de Bissau. O autor, recorrendo-se à fonte oral, destaca que Mecau, filho de um rei de Quínara, andando à caça, chegou à ilha de Bissau, se sentiu acomodado e resolveu aí se instalar

²⁵ C.f Nobrega Os Mancanhas, também estruturados em regulados, representam menos de 4% da população guineense. Embora o seu chão tradicional seja Bula e C6, esta etnia, com forte pendor migratório, encontra-se dispersa pelo país

²⁶ C.f Tchogue Rith, (2013), Balantas é um grupo étnico dividido entre a Guiné-Bissau, o Senegal e a Gâmbia. Eles constituem o maior grupo étnico da Guiné-Bissau, representando mais de 27% da população total do país.

²⁷ C.f Cardoso Os Bijagós constituem um povo africano que habita o arquipélago dos Bijagós, na região da Guiné-Bissau. Os bijagós não constituem um povo homogêneo, mas sim um conjunto de grupos sociais, conscientes de uma unidade étnica fundamental, com idiomas e costumes variados, que divergem de ilha para ilha, e até dentro da mesma ilha

caso dos Balantas que possuem um colegiado de Anciões que decidem sobre a vida de comunidade e de grupo.” (Diálogo realizado em 07/08/2019)..

Manuela Carneiro Cunha vai ainda mais fundo ao considerar que “a etnicidade é uma categoria nativa, isto é, usada por agentes sociais para os quais ela é relevante” (CUNHA, 1987, p. 107). Para ela, a linguagem em que se expressa a etnicidade não pode ser reduzida a simples retórica, que lhe seja exterior, mas é uma linguagem dada simultaneamente com a realidade que expressa, no meio de alguns grupos sociais que operam com esta categoria. Nesse sentido, Cunha, chama atenção para o fato de se lembrar do respeito que cada país deve à diversidade cultural dos povos que o compõem. (CUNHA, 1987, p. 107).

Porém, importa sublinhar que as contribuições desses autores sobre as categorias etnia, etnicidade e identidade étnica são pertinentes para entender o contexto do debate da construção da identidade nacional da Guiné-Bissau, na medida que a minha experiência etnográfica, me permitiu perceber que aquilo que se toma como identidade nacional, muitas vezes, é tratada pelos cidadãos como algo de “poucos” símbolos “étnicos”, mas como uma marca territorial e “política”. A maioria se sente mais parte da unidade do grupo étnico do que da unidade política, como é demonstrada nessa fala “...*existe dificuldade de apresentar elementos do que seria a identidade nacional, na verdade para mim e grande maioria dos guineenses, os vínculos étnicos são mais fortes de que nacional (...) ainda as identidades étnicas são mais fortes.*” (Diálogo realizado em 11/01/2020).

A discussão anterior sobre as diferentes acepções revela um certo número de critérios comuns, como: a língua, um espaço, os costumes, os valores, um nome, uma mesma descendência e a consciência que atores sociais têm de pertencer a um mesmo grupo. O modo de existência do objeto étnico proviria, portanto, da coincidência desses diferentes critérios.

3.4 Identidade Étnica

Vale destacar que, na Guiné-Bissau, a etnia também é referida de raça, não no sentido biológico, mas no sentido da identificação, é comum ouvir as pessoas se referirem assim “*a minha raça é Balanta*”, se fizemos o uso literal para compreensão dessas atribuições etnia/raça podemos cair no erro, para isso, compreendo que esse debate se assemelha as considerações feita por Baqueiro (2012, p.55) em relação a etnia e “tribo” ao apontar que “não se pode analisar as variações no uso do termo “etnia” sem considerar o seu quase-sinônimo, ‘tribo’”. Autor lembra que “tribo” foi o termo utilizado mais frequentemente quando se tratava de designar as “sociedades primitivas” no primeiro século de desenvolvimento da disciplina, e por exploradores e missionários nas Américas e na África desde o início do século XIX”. Hoje, o

termo está associado aos processos de intervenção e desenvolvimento do passado, marcados pelo eurocentrismo e pelas políticas de expansão e violência colonial, tendo perdido espaço no contexto pós-colonial pelo sentido pejorativo que a ele esteve vinculado. Portanto, pode-se considerar que os significados que relacionam os termos “raça” e “etnia” na Guiné-Bissau tem alguma influência do período colonial, por esse fato, os meus interlocutores não conseguiram explicar como se deu origem da relação que se faz da categoria raça que tem mais a ver com traços biológico com etnia que compreende vínculos étnicos dos indivíduos na Guiné-Bissau.

Vale destacar que existem fronteiras que definem os grupos étnicos na Guiné-Bissau, não só pelo fato de existirem diferentes grupos nesse país. Mas também por ser que nesse espaço territorial que as identidades são demarcadas de diversas maneiras, “em função da estrutura social que não só compreende o guineense pertencente a diferentes grupos sociais, mas também os filhos de imigrantes de outras nacionalidades” (MONE, 2014. p.88).

Pegando as considerações teóricas sobre a nação, etnicidade e a identidade étnica somando com as falas dos meus interlocutores é notório que a questão da diversidade étnica é merecedora de uma atenção especial no cenário do debate sobre a identidades e da construção da Nação na Guiné-Bissau, pelo fato de que nesse país, as pessoas diferenciam-se marcando as suas identidades de maneiras diversas. Há indivíduos que se identificam como guineenses, usando como referência a nação, e ao mesmo tempo uma etnia específica, referindo-se ao grupo étnico ao qual pertencem. Há outros que se identificam como guineenses referindo à nação, e ainda referindo-se a duas etnias distintas, que é resultado da união conjugal dos pais pertencentes a etnias diferentes. Tanto no primeiro como no segundo caso, nenhuma identidade exclui a outra. Ainda há os que se identificam como guineenses, sem mencionar a nação e dizem que pertencem uma determinada etnia e *Tchon*. Como aponta um dos meus interlocutores, ao se autobiografar em tom de ironia me disse “...eu sou *Papel/Pepel* puro que nasceu em *Biombo*.” (Diálogo realizado em 28/07/2019), portanto, compreende-se que essa referência a etnia *Pepel/Papel* e *Biombo* como território étnico dessa etnia é a demonstração de que esses elementos são partes da sua identidade enquanto guineense o que reforça a ideia de que existe inúmeras maneiras de se identificar como guineense e o pertencimento a uma etnia e ao um *tchon* é uma dessas possibilidades.

Para o entendimento da passagem anterior, que se refere a como os sujeitos se identificam, Manuel Castells (2001, p.162) aponta que “...a identidade é um processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais interrelacionados no qual prevalece sobre outras fontes de significados”. Para autor,

as identidades são ao mesmo tempo individuais e coletivas, sendo que ele pode ter múltiplas identidades, além de tê-las constituídas de forma processual e contínua.

Contudo, quando olha-se para o caso do debate da identidade na África, Castells (2001) ressalta um enorme desequilíbrio que se apresenta nesse sentido: primeiro, porque o número de textos disponíveis sobre o tema é bastante reduzido; segundo, porque muitos trabalham os temas das identidades nacionais ou culturais ou num viés claramente político ou sob uma visão francamente generalista; e terceiro, o grau destes fatores anteriormente apontados fica ainda mais exacerbado quando se pesquisa a história dos países africanos com língua oficial portuguesa (ainda que recentemente tenha-se publicado bons e interessantes trabalhos). Todavia, as identidades que se formam e se conformam em meio a relações de poder, Castells (2001) aponta três tipos de identidades, que são: as identidades legitimadoras, impostas pelas instituições hegemônicas na sociedade com o intuito de legitimar sua dominação; as identidades de resistência, gestadas no enfrentamento da dominação pelos atores sociais submetidos aos processos de dominação; e as identidades de projetos, que se constituem na luta coletiva no interior da cultura política.

Essa perspectiva se articula à postura de Hall (2006). O autor traz à tona a perspectiva da complexidade de se pensar sobre as identidades no atual contexto mundial, apontando que cada vez mais essas identidades estão em permanente construção, sendo continuamente modificadas pelas transformações estruturais que têm ocorrido nas sociedades modernas no final do séc. XX e início do século XXI. O autor considera problemático pensar na categoria identidade em um caráter fechado, delineado em uma só dimensão isolada.

Sendo assim, para Amselle e N’Bokolo (2017, p.18), as identidades social e individual se definem tanto pelo fechamento em si, quanto pela abertura ao outro, esses autores foram mais longe em afirmar que “a identidade é ao mesmo tempo singular e plural, que se pode a um só tempo conseguir respeitar as diferenças culturais e fundi-las em uma humanidade comum”.

Já Augel (2007, p. 233) enfatiza que na “Guiné-Bissau, assim como na África em geral, a questão da identidade é onipresente, mesmo não expressamente nomeada” e isso se deve as questões ligadas a cultura e a etnicidade. Entretanto, a minha experiência etnográfica me possibilitou compreender como essas manifestações identitárias apresentam por diferentes maneiras. Uma dessas maneiras segundo os meus interlocutores é o *tchon*.

3.5 A identidade vinculada ao *Tchon*

Antes de adentrar em apresentação e discussão do *Tchon* como um dos elementos fundantes da identidade na Guiné-Bissau como sinalizam os meus interlocutores, aproveito para frisar que existem poucos estudos sobre essa categoria. Esta parte da pesquisa carece de estudos teóricos. A descrição e análise que se seguem decorrem da minha experiência enquanto parte desta realidade e dos dados recolhido no campo com os meus interlocutores.

Contudo, vale destacar que o processo de identificação é configurado a partir das ações ou as atividades dos sujeitos dentro de um determinado contexto, num processo dialético, de forma que não é possível dissociar o estudo de identidade do indivíduo com a sociedade na qual se encontra inserido. Pelo contrário, as diferentes configurações da identidade estão relacionadas com as diversas configurações da ordem social. Assim, “a identidade não é algo estático, estando sempre articulada com várias dimensões, num movimento de metamorfose” (Ciampa, 2004, p.63). Trata-se, portanto, de um processo relacional. No caso do estudo em foco, os meus interlocutores apontam o *tchon* como uma categoria que é parte da identidade dos guineenses e que isso pode servir para compreensão da identidade nacional na Guiné-Bissau.

A partir da minha experiência etnográfica, é entendível que, nessa categoria, o *tchon*, além de ser um lugar do vivido dos diferentes grupos sociais na Guiné-Bissau, também é o espaço da reprodução produtiva da vida social e, ainda mais importante, no qual é apropriável a “realização dos ritos e as cerimónias que propiciam à renovação da relação dos grupos com seus ancestrais proporcionando à coesão social no seio do mesmo” (SANTY, 2012, p.46), o que constitui um espaço sagrado e fundamental para os seus habitantes, sendo este denominado de *Moransa*²⁸.

O entendimento sobre estas relações dos diferentes grupos sociais na Guiné-Bissau com o *Tchon* se dá em decorrência de que a configuração geográfica da Guiné-Bissau que é baseada na ocupação regional por diferentes etnias, quer dizer, cada região e sector têm as suas predominâncias étnicas. Nas três provinciais, oito regiões e 38 sectores, através das quais administrativamente a Guiné-Bissau está dividida, percebe-se que em cada um(a) deles(as) existe um grupo dominante. Por isso, por vezes, as pessoas, ao viajarem para certas localidades do país, não falam vou para região tal, dizem vou para *Tchon* de alguma etnia. Exemplo: vou

²⁸ Aldeia, Villa e comunidade

para *Tchon* de Balanta ou *Tchon* de Fula. Essas denominações passam uma percepção de lugar de pertença e de relação simbólica que os indivíduos e grupos têm com diferentes *tchons*.

Sendo assim, a identificação simbólica que os diferentes grupos têm com o *tchon* é entendível a partir da interação da pessoa com o ambiente, carregando o espaço de significados, de forma que o lugar passa a constituir-se em elemento representativo da identidade social e individual das pessoas. Na identificação com o lugar, o sujeito sente-se como pertencente a ele, ou, dito de outra forma, como se o lugar fizesse parte dele, de forma que sente satisfação por viver nele. “O significado do entorno promove, dessa forma, um sentido de continuidade e de diferenciação identitária, construído a partir de três processos: identificar o entorno, ser identificado por ele e identificar-se com o entorno (POL & VIDAL, 2005, p.33).

No estudo sobre os conteúdos da identidade associada ao lugar realizado por Duarte e Lima (2005, p. 6), é ressaltado que muito do que somos depende do fato de sermos de um lugar e da relação estabelecida nele, podendo “existir concepções diferentes da localidade, construídas a partir da valorização de diferentes características e qualidades do lugar, que determinam de forma diferente as atitudes e opções comportamentais dos residentes”.

Considerando os fatos anteriores sobre a relação que grupos e indivíduos têm com o espaço ou melhor o *Tchon*, Santy (2017, p.47) afirma que “as regras de *Tchon* são tão importantes que a convivência no mesmo espaço com indivíduos de outras comunidades étnicas é condicionada a respeito e ao cumprimento das mesmas regras tradicional do grupo dominante da região”. Uma das evidências dessa afirmação é o caso de Bissau, que segundo os meus interlocutores, é o *Tchon* de Papeis/Pepeles, a qual a estrutura da religiosidade étnica ainda se mantém em quase todos os bairros da cidade, e este mesmo sendo urbana e cosmopolita por abarcar pessoas de diferentes querelas étnicas, filosóficas e religiosas, em inúmeras situações, principalmente no domínio da religião, as pessoas são obrigadas a conviverem em alguns lugares onde existe *Balobas*²⁹, locais em que se praticam cultos e rituais da religião tradicional africana principalmente da etnia Papeis/Pepele. Tais casos que em outras realidades são extremamente impossíveis, devido ao princípio de algumas religiões, como é caso dos Muçulmanos e os evangélicos, que condenam o sacrifício dos animais para realização das cerimônias tradicionais. Como se percebe nessa fala, “...eu conheço a cidade de Gabu, lá é *impensável a realização de cerimônias de sacrifício de animais quase na varanda de uma igreja muçulmana.*” (Diálogo realizado em 22/12/2019), portanto, percebe-se que o Gabu por ser *tchon* dos Fulas que é uma etnia “islamizada” eles não admitem certas práticas que não condizem com

²⁹ Espaço sagrado da religião tradição africana na Guiné-Bissau.

a religião que professam o que demonstra que os grupos exercem certas forças e influências nas regiões e *tchons* em que são majoritários

Contudo, é perceptível que a relação que os grupos têm com o *Tchon* são variáveis importantes para o debate da identidade na Guiné-Bissau. Esta referência possui enquadramento, tendo em vista as relações que diferentes grupos étnicos criam com o *Tchon*; este vínculo é coletivo, porque segundo os meus interlocutores a qual tive a oportunidade de abordar essa temática, eles apontam que uma pessoa pode pertencer a um determinado grupo, mas por onda das dinâmicas interna nascer, no *Tchon* pertencente as outras etnias que não são dos seus próprios pais. Se isso acontecer, segundo a experiência que tive no campo, esse sujeito que nascer vai pertencer ao *Tchon* dos pais não do lugar onde nasceu. Como se percebe nessa fala, “*um filho de pepel/papel de biombo que nasceu em Bafata ele também é de Biombo porque é de lá vem a sua origem*”. (Diálogo realizado em 29 de agosto de 2019).

Considerando o fato de que o pertencimento ao um *tchon* se define a partir do vínculo étnico como se percebe no parágrafo anterior, percebe-se que este além de servir como um espaço da autonomia política e econômica, representa um desejo de pertencimento e enraizamento. Como aponta Falkembach (2006, p.17), a terra não representa apenas a conquista de um lugar social, em que as referências simbólicas são resgatadas, mas possibilita o pertencimento a ela.

Continuando com a discussão sobre *tchon* enquanto importante variável para o debate da identidade na Guiné-Bissau, pois, faz-se necessário destacar que este representa o local de pertencimento, simbolizando um lugar de identidade existencial, promove outros sentidos para a vida, como também novas organizações sociais, políticas e religiosa.

3.6 O *Tchon* e o Sagrado: Tabancas e Moransas como bases da produção identitária

Ao fazer uma abordagem sobre as relações do sagrado com o *tchon*, os meus interlocutores apontam que quase todos os grupos étnicos na Guiné-Bissau acreditam em deuses e seres mitológicos ligados a elementos da natureza, e o *Tchon* é o espaço físico onde essas divindades se manifestam, ou seja, a terra não é apenas o lugar onde os as pessoas moram. É um elemento central da religião e da identidade cultural deles. Esse fato se aproxima a explicação dada por Evans Pritchard (2005, p.50) sobre sociedade Azande, a qual aponta que a bruxaria é a explicação cabível para todo ou qualquer infortúnio e fracasso da vida social e/ou cotidiana zande.

Mas, antes de seguir com a discussão do *Tchon* e os elementos sagrados e místico, entendo que se faz necessário esclarecer aquilo que é considerado pelos meus interlocutores como o “binarismo religioso” na Guiné-Bissau. Assim, aproveito ressaltar, que existe grupos que são “islamizados” e que professam a fé muçulmana e os “não islamizados” que praticam a religião tradicional africana e a fé cristã.

Por conseguinte, é importante frisar que segundo os meus interlocutores o “binarismo” religioso na Guiné-Bissau “cristão” *versus* “muçulmano” se caracteriza a partir dos mitos e se conforma na ideia de que a etnia e a prática espiritual são representadas como uma única coisa, uma só identidade no imaginário social de boa parte dos guineenses. Como ressaltava Santy (2012, p.66):

[...] são as constantes referências aos fulas e mandingas como etnias muçulmanas, por serem majoritariamente praticantes da fé islâmica, por um lado. Por outro lado, todos os não islâmicos são vulgarmente considerados cristãos, independente de praticarem ou não a fé cristã. As linhas são muito tênues entre a religião e a etnia (SANTY, 2012, p.66).

Entretanto, percebe-se que a mitologia da divisão religiosa na Guiné-Bissau se caracteriza em vínculos étnicos, mesmo não sendo praticante de uma determinada religião, mas o fato de ter vínculo com qualquer grupo étnico, daí passa a ser conectado ao um determinado grupo religioso. Algo que, do ponto de vista das religiões, não procede; porque só é muçulmano quem pratica a fé islâmica, ou, só é cristão quem é batizado, e não pelo fato de ser Manjacos/*Mandjacu* ou *Mancanha* para ser considerado de cristão.

Esse “binarismo religioso” que se reveste a partir de vínculos étnicos, segundo os meus interlocutores também se confunde com inúmeros conflitos de natureza familiar recorridos a partir de modo de subsistência e nos tempos recentes nas apropriações das terras, que na grande maioria das vezes se transforma em conflitos tribais e religioso, não no conflito entre dois particulares ou duas famílias. Significa dizer que a pertença desses grupos a uma “identidade decorrente de práticas religiosas poderá escamotear os verdadeiros fatores do conflito, posto que a rivalidade maior, entre diferentes religiões e etnias, se sobrepõe, num primeiro momento, a qualquer explicação real dos fatos” (SANTY, 2012, p.66).

Fazendo as considerações recorrentes ao “binarismo religioso” não tira a essência e a evidência de que a integridade das etnias na Guiné-Bissau é mantida através dos ritos e cerimônias de passagem, pela transmissão de bens móveis e imóveis à hereditariedade, pelo culto aos ancestrais, pelo respeito ao *Tchon* “sagrado” como esse é frequentemente referenciado.

Contudo, é importante destacar que os meus interlocutores em inúmeras ocasiões ao se tratarem do sagrado enquanto variável importante na discussão de *Tchon* como elemento fundamental no debate da identidade nacional na Guiné-Bissau, apontam que os espíritos e as divindades se manifestam de diversas formas, em uma boa ou má colheita, em uma relação saudável ou conflituosa, na doença ou saúde de uma pessoa ou de seus familiares, etc.

Os grupos étnicos na Guiné-Bissau como anteriormente apresentei, acreditam em deuses e seres mitológicos ligados a elementos da natureza, e o território é o espaço físico onde estas divindades se manifestam, ou seja, a terra não é apenas o lugar onde esses grupos constroem as suas *Moransas* e moram. É um elemento central da religião e da identidade cultural deles. Como aponta Zoctizoum (1988, p.12), “a terra, é a base e fonte da vida, é sagrada; é uma unidade presente, soberana e dada como tal, não sendo nem apropriável, nem alienável”.

A partir das discussões feita anteriormente sobre o *Tchon* e o sagrado, é perceptível que as tabancas se constituem como o primeiro lugar de constituição das identidades no território guineense. As tabancas são espaço territoriais étnicos que é composta por um conjunto de *Moransas* pertencentes a diferentes Linhagens e famílias.

Segundo os meus interlocutores, a vida nas tabancas é marcada pelos espíritos de vivência comunitária baseada na solidariedade na medida que os membros de tabancas todos são famílias por afinidade. As estruturas do poder e da organização das Tabancas variam de etnia para etnias, quer dizer, não existe um padrão universal para isso.

No que tange a organização das *Moransas*, este é apontado por meus interlocutores como espaços da vivência familiar de uma determinada linhagem em que todos os seus integrantes são famílias sanguíneos, a sua estrutura também varia de etnia para etnia. Como nas Tabancas, as *Moransas* também possuem um chefe máximo que é responsável para guiar a família.

Essas estruturas tradicionais da organização social dos grupos são importantes para compreender a importância da *tchon* na formação identitária dos grupos na medida que cada um dos guineenses pertencentes a um grupo étnico independentemente de onde nascer pertence a um *Tchon* e uma *Moransa* a qual este último tem vínculo étnico-familiar, porém, existe até grupos que não enterram pessoas fora dos seu *Tchon* ou *Moransa* como é o caso dos Papeis/Pepeles. Como precisa um dos meus interlocutores, “... *sabes que tem gente que não admitem que sejam enterrados fora dos seus tchons, eu sou Papel/Pepel de Biombo somos um desses que não se enterram fora de Biombo*”.

De acordo com Santy (2012), a relação com a terra e o espaço étnico refere-se à afinidade primordial que os grupos étnicos da Guiné-Bissau possuem com o território de origem. A terra é, antes de tudo, a base da subsistência destes grupos, visto que a maioria pratica agricultura. Esse espaço, que nesse estudo denominamos de *Tchon*, tem um significado simbólico, tanto para os que residem nas tabancas, assim como para os que estão fora delas. Portanto, Santy (2012, p.65) afirma que “é sobretudo, na sua relação com o *Tchon* que se manifesta a identidade étnica”. Sendo assim, é notório que um guineense pertencente a qualquer grupo étnico, mas que tenha se ajustado aos valores de mundo urbano, católico, quando é hora de cumprir com qualquer prática tradicional exigida pela sua pertença, por nascimento ou por outras formas de afinidades a uma determinada linhagem ou grupo étnico, é ao *Tchon* que ele tem que voltar para realizar tal ritual, para que isso tenha validade simbólica e seja reconhecido pelo grupo ao qual pertence.

Portanto, é importante frisar que aquilo se chama de Tabanca e *Moransa* é uma organização segundo os meus interlocutores espalhada em todo o território nacional, também existe um outro modo de organização familiar em algumas localidades de grandes encontros identitários como é o exemplo de cidade de Bissau com um modelo de demarcação das identidades que se chama de *Gã*³⁰, que sempre é acompanhado de um apelido ou nome de um grupo étnico, como é o caso de *Gã Martins* ou *Gã Manjaco/Mandjaco*.

A partir dos meus interlocutores, percebe-se que os *Gã* são nada mais que o espaço da conservação identitária e do vínculo de pertença territorial numa determinada zona, que compreende tanto os centros urbanos, assim como os locais de muitas confluências identitárias. Devido a grandes encontros identitários, grupos e famílias criam estas demarcações em espaços que passam a ser locais da reprodução identitária, em que as práticas dos seus próprios grupos são valorizadas, principalmente a língua.

Nestes locais denominados de *Gã*, a língua tem um peso muito importante. Por outro lado, os *Gã* nos centros urbanos substituem em certas medidas as *Moransas*, que são espaços tomados, na maior das vezes, como lugar de conservação identitária e de memória étnica e familiar, passa a servir para realização de cerimônias tradicionais; além disso, é o lugar onde mora o responsável da família que todos os membros devem o respeito e a lealdade, porque é dele a responsabilidade de usar *calma*³¹ para cultuar os ancestrais mortos, aceitar tributos de casamentos e conduzir cerimônias mais importantes da família.

³⁰ Referência que fazem para um determinado espaço social, seja ele familiar ou étnico

³¹ Instrumento tradicional que também é utilizado para despertar atenção dos ancestrais e possui uma forma igual a conja.

A partir da minha experiência etnográfica, percebe-se que a prática de se constituir em *Gã* não é de alguns grupos, mas sim de todos os grupos sociais guineenses até os descendentes de portugueses e cabo-verdianos também se definem se constituem nesse tipo de organização; por isso, entende-se que o seu significado se baseia na demarcação territorial e na preservação da memória coletiva. Olhando para este quadrante da configuração simbólica que os grupos étnicos têm com o *tchon* e que se transforma em inúmeras acepções, podemos chegar ao entendimento de que na Guiné-Bissau tanto nas zonas urbanas, assim como nas rurais existem vários espaços sociais e culturais, isso acontece também nos locais homoganeamente étnicos.

Entretanto, tanto *Tabanca*, *Moransas* e *Gã* são formas de organização social de grupos que nos dão a margem de compreensão de um lado como a demarcação identitária acontece entre os diferentes grupos em todos os lugares de país, por outro, o quanto essas estruturas são responsáveis pela reprodução identitária dos grupos e das famílias.

Em linhas gerais, vale destacar que *tchon* possui significados importantes no quadrante social guineense, principalmente no que tange às construções identitárias; porém, ao longo de toda essa seção, vimos os diferentes modos em que essa importância se expressa, e percebemos também que a partir disso os grupos criam relação de pertença em diferentes vertentes, seja ela sagrada, assim como diversas maneiras de organização e de memória coletiva. Sendo assim, podemos admitir que é inegável a importância do *tchon* no cenário do debate da identidade nacional na Guiné-Bissau na medida que nos ajuda a compreender a categoria diversidade, pressuposto indispensável para esse efeito final.

4 A IDENTIDADE NACIONAL EM CONSTRUÇÃO: O PAIGC E LUTA PELA GUINENDADE/I

Este capítulo pretende explorar como a ideia da “Unidade Nacional” esteve inserida nas narrativas nacionais oficiais criadas ao longo da luta anticolonial e como estas narrativas foram usadas em favor do desenvolvimento da luta armada e da formação de um imaginário da identidade nacional na pós-independência.

No que se refere ao debate da identidade, a ideia de “Unidade Nacional” foi uma das mais destacadas e referenciadas pelos meus interlocutores, também é comum ouvi-las nos discursos políticos, religiosos e repetidamente falada pelos cidadãos comum e nos veículos de informações da Guiné-Bissau. Contudo, vale ressaltar que a Unidade Nacional é um

componente que nasceu com o nacionalismo Guineense que teve a sua aura na luta de Libertação Nacional. Nesse ensejo, é importante destacar que aquilo que se convencionou chamar de “os nacionalismos em África” são um legado da dominação colonial, formados a partir da mobilização de ressentimentos africanos frente à enorme assimetria colonial vivida desde o fim do século XIX. Como argumentou Frantz Fanon (1979, p.212) o colonialismo é “uma negação sistematizada do outro, uma decisão furiosa de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade, o colonialismo compele o povo dominado a se interrogar constantemente: ‘Quem sou eu na realidade?’”. Por meio dessa constante pergunta, ao se deparar com o Outro, o colonizado constrói uma identidade para si. Dessa forma, o nacionalismo guineense teve suas origens nas estruturas e ações do Estado colonial português, na dicotomia existente entre os guineenses e o eles colonialistas portugueses.

Considerando os fatos anteriores, entende-se que a sinopse a “Unidade Nacional” é tomada por alguns como uma espécie de mito origem do nacionalismo guineense, que se floresceu na Luta de Libertação Nacional, como se observa na fala desse interlocutor, “...a Guiné só conseguiu ser uma nação independente por conta da união de diferentes grupos contra colonialistas portugueses (...), posso te garantir que sem união seria impossível tirar os Tugas³² dessa terra.” (Diálogo realizado em 12/09/2019). Porém, percebe-se que a “Unidade Nacional” é vista como um movimento catalisador da consciência nacional e sobre o qual entra como uma das três palavras que compõem o brasão de Arma da República de Guiné-Bissau a par de Luta e Progresso.

Vale destacar que as narrativas em torno da identidade nacional na Guiné-Bissau são construídas a partir dos fatos decorrentes da Luta de Libertação Nacional a qual foram instituídos ritos bastante simbólicos, como comemorações anuais realizadas em vários pontos do território nacional e sua encenação anual do seu marco (Nascimento e morte de Amílcar Lopes Cabral, fundação de PAIGC, dia das Forças Armadas, *Massacre de Pindjiguite*³³, dia da proclamação da Independência), como forma de evidenciar as suas importâncias para a nação guineense. Ademais, esses acontecimentos são bastantes representados nas narrativas nacionais e constantemente reorganizados e ressignificados de acordo com as circunstâncias exigidas pelo presente, tal como é feito até os dias de hoje. Como precisa deste interlocutor, “...a luta de libertação é um marco importante para nossa nação e precisa sempre ser lembrando e comemorado por todos e em todo território nacional, eu sinto arrepiado quando acontece as

³² A forma como os portugueses são chamados na Guiné-Bissau.

³³ C,f Amado (2006), o Massacre de *Pidjiguiti* foi um episódio da luta pela independência da Guiné-Bissau do domínio português, antecedendo e provocando o início da luta armada naquele território.

paradas militares nesse dia.” (Diálogo realizado em 28/07/2019). Considerando isso, tomarei a Luta de Libertação e Unidade Nacional para entender como são construídas as narrativas da identidade nacional na Guiné-Bissau.

4.1 O nacionalismo e as narrativas de formação nacional na Guiné-Bissau

O território que hoje faz parte da Guiné-Bissau foi ocupado pelos portugueses ao longo da corrida imperialista no final do século XIX. No entanto, as resistências diante da presença portuguesa na Guiné-Bissau nunca cessaram e aconteciam de formas variáveis, como explica Candé Monteiro (2013, p.103), “as resistências tiveram características regionais e étnicas, devido à configuração social do país, sendo que cada grupo étnico pertence a uma terra”. Entretanto, a própria ocupação do território, segundo Monteiro (2013, p.107) “...foi somente na década de 1930 que se registrou a completa ocupação portuguesa no território da Guiné-Bissau, ano que marca o término das ‘campanhas’ de pacificação nas ilhas de Bijagós, as denominadas resistências étnicas”, obrigando assim os povos da ilha a cumprirem o pagamento de impostos.

É importante destacar que até os anos 20 de século XX, diferentemente dos outros territórios africanos onde tinha a presença portuguesa, na Guiné-Bissau dita “portuguesa” nessa altura, a elite negra local assimilada não veiculava as “causas africanas” na imprensa, mas sim, segundo Candé Monteiro (2013, p.108) nesse período aconteciam “as primeiras manifestações de caráter reivindicativo, que almejavam a integração na sociedade portuguesa conduzida por uma pequena elite assimilada da Guiné-Bissau denominada de protonacionalismo bissau-guineense”. Essa autora aponta que esse movimento se denominava a Liga Guineense, criada por iniciativa de uma pequena elite dos filhos de Bolama, “surgiu como a primeira organização política do país de convicção republicana, ainda que de forma tímida, fundada em 1910, pelos mestiços e grumetes de Bolama” (p.108). Mendy citado por Candé Monteiro, foi contundente em colocar que:

Entretanto, a literatura existente, acerca desta organização, é divergente, alguns apontam que a Liga não objetivava a contestação da independência, mas sim “propunha apenas estabelecer escolas, trabalhar na medida das suas forças para o progresso e desenvolvimento da Guiné Portuguesa e, sendo assim, nenhum destes desejos e objetivos desafiavam direta ou indiretamente as ambições imperialistas portuguesas. (MENDY *apud* CANDÉ MONTEIRO, 2013, P.108).

É notório que as pessoas que pertenciam a essa liga são, na sua grande maioria, vinculadas à classe dos “assimilados” e não sofriam como os agricultores e a toda massa

camponesa que eram ferozmente maltratados pelas autoridades coloniais, e se sentiam “confortáveis” ao ponto das suas exigências não coincidirem com os interesses dos portugueses que era permanecer e estender o seu domínio sobre os autóctones.

Entretanto, os movimentos de contestação direta ao colonialismo, caracterizados por um imaginário nacional, só floresceram a partir da Segunda Guerra Mundial, com a disseminação e maturação das ideias de autodeterminação e liberdade pelo continente africano. É neste momento que começaram a surgir as “narrativas de emancipação e esclarecimento” dentre a população, especialmente entre as elites intelectuais, e quando ocorre um aprofundamento da dicotomia entre o nós guineense e o eles portugueses. Com o avanço destas narrativas, os nativos se mobilizaram em favor do fim do colonialismo e na defesa de uma identidade e história próprias. Saídas de uma realidade social específica, estas narrativas acabaram por criar uma nova realidade social. Detentoras de uma função mobilizadora, buscavam explicar aos autóctones a necessidade de pôr fim ao presente marcado pela opressão colonial ao mesmo tempo em que traçavam um futuro melhor em comum, onde o guineense seria independente e dono de seu próprio destino. Inicialmente está consciência de libertação se dava a partir de uma lógica étnica, talvez isso se explicava por conta da configuração geográfica da Guiné-Bissau em que cada grupo vive numa zona distantes dos outros o que consequentemente influenciou a criação dos movimentos de libertação de cunho étnico.

Um outro fato relevante pontuado por meus interlocutores em decorrência de primeiros sinais de uma articulação com modelo de um movimento contestatário que queriam a retirada dos portugueses na Guiné-Bissau, são os meios culturais, num contexto marcado pelo aumento da vigilância colonial e de uma, ainda, baixa aderência popular às causas nacionalistas. Muitas das vezes incompreensíveis ao colonizador, que desconhecia a cultura e línguas locais, a literatura oral, canções camponesas e operárias, a arte plástica e a pintura guineense caracterizaram-se por uma forte crítica social e anticolonial nesse período e serviram como elementos de mobilização. Como se percebe nessa fala

“...as músicas eram feitas nas línguas étnicas e, com intuito de passar a mensagem, muitas delas traziam xingamentos contra os Tugas, outras incentivavam e consolavam as pessoas de que dias melhores estão perto de chegar, (...). aqui no Tchon de Pepel fomos várias vezes advertidos e caçados pelas tropas portuguesas que faziam patrulha, porque os atacávamos com borrachinhas e zombava deles sempre que passavam, estávamos fartos deles. Não ficava só nisso, havia jovens que seguiam outras formas de elevar esse ódio que a gente tinha dos Tugas como é o caso da música e poemas, esse último só fiquei sabendo depois da independência.” (Diálogo realizado em 16/08/2019).

Os exemplos da produção cultural que contestavam a presença portuguesa são os poemas de Vasco Cabral, entre os períodos de 1951 a 1974, reunidos numa obra intitulada de “Luta é minha Primavera” publicada em 1981, que a partir de uma forte crítica ao ambiente colonial começavam a demarcar uma *Guinendade/i*, além das músicas produzidas nas línguas étnicas com objetivo de levar as mensagens de conforto e de contestação. Ademais, esse período também é marcado pelo crescimento de revoltas violentas nas áreas rurais, onde a exploração e o trabalho forçado eram bastante evidentes.

A produção cultural das décadas de 1950 e 1960 permitiu a reflexão da tomada de consciência e o desejo de “emancipação” cultural e política dos povos colonizados. Em especial na literatura, começou a se delinear um sentimento nacionalista muito influenciado pelas correntes intelectuais de valorização do negro, que repercutiam posturas e valores africanos iluminados pelo substrato filosófico do pan-africanismo, do Renascimento Negro e da negritude. Essa produção cultural, muito embasada na experiência colonial, buscou um enaltecimento do negro e de sua cultura ao mesmo tempo em que englobava as diferentes identidades étnicas e reconhecia a importância e força das tradições locais. O elemento de crítica colonial presente nesse tipo de contestação foi importante e apropriado pelo movimento de libertação nacional, surgido nas décadas nesse mesmo período.

Foi a partir desse contexto de forte crítica ao ambiente colonial que os meus interlocutores apontam como o período ao qual começou a ser delineado entre aqueles que pensaram a nação, a ideia de uma identidade nacional, o que seria denominado de *Guinendade/i*, ou seja, as formas de ser, pensar e se portar como guineense, como descreve esse o meus interlocutores “... é claro que os objetivo de criação de PAIGC na década de 1950 era de fundar um movimento que vai lutar para libertar um território e disso construir uma nação livre e com uma identidade própria.” (Diálogo realizado em 22/12/2019). O desenvolvimento deste imaginário nacional se caracterizou por uma forte oposição ao colonialismo português, utilizada como fator agregador, sendo a negação do caráter colonial elemento determinante sobre a identidade nacional. Por outro lado, deve-se ressaltar que o movimento anticolonial fez uso da ideia da Guiné-Bissau, constituída ao longo da colonização portuguesa, da qual herdou elementos importantes como a língua, o português, nesse caso e os limites territoriais coloniais definidas na Conferência de Berlim.

Vale lembrar que o próprio Amílcar Cabral recusou o ensino em Crioulo e línguas como Fula, Balanta, Mandinga etc., favorecendo o português como língua escrita na Guiné-Bissau (CABRAL, 1990, p. 59). Ele declarou, percebendo o português como língua unificadora:

O português (língua) é uma das melhores coisas que os Tugas (portugueses) nos deixaram, porque a língua não é prova de nada mais senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros, é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo. (CABRAL, 1990, p. 59).

Por isso, quando o educador brasileiro Paulo Freire implementou um programa de massas de alfabetização a partir de 1975, foi decidido pelos dirigentes – supostamente contra sugestão dele mesmo – usar português como língua de ensino. Por esta razão, o programa fracassou, pois, só uma pequena minoria sabia falar e escrever português: 5% de luso-falantes, em contraste com 45% da população que falava crioulo naquela altura (KOLL, 2011, p. 48-49).

Voltando à descrição sobre o período colonial, é importante ressaltar que a virada para a década de 1960 marcou um novo momento no processo de contestação do regime colonial na Guiné-Bissau, quando, a partir da organização partidária, a luta política pela independência se tornou evidente. Várias organizações políticas, algumas delas com a base étnica fundadas nas décadas anteriores e instalados em alguns países vizinhos, já independentes, compostas por imigrantes guineenses e, muitas vezes, com o apoio de grupos políticos dos próprios países que os acolhiam. Neste novo contexto, além de liderança de PAIGC que exercia influência sobre os Movimentos de Libertação da Guiné e Cabo-Verde em Conacri e em *Ziguinchor*³⁴, tinham outros movimentos guineenses que não tiveram continuidade. Segundo Dumas Teixeira (2015, p.186), “esses movimentos foram acusados pelo PAIGC de ‘oportunistas’ sem legitimidade popular, particularmente aquelas organizações políticas que negaram a injunção da ‘Unidade’ dentro de uma única estrutura partidária”. Assim, este autor aponta que entre esses movimentos estão:

A Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING), do guineense François Kankoila Mendy, a união para Libertação da Guiné (ULG), de Ibrahim Djaló, a União Nacional da Guiné (UNGP), de Benjamim Pinto Bull, o Socialista da Guiné (MLG), de Rafael Barbosa, que mais tarde filiou-se ao PAIGC por falta de estrutura e de capacidade de mobilização, entre outros motivos (TEIXEIRA, 2015, p.186-187).

Candé Monteiro (2013, p.119) e Teixeira (2015, p.187) foram unânimes em apontar a aversão dos guineenses com relação à unidade entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde como fator que provocou divisionismo e conseqüente resistência em formar uma frente única com o PAIGC para enfrentar os colonialistas portugueses.

³⁴ Ziguinchor é uma cidade do Senegal, capital da região com o mesmo nome. Localiza-se no sul do país na região de Casamansa, da qual é a capita. Lembra Diallo (2015) que a atual Ziguinchor remonta a uma comunidade de lançados estabelecida nas primeiras décadas do século XVII na margem sul do rio Casamansa. Segundo a tradição, o seu nome deriva da expressão em língua portuguesa "cheguei e choram", uma vez que os nativos pensavam que os europeus os vinham escravizar. Este autor lembra que. Em 1836, com base nas informações inglesas, Portugal se deu conta de que as intenções francesas eram abrir feitorias no Casamansa, além do Ziguinchor. Esse fato provocou o início de um longo diálogo que culminou com a assinatura do citado Acordo Luso-francês.

Entretanto, vale mencionar que entre esses movimentos a MLG de Rafael Barbosa foi a que teve ações marcantes no tocante aos enfrentamentos das autoridades coloniais resguardada na historiografia guineense, como explica Candé Monteiro (2013, p.147) em relação à disputa histórica de paternidade dos acontecimentos de Massacre de *Pindjiguiti* que teve lugar em 03 de agosto de 1959 entre PAI e MLG. Na opinião dessa autora, “é verdade que o fato de ter um membro do MLG envolvido na greve dos portuários, sem dúvida, reforça o protagonismo do MLG neste evento” (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.147). Esse é o exemplo de algumas controvérsias que o PAI de Amílcar Cabral tinha com a MLG de Rafael Barbosa.

Num processo complexo, marcado por muitos desencontros, Candé Monteiro (2013, p.148) destaca que depois de muitas controvérsias entre o MLG e o PAIGC, os partidos concordaram em se unificar para a luta de libertação. O sucesso do PAIGC sugere que para além de uma proposta política mais concreta e globalizante contra o regime colonial, os membros do movimento souberam utilizar melhor os meios existentes para a criação de uma identidade coletiva e de uma unidade em prol da luta contra o colonialismo, sejam estes meios coercitivos ou não. Assim, quase todos os meus interlocutores destacam que a formação do PAIGC foi um momento decisivo para o nacionalismo guineense e a conquista da independência, como se verifica nessa fala:

“...não foi simplesmente uma associação de várias organizações políticas, que manteriam de alguma maneira a sua existência e personalidade próprias, mas uma nova organização que absorveu as anteriores, dando assim um conteúdo mais forte à noção de Unidade Nacional. É, pois, neste contexto que o PAIGC surge como a criadora da identidade nacional guineense e, por conseguinte, como a detentora e o garante da Unidade Nacional.” (Diálogo realizado em 11/08/2019).

Nesse sentido, um diferencial do PAIGC em relação aos outros grupos nacionalistas foi sua capacidade narrativa. Desde sua criação, ela foi capaz de selecionar, estruturar, organizar as experiências vividas ao longo do período colonial e inseri-las numa narrativa nacional própria, demonstrando um entendimento da dimensão de poder que perpassa as narrativas de emancipação nacional, sua capacidade de mobilização e o conhecimento dos contextos de recepção dessas narrativas - os grupos que as receberiam, seus repertórios e interesses. Dessa forma, entender e saber lidar com essas especificidades influenciou positivamente para o sucesso do PAIGC e a eficácia desta narrativa dentre a população.

Vale ressaltar que uma das grandes marcas da Luta de Libertação Nacional na Guiné-Bissau era a Unidade, que, segundo Cande Monteiro (2013), baseava-se “tanto nos aspectos históricos, quanto pela lealdade política, constituindo um movimento amplo, verdadeiramente nacional, marcado por uma única coordenação política, que representa os interesses

reivindicativos para a independência, não só da Guiné-Bissau, mas, também, de Cabo Verde” (CANDE MONTEIRO, 2013, p.158). No entanto, essa autora lembra que a ligação entre os povos da Guiné e Cabo Verde tem uma explicação histórica baseada nos laços da ancestralidade comum, como ela explica:

[...] a origem da população do Cabo Verde tem uma forte ligação com a Guiné-Bissau. Este intenso fluxo marcado pelo sistema escravocrata, fez com que muitos bissau-guineenses, levados de forma forçada para Cabo Verde, estabelecessem laços de parentesco nesse território. Além disso, alguns caboverdianos, que foram forçados a emigrar para Guiné-Bissau em busca de melhores condições de vida e de trabalho, recriaram laços de parentesco e irmandade na Guiné-Bissau. Outro aspecto não menos importante é a política do governo colonial, que considerava Guiné-Bissau e Cabo Verde como uma única entidade administrativa. Tudo isso fez com que as relações de solidariedade e de parentesco se intensificassem entre estes dois povos, sendo difícil existir um caboverdiano que não tenha antepassado bissau-guineense. (CANDE MONTEIRO, 2013, p.158).

Considerando esse fato, não se pode afirmar que o princípio da unidade iniciada pela colonização fosse igual àquela que PAIGC depois tentava construir. Como ressalta Semedo:

A unidade no primeiro momento além de não ter uma base ideológica real, centrava-se mais na união orgânica formal tendo como prioridade o aspecto físico-comercial, devido aos interesses econômicos que Portugal tinha na região. E, no entanto, não se pode dizer que Amílcar Cabral ao fundar o PAIGC em setembro de 1956 não levou em consideração, o processo histórico e cultural dos dois povos. É obvio que levou isso em consideração, porque, aliás, ele é o resultado da unidade iniciada pela colonização, e depois, apenas atribuiu à nova unidade o que lhe faltava: o caráter ideológico que assentava numa consciência social e cultural real, ou seja, na identidade própria que recusa a dominação imposta pela colonização. Uma unidade que transcendia a relação econômicas e histórica e se fundamentava na construção de uma consciência coletiva. (SEMEDO, 2009, p.51-52).

Entretanto, percebe-se que os condicionantes históricos foram importantes para unidade conseguida entre dois países, mas, no entanto, Semedo foi além em apontar três aspectos relevantes no processo de construção desse projeto binacional:

O primeiro, a realidade físico-geográfica de Cabo-Verde não era propícia ao tipo de resistência idealizada pelo PAIGC, tendo em consideração que, além de ser conjunto de dez pequenas ilhas, é uma região árida isolada no meio do Atlântico a algumas milhas do continente; o segundo, a relação histórica entre os dois povos e também a necessidade de fazer da união a força para enfrentar o inimigo comum; o terceiro era a dificuldade de conduzir uma mobilização bem sucedida nas ilhas, pois o estatuto diferenciado de que gozavam os caboverdianos era entrave aos propósitos do PAIGC. (SEMEDO, 2009, p.52).

Considerando os três fatores apresentado por Semedo, entende-se que esses são realidades vista por Cabral que o levou a criar alianças, e mecanismos viáveis para a realização

da luta armada a qual a Guiné-Bissau foi tomada como espaço propício para esse efeito. Como explica Semedo:

Contrariamente à Cabo-Verde, reunia condições necessárias à prática revolucionária mais segura, por conta, não só com a ligação das fronteiras terrestre dos países vizinhos, mas aproveitando o sentimento de revolta à colonização que era mais visível no comportamento dos nativos da então Guiné-Portuguesa. Pois o tratamento que Cabo-Verde recebia era diferenciado e grande parte da sociedade era favorável a presença colonial no arquipélago (SEMEDO, 2009, p. 52).

Vale destacar que a própria ideia da unidade e da condução da luta no território guineense era contestado por alguns guineenses. Entretanto, alguns guineenses que faziam oposições à unidade, em particulares, e parte dos que eram militantes do partido, observavam o projeto da unidade entre os dois povos como uma “outra” colonizados, desta vez, do povo caboverdiano. Em razão disso o alvo principal da contestação era o presidente da República Luís Cabral que era visto como cidadão caboverdiano.

Um dos elementos da desunião binacional, segundo Candé Monteiro (2013), é aquilo que várias não consideramos como condicionante da ruptura, isto é, o reconhecimento ou não de Amílcar Cabral e outros descendentes caboverdianos com nascença guineense como guineense por parte dos nativos guineenses porque a identificação guineense era – e ainda é, de certa forma - atrelada a linhagem étnica. No entanto, Cabral carecia dos atributos étnicos, pois, era o filho dos caboverdianos que nasceu na Guiné-Bissau.

Haja vista, a condicionante imediata da ruptura foi o golpe de 1980 pelo Movimento Reajustador³⁵ como aponta Teixeira (2015, p.195), “Luís Cabral foi deposto em 1980, por golpe de Estado chefiado pelo General guineense João Bernardo Vieira, natural de Bissau, veterano de Luta de Libertação Nacional”. Em gesto de justificativa Teixeira (2015, p.195), explica que o chamado Movimento Reajustador aponta a preservação da memória do passado “tradicional” como contraponto à “modernização” defendida pelo governo de Luís Cabral. O outro fator que, de certa forma, germinou o conflito interno no seio de PAIGC que posteriormente servia de fundamento de golpe de 14 de novembro de 1980, é o suposto caso da hierarquização da estrutura administrativa do partido que “privilegia” os caboverdianos e Cabo-Verde conforme justificou o Movimento Reajustador. Lembrando que, segundo Candé Monteiro (2013), mesmo com a independência, existia algumas práticas herdadas da administração colônia como “a

³⁵ C.f Mota Citado por Candé Monteiro (2013, p.225) o uso da expressão movimento reajustador e não golpe de Estado foi devido ao fato de que “não se tratou obviamente de um mero golpe de palácio”, mas sim um “reajustamento, por priorizar o combate às injustiças, a resolução da crise econômica e a satisfação das mais prementes necessidades do povo

exacerbação da repressão, do desrespeito pelos direitos humanos; da falta de segurança pública; da ausência de liberdade de imprensa e de expressão; do baixo crescimento econômico e insegurança alimentar; e da perseguição e execução de várias personalidades civis e políticas, etc.” (p.227). Essa mesma autora aponta ainda outros fatores:

Como o caso da aprovação da Constituição do país de 10 de novembro de 1980, pela Assembleia Nacional Popular, constituindo ponto crítico que aflorou outros debates como, por exemplo, a ausência de referência da obrigatoriedade de o Presidente da República ser cidadão bissau-guineense, e a admissão da pena de morte na Guiné-Bissau e não em Cabo Verde (CANDE MONTEIRO, 2013, p.229).

Isso e outros fatores anteriormente citados criaram instabilidade dentro do PAIGC nos momentos posteriores à independência e que arrastou e piorou com o golpe de 1980, que provocou a separação total dos dois países.

Os fatos referentes à história que marca a formação do PAIGC e sua ação no desencadear de Luta de Libertação Nacional, é vista para os meus interlocutores como elemento fundador da nova nação e nela se perpassou toda a forma de se narrar a história da Guiné-Bissau. Assim, essa narrativa nacional criada em torno desses acontecimentos anteriormente destacados se tornou oficial e foram codificadas e amplamente divulgadas através de diversos meios, tais como discursos políticos, jornais, cartazes, música, literatura, fotografia, livros de história, panfletos, cinema etc. como pode-se perceber nessa fala:

“Quem te garante que tudo que foi dito, ou seja, a história contada sobre a luta é verdade? A gente acredita e reproduz isso, mas o partido forjou muita coisa que não aconteceu, e não só, mas também sobre a própria história do Amílcar Cabral (...), com intuito de despertar sensibilidades nacionalistas do povo, e isso era comum no período da luta e na pós-independências tudo era organizada, reajustada e divulgadas em diferentes espaços principalmente na mídia, cartazes eram coladas, bandeiras em diferentes avenidas de cidade de Bissau (...). as bandas musicais dessa época enalteciam bastante isso, e aquilo nos tocava na alma como guineense.” (Diálogo realizado em 06/08/2019).

Por conseguinte, percebe-se que a constituição de uma narrativa oficial em torno da experiência colonial e da libertação nacional atendeu a necessidade de se forjar uma identidade coletiva entre os guineenses, apesar das tensões e confrontos entre os diversos seguimentos sociais participantes na luta de libertação, mas também de reforçar o poder do PAIGC. Portanto, através desta narrativa o PAIGC manteve para si o monopólio dos modos e formas de se narrar a história da Guiné-Bissau.

Como resultado, na Guiné-Bissau, o nacionalismo, a luta anticolonial e a narrativa histórica estão fortemente imbricadas. O PAIGC é representado como o articulador principal

do nacionalismo guineense e, por isso, guia do povo guineense ao longo da luta anticolonial, esses fatos é bem nítido nas músicas feitas entre as décadas de 70 a 80 e na historiografia nacional através dos livros didáticos nas escolas e nas produções acadêmicas de finais de século XX e de início de século XXI onde as evidências da glorificação do PAIGC é marcante. Por sua vez, a vitória sobre o colonialismo português promoveu sua ascensão ao poder no contexto pós-independente como autêntico líder do povo. Ademais, após a independência, nos dezoito anos que se seguiram, o PAIGC se manteu no poder por meio de um regime unipartidário. Como é apontada por esse interlocutor:

“...a legitimidade política adquirida em lutas de libertação - contra o colonialismo português ou sensibilidade étnica separatista - gerou uma narrativa histórica triunfalista, que constantemente é repetida pelos dirigentes de PAIGC como forma de manter a sua tradição histórica como um patrimônio de Estado-Nação guineense e isso se tornou um instrumento de caça aos votos e de atrair o povo da Guiné-Bissau com abertura política, como os únicos responsáveis para assegurar a unidade nacional, um catalisador de identidades coletivas, algo que de meu ponto de vista é extremamente ilusória porque todos os partidos nasceram do PAIGC o que consequentemente também são responsáveis pela conquista da independência, mas ele só continua sendo beneficiário desse passado glorioso da luta de libertação nacional.” (Diálogo realizado em 13/09/2019).

Alguns dos meus interlocutores destacam para a existência de um “triumfalismo do PAIGC” na narrativa histórica, na qual a história deste Movimento/Partido é, muitas das vezes, confundida com a história da Guiné-Bissau e o Partido é eternamente visto como vitorioso. *não se fala da Guiné-Bissau sem mencionar o PAIGC e isso é recíproco, não se do PAIGC sem se referir a Guiné-Bissau* (Diálogo realizado em 08/08/2019). Essa referência e ligação é oralmente destacado, mas também é entendível que estão constituídas a partir de documentos e testemunhos oficiais, sem uma problematização e contadas por meio de acontecimentos chaves que marcaram o processo da Luta Armada. Assim, é entendível que a atuação do PAIGC assumiu um papel de exclusividade na narrativa nacional.

Este esforço da unidade não se dava só na dimensão binária entre os povos de Guiné e Cabo Verde, mas também atendia a vontade dos revolucionários de PAIGC em levá-lo na esfera interna entre os diferentes grupos étnicos guineenses que tinham estruturas sociais e modos de organizações diferentes, que, por efeito da sua não aderência às ideias da luta, poderia colocar em risco os anseios e objetivos traçados pelo movimento de libertação.

A partir da minha experiência etnográfica percebi através dos meus interlocutores que a história da Guiné-Bissau estaria repousada sobre uma história verbal, o que contribuiu para “reforçar a coesão da fábula”, pois seu caráter verbal permitiu à narrativa “maior flexibilidade

e capacidade de adaptação às mudanças de contexto”. Como se verifica nessa fala, *ao longo da luta anticolonial e nos primeiros quinze anos após a independência, as narrativas históricas nacionais foram produzidas a partir de relatos orais criados, principalmente, nas datas de celebração histórica ou em momentos de crise* (Diálogo realizado em 10/09/2019).

Nesse sentido, esta narrativa enraizada na luta anticolonial deve ser vista como um aparelho localizado na intersecção de poder e conhecimento, responsável por legitimar o exercício da autoridade do PAIGC no período pós-colonial. Portanto, esta narrativa serviu para reforçar o monopólio do Partido no poder ao mesmo tempo em que intensificou a ideia de que o PAIGC é a detentora da história do país. Dessa forma, as memórias sobre o colonialismo e a luta armada estiveram fortemente entrelaçadas com o presente, de modo a justificar e a legitimar as ações tomadas pelo PAIGC.

4.2 O Homem novo do Cabral e a narrativa sobre a *Guinendade/i*

Sendo um dos ícones da luta pela independência, voltei no tempo para localizar como Amílcar Cabral, em 1969, pensava a questão da unidade. Para ele, as diferenças que se nomeavam como “tribalismos” foram incentivadas pelo colonialismo, o que levou a uma dificuldade de se construir laços que unificassem as pessoas em prol de um objetivo comum, o de expulsar o colonizador (CABRAL, 1974, p.70). Para este autor, também foram os anos de luta que forjaram essa nação africana, fazendo “nascer um homem novo e uma mulher nova, seres humanos conscientes dos seus direitos e dos seus deveres no solo da nossa pátria africana” (CABRAL, 1974. P.150-151). Em busca e em luta por uma consciência nova que ultrapassasse o colonialismo, Amílcar Cabral foi um dos principais intelectuais que tentou traduzir o que ele chamava de caráter nacional através da personagem do “Homem Novo”.

Embora respeitasse e valorizasse aspectos das diferentes culturas dos grupos étnicos que formavam o "povo" guineense, Cabral era defensor de uma unidade em torno da identidade africana, que segundo ele deveria se sobrepôr às divisões étnicas. Essa identidade africana seria um dos produtos da luta de libertação que, segundo ele, não seria apenas um "fato cultural, mas também um fator de cultura" (CABRAL, 1974: p.137). Essa luta de libertação, e a descolonização no sentido mais amplo, se dava também através da educação do "povo africano da Guiné e Cabo Verde". Para tanto, centenas de "escolas piloto" foram criadas pelo PAIGC por todo o território libertado da Guiné. Ainda em meio à luta armada, em entrevista concedida em 1969, Cabral dizia o seguinte:

Um homem novo nasce na nossa terra, e se tiver ocasião de falar com as nossas crianças poderá ver que as crianças das nossas escolas têm já uma consciência política, patriótica e que querem lutar pela independência do seu país. Uma consciência que faz com que se entendam uns com os outros, um sentimento de unidade nacional e de unidade no plano africano. (CABRAL, 1974: 71).

Em seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, em outubro de 1972, Cabral se dizia orgulhoso da transformação pela qual passava sua terra em função das conquistas obtidas na luta até então: "Estamos orgulhosos, sim, da consciência nacional das nossas populações, da unidade do povo forjada na luta, do desabrochar simultâneo das culturas dos diversos grupos étnicos, das escolas, dos (...) milhares de adultos alfabetizados (...)." (CABRAL, 1974, p.151). Um dos meus interlocutores me conta que nas escolas, a alfabetização de homens e mulheres da Guiné-Bissau e a união dos diferentes grupos étnicos para a independência eram motivos de orgulho para o Amílcar Cabral. Da mesma forma, a importância dada à questão da história e das culturas africanas para a luta contra o colonialismo é evidente no pensamento de Amílcar Cabral e é através desses instrumentos que ele cria a sua narrativa sobre aquilo que ele chama de "O Homem Novo".

Entretanto, a referência constante nos discursos de Amílcar Cabral sobre aquilo que ele chamava do "Programa Maior³⁶" pode ser compreendida como mecanismos da construção da "personalidade guineense" e fortalecer os vínculos coletivos para se combater os obstáculos que surgiam diante da luta anticolonial e do desenvolvimento da nação. Nessa busca pela "personalidade guineense", um dos meus interlocutores me alertou que foi utilizada a figura do "Homem Novo" guineense, um modelo identitário utópico, mas que influenciou profundamente o projeto nacional do PAIGC e a forma de se narrar a nação. A partir do Homem Novo foram traçadas as expectativas para a nova nação e buscou-se definir a *Guinendade/i*.

Há que se referir que a própria ideia do "Homem Novo" compreendia duas dimensões importantes, como sinaliza um interlocutor meu, durante a luta anticolonial, o "Homem Novo" seria forjado no combate e na construção das zonas libertadas, vistas como "um laboratório político; um laboratório científico; um laboratório de ideias" e um embrião do futuro Estado guineense. Por conseguinte, com a conquista da independência entra a segunda dimensão, que é de se constituir esse "Homem Novo", em consonância com as oposições internas e externas

³⁶ C.f Gomes (2003) O partido tinha dois programas: o programa maior que era o desenvolvimento socioeconómico do país, e o programa menor que era contra o colonialismo para a libertação do país"

vividas pela nova nação e com a uma aproximação mais clara entre o PAIGC com demais segmentos internacionais das ideias socialistas.

Assim, lembra um interlocutor meu:

“Para ser preciso, esse o ‘Homem Novo’ segundo a leitura que faço de Amílcar Cabral, deveria se contrapor a todos os vícios sociais do passado, vinculados ao divisionismo étnico e ao colonialismo. Ademais, as identidades étnicas, regionais ou tradicionais também deviam ser deixadas de lado, assim como os valores burgueses do capitalismo.” (Diálogo realizado em 27/08/2019).

Para Mateus (1999, p.110), a figura do “Homem Novo” não foi uma criação dos movimentos de libertação das nações lusófonas na África, mas parte essencial do imaginário em torno da construção das sociedades socialistas. Este autor foi mais longe em apontar que estes movimentos de Libertação a qual PAIGC faz parte, beberam um pouco no ideário filosófico do marxismo-leninismo, em que o objetivo do “Homem Novo” era de criar uma sociedade mais homogênea, de uma nova mentalidade na qual o patriotismo seria cultivado e os interesses da sociedade estivessem acima dos individuais. Foi com o avanço do marxismo-leninismo dentre os quadros do PAIGC, em fins da década de 1960, que a figura do “Homem Novo” ganhou forma e força dentro do projeto nacional e foi adaptada à realidade da sociedade guineense, e isso se dava por conta de grande número de jovens que desde períodos da Luta de Libertação Nacional até as décadas de 1990 saíam para estudar na antiga União Soviética. Nesse sentido, é importante refletir sobre o caráter socialista do PAIGC, pensando em como a aproximação com esta linha de pensamento teve influência sobre as perspectivas que eram traçadas em torno da construção da nação.

Através de Dumas Teixeira (2015, p.180), é compreensível que o Amílcar Cabral sempre negava a sua vinculação com o pensamento Marxista e Socialista, ele apontava que as suas ideias eram meramente inspiradas nas realidades dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde. Contudo, o PAIGC no poder na Guiné-Bissau no período pós-Independência não escapou da influência da bipolarização mundial entre as décadas de 1960 e 1980. Conforme Candé Monteiro (2013, p.114), Dumas Teixeira (2015, p.97) e Augel (2007, p.160), havia aproximação do PAIGC com países do campo socialista, como União Soviética, China, Cuba e Vietnã. Além da aproximação com países africanos já independentes e de posições políticas mais revolucionárias como Gana e Argélia.

Nesse sentido, a busca pela identidade nacional esteve, desde cedo, fortemente atrelada à constituição de uma sociedade socialista e à ética e moral revolucionária. O projeto de nação defendido ao longo da luta anticolonial tinha como objetivo uma nova sociedade,

revolucionária, independente e livre dos valores do colonialismo e do imperialismo. Estes elementos são constantes nas narrativas nacionais e indicam que, desde cedo, os objetivos da luta levada a cabo pelo PAIGC iam muito além da conquista da independência, que sua concepção de sociedade era perpassada pelas ideias socialista e seu projeto propunha uma profunda transformação social.

Nessa ordem da discussão, Valentin-Yves Mudimbe (2019, p.231) aponta que o aparato político-ideológico marxista foi muito utilizado no processo de construção das nações independentes africanas. Tal apropriação aparece nas narrativas de emancipação e de prescrição da ordem pós-colonial, criadas pelos intelectuais/líderes políticos africanos. Este autor foi mais longe em apontar que houve uma continuidade epistemológica ocidental nos discursos desses intelectuais africanos, visto que não conseguem se desvencilhar da categoria “África”, um objeto e representação do Ocidente. Nesse sentido, a adoção do marxismo, uma episteme Ocidental, por vários intelectuais ligados aos movimentos de libertação nacional africanos proporcionou uma amplificação do discurso marxista. Entretanto, isto não é, necessariamente, visto como algo negativo, na medida em que o uso desse aparato metodológico marxista permitiu aos movimentos anticoloniais criar analogias e comparações entre as racionalidades africanas e europeias.

A partir de discussões apresentadas por Achille Mbembe (2001, p.175, 176, 177), na sua obra intitulada “As formas africanas de auto inscrição”, observei que a apropriação do marxismo refletiu de forma clara nas narrativas nacionais do PAIGC e na continuidade do projeto do “Homem Novo” iniciado por Amílcar Cabral. Segundo o autor, a narrativa nacional, influenciada pelos pensamentos marxista e nacionalista, é permeada pela tensão entre o voluntarismo e a vitimização, e seria caracterizada por quatro elementos:

- 1) uma visão mecânica e reificada da história; 2) a falta de reflexividade e uma concepção instrumental do conhecimento e da ciência em prol da luta partidária; 3) a negação da tradição em detrimento de uma identidade conferida pelas classes sociais e; 4) uma relação essencialmente polêmica com o mundo, caracterizada por uma retórica que contradiz e denuncia o Ocidente enquanto cria suas próprias narrativas (MBEMBE, 2001, p.175, 176, 177).

Esses quatro elementos são bastante perceptíveis quando se analisa as narrativas nacionais criadas e difundidas pelo PAIGC relatada por meus interlocutores. Entretanto, esses consideram que o “Homem Novo”, por excelência, deveria ter participado da luta armada, vista como um processo de purificação, e estar pronto para, se necessário, pegar em armas novamente para combater as forças imperialistas.

A experiência compartilhada pelos diversos grupos étnicos que ocupavam o território guineense sob o domínio colonial português e a luta armada engendrada contra este, foram utilizadas como fator agregador para a construção nacional. Assim, podemos considerar que o desejo comum de acabar com o colonialismo aparece como o principal elemento responsável pelo surgimento do nacionalismo em Guiné-Bissau, como é indicado por grande maioria dos teóricos da luta de Libertação na Guiné-Bissau, como Cande Monteiro explica:

A partir de 1950, o nacionalismo bissau-guineense teve o seu auge com a efervescência dos movimentos contestatórios, rubricados sob várias vertentes, sobretudo a cultural. Vale repetir que em quase todo o continente, a década de 1950 foi marcada por intensas reivindicações nacionalistas, que constituíram as etapas decisivas do nacionalismo com vistas à independência. No caso particular bissau-guineense, essas movimentações culminaram com a criação de uma Frente Única da Luta de libertação. A iniciativa estava em sintonia com a dinâmica política que o continente africano atravessava (MONTEIRO, 2013, p. 208-209).

Nesse sentido, percebe-se que a luta anticolonial se tornou elemento fundador da “identidade nacional”, como aponta esse interlocutor:

“Foi para combater o colonialismo, para eliminar o opressor e o ocupante estrangeiro da nossa terra, que todo o povo da Guiné-Bissau se uniu. Isso começou no sul do país e se alastrou para todos os cantos da nossa terra, porque criámos a consciência de guineense, vencemos na luta de libertação e proclamamos a independência.” (Diálogo realizado em 16/08/2019).

Contudo, é entendível que as narrativas sobre o “Homem Novo” e “Identidade Nacional” a partir dos meus interlocutores e de alguns acadêmicos que realizaram estudos sobre a o processo de transição do período da Luta Armada para a pós-independência se constituem sempre em oposição à figura do Outro, frequentemente um inimigo. Quem explica esse fato melhor é o Wilson Trajano Filho num artigo intitulado “Outros rumores da identidade na Guiné-Bissau”, este autor aponta que os rumores “são parte de um complexo sistema de comunicação oral cujo conteúdo, alcance e potencial de repercussão têm grande variabilidade” (p. 02). Por conseguinte, o autor assim confirma “chamei de rumor este tipo de narrativas e devotei especial atenção a um grupo delas, que denominei de narrativas da nação” (p.02). A partir dessa perspectiva de rumor, Trajano Filho (2000, p.05) ressalta que a “identidade nacional” guineense teria surgido ainda no período colonial a partir da oposição com o colonizador. Com o avanço da luta armada, a figura do inimigo se tornou bem nítida, sendo o Outro português o avesso do Nós guineense, o que indica que a guerra teve um papel catalisador nessa definição das alteridades e constituição da “identidade nacional”.

Nesse sentido, ao fazer uma abordagem sobre o “Homem Novo”, um interlocutor meu aponta que este era tomado em oposição à figura do inimigo nesse caso o colonialista português e todos os guineenses que eram contra a independência da Guiné-Bissau, segundo este interlocutor o “Homem Novo” também é vista como um estímulo para o desenvolvimento da consciência nacional comum e esteve presente no “imaginário nacional” desde os tempos da luta armada. Por seu turno, Trajano Filho (2000, p.04) ressalta que a culpabilização de um “inimigo” externo e/ou interno pelo fracasso de políticas adotadas e pelos problemas existentes era um elemento mobilizador bastante eficiente. Assim, por meio da propaganda nacionalista, a figura no inimigo era fortalecida no imaginário popular e acabava por explicar todos os problemas socioeconômicos vivenciados no pós-independência.

Após a independência, manteve-se a figura do inimigo, com o “desenvolvimento” de vários Outros. A expressão “inimigo” foi usada para se referir aos problemas enfrentados no dia a dia, frutos do subdesenvolvimento do país. Assim, Trajano Filho (2000, p.05) aponta que o inimigo apareceu como uma categoria polissêmica que englobava todas as dificuldades encontradas pelo projeto de construção nacional, quer fossem problemas originados no passado colonial ou frutos do conturbado contexto da África Ocidental nas décadas de 1970 e 1980. E esse inimigo deveria ser liquidado. Assim, muitas das vezes, não há uma análise realmente crítica dos problemas existentes no momento, de modo que, por vezes, como indica Mbembe (2001, p.175), a “causalidade é atribuída a entidades fictícias e totalmente invisíveis, no entanto consideradas sempre determinantes, em última instância, da vida e do trabalho do sujeito”.

No que tange às abordagens sobre as narrativas da Unidade Nacional no período pós-independência a partir da figura do “Homem Novo”, um interlocutor me conta que chegou um momento em que falar da etnia é como se tivesse sabotando as ações do partido, porém, os indivíduos deveriam abrir a mão do individualismo e participar da construção coletiva da nação, pois somente assim se alcançaria a unidade nacional. Nesse sentido, constrói-se uma identidade que valoriza o nacional, em detrimento das demais identidades, vistas como ameaça à unidade nacional.

Segundo Zygmunt Bauman (2008, p.28), “a identidade nacional se diferencia das demais na medida em que exige do indivíduo adesão inequívoca e fidelidade exclusiva”. Portanto, este autor foi além em apontar que “na tentativa de obter o monopólio de traçar a fronteira entre o nós e o eles, a identidade nacional buscou eliminar seus opositores” (p.28). Na narrativa nacional do PAIGC houve uma recusa aos vínculos étnicos. Partindo do pressuposto de que a etnicidade e o nacionalismo eram inconciliáveis, acreditou-se que era necessário se

pensar na Guiné-Bissau antes de qualquer coisa. Em decorrência surgiu nas décadas de 1980 acontecimentos trágicos, onde um grupo de jovens e pais de famílias foram torturados e executados pelo estado sob acusação que era um grupo de Balantas que queriam dar golpe de estado. Como explica Djau (2016, p.16), “esse caso foi um dos fenômenos mais sangrentos de extermínio sumário de altos oficiais militares e de figuras ligadas à luta de libertação nacional, assassinados por questões étnicas e raciais, conseqüentemente da existência de facções nas Forças Armada Revolucionário do Povo (FARP)”.

O mesmo ocorreu também no plano das práticas das manifestações religiosas. Tentou-se limitar as manifestações de diferentes grupos, vistas como uma perturbação e ameaça aos ideários nacionalistas. O “Homem Novo” deveria ser “racional”, guiado pela ciência, trabalho árduo e não pela superstição, um exemplo disso é a criminalização de Ki-Yang-Yang³⁷ pelo estado, como explica Cardoso:

Rapidamente se propagou em Catió a notícia sobre este grupo de gente que vestia túnica branca, trazia chapéu branco à cabeça e uma faca na mão, sacudindo a cabeça de cima para baixo. E quando as autoridades locais se inteiram da sua existência, tomaram imediatamente medidas de repressão, mandando prender os elementos mais influentes. As autoridades atuaram desta forma porque se dizia que os elementos da seita não queriam trabalhar, e presumia-se que ingeriam certos tipos de drogas. Além disso, para muitos Ki-Yang-Yang constituía um movimento subversivo do ponto de vista político. Este último juízo tem a ver com o fato de este movimento ter surgido no momento de uma relativa crise política (CARDOSO, 1991, p.248).

Essas considerações feitas por Cardoso em relação a criminalização de Ki-Yang-Yang é a demonstração de como o Estado, ou seja, o poder político criminalizava diferentes manifestações religiosas em nome da constituição de uma sociedade que um interlocutor chamou de “valores” com homens “cultos”.

Nesse sentido, para a consolidação do projeto identitário nacional do “Homem Novo” era essencial uma produção cultural que exaltasse os elementos da nacionalidade guineense, na medida em que a cultura era vista como uma ferramenta de fortalecimento da ideologia vigente. Como me explica um interlocutor meu, em Guiné-Bissau, a propaganda política em prol da

³⁷ C.f Cardoso (1991, p.245) em outubro de 1984 espalhou-se por todo o lado a notícia sobre o aparecimento no sul do país de um grupo de mulheres que decidiu refugiar-se nas matas de Catió. Este grupo era constituído sobretudo por mulheres que, ou eram incapazes de procriar, ou tinham perdido os seus filhos. Tinham como uma mulher chamada N’Tombikté, que supostamente recebera uma mensagem do deus N’Ghala. Esta mensagem, entre outras coisas, dizia o seguinte:

1. As pessoas doentes merecem um tratamento, que deve ser feito com plantas medicinais;
2. Deve-se eliminar todos os feitiços (símbolos feiticistas)

Este movimento transformou-se rapidamente num amplo movimento dos jovens (mulheres e homens) que diziam ser portadores de mensagem de N’Ghala e adeptos do Ki-Yang-Yang, que, na língua Balanta, significa sombra.

exaltação dos valores da Luta de Libertação Nacional como é o caso da “Unidade Nacional” foi uma função atribuída às diferentes bandas musicais, nesse caso a *Kobiana Djazz* e *Super Mama Djombo* conhecidas como as Bandas do Estado. Esse interlocutor me conta que estas Bandas até o Golpe de Estado de 1980 tinham como a missão de compor as músicas da exaltação das conquistas nacional, e a valenteia dos guerrilheiros do PAIGC, da importância da “Unidade Nacional” para alcançar o utópico “Programa Maior” de Amílcar Cabral.

Segundo Intipe e Timbane (2019, p.45), os dois conjuntos musicais surgiram em períodos distintos e tinham atuações em períodos diferentes. Porém estes autores destacam que *Mama Djombo* é bem diferencial em relação ao *Kobiana Djazz*, pois este cantava a revolução nacional no que diz respeito ao contexto da luta armada; ao passo que *Mama Djombo* canta a exaltação do país que conquistou a sua liberdade e critica também os discursos “divisionistas” de cunho étnico e o sistema de governação do PAIGC depois de golpe de 1980.

Contudo, ao se referirem ao período da Luta de Libertação Nacional Intipe e Timbane (2019, p.42) ressaltam que “sem poemas em crioulo não seria possível atingir a grande massa populacional, “analfabeta” e falante das diversas línguas étnicas. Por isso, os poemas foram transformados em canções para expressar as inquietações e atingir o território até o mais longe possível”. Sendo assim, King citado por Intipe e Timbane (2019, p.42) aponta que “José Carlos Schwarz foi um dos grandes percussores e considerado uma das figuras fundadoras da nova poesia ou poesia contemporânea”.

Considerando os fatos anteriormente citados, Intipe e Timbane (2019, p.42) ressaltam que “o Grupo *Kobiana Djazz* de José Carlos Schwarz foi fundado com intuito de mobilizar o povo no combater contra o regime colonial português”. Para isso, estes autores apontam que o poema “*mindjeris di panu pretu*” (Mulheres de pano preto), “foi escrito pelo poeta guineense Armando Salvaterra e posteriormente musicalizado pelo cantor José Carlos Schwarz. A poesia visualiza a luta anticolonialista que se verificou nesse tempo” (INTIPE e TIMBANE, 2019, p.42). Entretanto, esses autores foram mais longe em apontar que nas músicas (poemas) feitas nesta época observa-se a presença de provérbios que explicam o além da linearidade da letra a qual no período pós-independência se destaca o grupo *Super Mama Djombo* cantando com euforia a liberdade, o regresso dos combatentes da luta e a unidade nacional, isto é, *kilis ku ba luta* (Os que foram à luta). Esses autores ressaltam que as músicas nesta época exaltam o país soberano que conquistou a liberdade resultante de uma luta que durou onze anos.

Já no contexto pós-independência, a música *Cambança* (Travessia), da orquestra *Super Mama Djombo* fala sobre os êxitos da luta de Libertação e a sua importância para população da

Guiné-Bissau, que nunca mais irão chorar e “mesquinhar o desgosto da colonização portuguesa”. A música *Cambança* também retrata a unidade como a força de todas as mudanças que se pretendia.

Considerando os fatos anteriores, percebe-se que essas bandas através das suas músicas ajudavam em levar a mensagem sobre a constituição do “Homem Novo” guineense. Esse interlocutor lembra que *através dos veículos de propaganda do PAIGC, as ideais do novo regime eram transmitidas, enquanto práticas consideradas como indesejáveis eram desencorajadas ou controladas* (Diálogo realizado em 22/12/2019). Assim, esse interlocutor aponta que o controle da informação e da propaganda foi considerado essencial para a defesa dos “interesses” nacionais e a formação do “Homem Novo”, porém, *ocorreu uma subordinação da cultura e dos agentes culturais, como os jornalistas e artistas, ao grupo político no poder* (Diálogo realizado em 22/12/2019). Os agentes culturais passaram a ocupar posições importantes no aparelho do Estado, entretanto, tiveram as suas instituições representativas, como associações e sindicatos, fortemente submetidas ao Estado, que acabava por estabelecer “o que se considerava ideologicamente em condições de ser promovido ou divulgado”.

Para além de apostar o investimento em propaganda que buscava por meio do convencimento consolidar e tornar realidade a comunidade nacional, a construção/manutenção da identidade nacional, um interlocutor me conta que durante todo o período de regime de PAIGC no poder como partido único, estes exigiam uma vigilância constante e, de lealdade com partido, em alguns casos, eles faziam o uso da força nesse âmbito. Nesse sentido, este interlocutor ressalta que:

“O Estado-nação realizava investimentos em elementos repressivos que buscavam selecionar e moldar uma memória baseada nos interesses da elite política Peigecista, um exemplo disso tudo foi a existência dos movimentos como Pioneiros Abel Djassi para onde os jovens eram doutrinados consoante os valores da Luta de Libertação e do PAIGC partido no poder, faziam em nome de despertar uma consciência nacionalista (...). O resultado disso foi o surgimento de uma memória política coletiva ambígua, marcada por silenciamentos e esquecimentos, que hoje é fortemente usada para criticar o próprio PAIGC enquanto uma formação política numa realidade democrática de multipartidarismo.” (Diálogo realizado em 14/09/2019).

Nesse contexto, discute-se “autoritarismo” que, muitas das vezes, caracterizou o período de partido único em que o PAIGC estava no poder. Após a independência, a grande maioria dos meus interlocutores falam dos erros do PAIGC como instituição e do então Presidente da

República João Bernardo Vieira³⁸ enquanto a figura responsável por esses erros, e um dos acontecimentos que mereceu mais críticas por parte destes interlocutores foi o golpe de 1980 e atuação autoritária no exercício do poder que não levava em consideração as realidades da população. Portanto, os interlocutores que levaram tom alto em criticar a atuação de PAIGC na década de 1980 e início de 1990 enquanto o país vivia o regime de partido único³⁹, apontam que o desmandos e decisões autoritárias, à tensões internas, fruto de divergências de cunho sociocultural e político existentes desde a luta de libertação nacional, e à falta de um projeto político que buscasse conciliá-las acabaram por desencadear um conflito civil logo após a realização da primeira eleição democrática no país. O conflito entre os defensores de então presidente da república João Bernardo Vieira Nino e uma parte das chefias militares fiéis ao então Chefe de Estado Maior de Exército se iniciou em 7 de junho de 1998⁴⁰ e só teve fim em 7 de maio de 1999, com o derrube do governo de Nino Vieira. Para os meus interlocutores, foi um longo período de disputa entre os dois grupos, que ideologicamente na década de 1980 caminhavam juntos, se tornando oponentes depois das eleições de 1994 a qual se acusam uns aos outros da responsabilidade de vendas de armas para os Rebeldes de *Cassamansa*⁴¹, que só agravou os problemas socioeconômicos do país. Os constantes enfrentamentos provocaram enormes gastos com recursos militares e humanos e a insuficiência da infraestrutura do país.

Abordando o cenário da década de 1980, vale ressaltar que em um contexto global, inserido na bipolarização da Guerra Fria, segundo Bijagó (2011, p.51) o país buscou por alianças, inserção e reconhecimento mundial principalmente após o golpe de 1980. Segundo Augel (2007, p.193), “desde o período da luta anticolonial, o PAIGC havia se aproximado de

³⁸ Mais conhecido por Nino Vieira ou Kabi Nafantchamna (Bissau, Guiné-Bissau, 27 de abril de 1939 – Bissau Guiné-Bissau, 2 de março de 2009), foi um político da Guiné-Bissau por três vezes Presidente da República da Guiné-Bissau tendo sido o primeiro presidente guineense eleito democraticamente.

³⁹ É um sistema partidário em que um único partido político é legal, confundindo-se com o próprio Estado, sendo que legalmente não podem existir outros partidos – na Guiné-Bissau aconteceu entre 1973 o ano da proclamação da independência até ao 1992 o ano da abertura política em que aconteceu a revisão constitucional que permitiu a existências de outras formações políticas e que possibilitou a realização da primeira eleição democrática.

⁴⁰ Jauara (2007) aponta que no mês de junho do mesmo ano (1998), presidente Nino Vieira afasta, por decreto presidencial, o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, o general Assumane Mané, acusado de favorecer o tráfico de armas para os “Rebeldes Separatistas” de Cassamansa, Senegal. O general Mané não só refutou as acusações como considerou inaceitável a forma arbitrária da sua demissão. Ele então constituiu uma Junta Militar para enfrentar o presidente, o que precipitou uma guerra civil (1998/1999) na Guiné-Bissau. Nino Vieira chama em seu auxílio tropas do Senegal e da República da Guiné, em abrigo de acordo de assistência militar assinados por esses países, já que a maioria absoluta dos militares guineenses ficou do lado do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas destituído. Esse conflito foi ápice de um longo processo de enfrentamento interno na caserna.

⁴¹C,f Diallo & Fernandes (2015) um grupo separatista que age, desde 1981, na região de Casamansa, situada ao sul da Gâmbia e norte da Guiné-Bissau, usa as fronteiras destes dois países como base para suas ações.

países do campo socialista, de onde obteve apoio militar, diplomático, financeiro e na formação de quadros”. Esse apoio foi algo essencial para a conquista da independência, entretanto, após esse processo e, principalmente, ao longo da década de 1980 esta aproximação já não se mostrava tão vantajosa. O campo socialista passava por uma crescente crise política e econômica, aumentando a pressão internacional sobre o novo país. Além do fato de que, internamente, o fracasso das políticas de cunho marxista-leninista instituídas e o descontentamento da população direcionaram o país para uma abertura política e econômica.

Nesse sentido, um interlocutor meu conta que o desafio do PAIGC sempre foi constituir laços que unificassem os vários grupos étnicos e sociais sob uma mesma identidade, foi fazer a população compreender o significado de uma nação, do que era ser um guineense. Atendendo a esta necessidade, a “unidade” alcançada na Luta de Libertação Nacional foi inserida na narrativa histórica nacional. Assim, o Massacre de *Pindjiguite* foi apresentado como o momento de surgimento de uma consciência nacional, quando a população descobriu a importância da unidade para se alcançar a independência, assumiu uma função mobilizadora e explicativa sobre a fundação da nação. Nesse sentido, as representações sobre a Luta de Libertação Nacional foram essenciais para constituição de uma memória coletiva sobre o nacionalismo em Guiné-Bissau.

Considerando os fatos previamente citados sobre a memória, é importante destacar que não há como tratá-la enquanto algo exclusivamente pessoal nem tampouco como um produto social. Assim é fato que a memória se expressa em ambos os níveis, contudo, no que concerne às ciências humanas – ou, mais especificamente, às ciências sociais – é seu caráter enquanto fenômeno social, cujas manifestações podem ser percebidas, apreendidas e analisadas, que importa, pelo menos no que concerne às ciências sociais.

Pode-se estabelecer um paralelo entre afirmação do caráter social da memória e a concepção do antropólogo Clifford Geertz acerca da natureza social do pensamento. Para Geertz (1989, p. 225): “O pensamento humano é rematadamente social: social em sua origem, em suas funções, social em suas formas, social em suas aplicações. Fundamentalmente, é uma atividade pública – seu habitat natural é o pátio da casa, o local do mercado e a praça da cidade.

Assim, é precisamente a concepção do pensar enquanto ato social que apresenta um papel significativo para as ciências sociais:

(...) a concepção do pensar como sendo basicamente um ato social, que ocorre no mesmo público em que ocorrem outros atos sociais, pode desempenhar um papel muito construtivo. A perspectiva de que o pensamento não consiste em processos misteriosos localizados naquilo que Gilbert Ryle chamou de gruta secreta na cabeça, mas num tráfico de símbolos significantes – objetos em experiência (rituais e ferramentas; ídolos esculpidos e buracos de água; gestos, marcações, imagens e sons) sobre os quais os homens imprimiram significado – faz do estudo da cultura uma ciência positiva como qualquer outra. (GEERTZ, 1989, p. 227)

A proposição de encarar o pensamento enquanto ato social não anula a questão individual pelo simples fato de serem os homens que pensam. Contudo, o autor foge da concepção ingênua que o pensamento é algo estritamente individual ao afirmar que os sistemas de símbolos que orientam e definem o pensamento humano “não são dados pela natureza das coisas – eles são construídos historicamente, mantidos socialmente e aplicados individualmente”. (GEERTZ, 1989, p.229).

Considerando a memória enquanto produto social, pode-se considerar que a Luta de Libertação Nacional assumiu um lugar de memória no imaginário coletivo da Guiné-Bissau. O caráter reivindicatório dessa mobilização e o trauma provocado pela violenta resposta colonial permitiram a construção de narrativas baseadas neste acontecimento que serviram para explicar a experiência colonial e mobilizar o apoio popular em torno do nacionalismo do PAIGC. Dessa forma, a inserção do acontecimento em uma grande narrativa nacionalista atuou como um mecanismo importante na constituição do projeto nacional.

O discurso sobre a construção de uma identidade a partir da “unidade nacional” era constante durante todo o período que inclui finais da Luta Armada e as primeiras duas décadas após a independência do país. Para tal, um interlocutor ressalta que o PAIGC procurou criar sentimentos de pertencimento entre os diversos grupos sociais através da sacralização dos mitos de origem e de fundação, bem como do desenvolvimento de ritos e símbolos. Tais investimentos, que objetivavam a consolidação da identidade nacional e assim buscou-se definir as formas de ser e de se pensar do homem guineense.

As narrativas históricas que tratam da Luta de Libertação Nacional foram alimentadas pelo PAIGC através da reconstituição dos testemunhos sobre o incidente. Durante a minha experiência etnográfica pude perceber isso, porque era comum ouvir dos meus interlocutores indicar e citar nomes de pessoas como prova da veracidade de alguns acontecimentos de ordem histórica da Guiné-Bissau. Portanto, alguns ex-combatentes citados por meus interlocutores recompunham certas narrativas transmitidos pelo PAIGC ao logo dos anos como sinônimo da história nacional, numa narrativa criada sem o uso de outras fontes como forma de contraponto. Carregada de um caráter de verdade, esta narrativa buscou a aceitação do corpo nacional através

de uma ampla divulgação nos meios de comunicação. Ademais, incorporaram novos elementos e variáveis de acordo com o contexto em que eram escritas. Os atores centrais precisaram trabalhar na manutenção de uma narrativa, de uma memória construída a partir da unidade.

A inserção da Luta de Libertação Nacional na narrativa nacional e sua representação carregada de simbolismos deixam claro o entendimento por parte do PAIGC do contexto de descolonização e das possibilidades propiciadas por esse contexto. Assim, foi um acontecimento bastante representado nas narrativas nacionais e constantemente reorganizado e ressignificado de acordo com as circunstâncias exigidas pelo presente, tal como é feito até os dias de hoje.

Por fim, cabe ressaltar que a Luta de Libertação Nacional deve ser vista como um dos fios constitutivos da narrativa histórica oficial, a qual contribuiu para a “conformação” de um imaginário coletivo, de uma “memória nacional” e, assim, de uma *Guinendade/i*. É evidente a continuidade da mobilização da Luta Armada levado a cabo pelo PAIGC e suas variantes narrativas que surgem em diferentes contextos, o que indica um grande potencial simbólico deste incidente. Desta forma, as atribuições simbólicas que originou a narrativa sobre a *Guinendade/i* serão analisadas no capítulo seguinte, onde os elementos constitutivos desta narrativa oficial serão mais bem explorados através dos meus interlocutores.

5 AS TENSÕES EM TORNO DAS CONSTRUÇÕES SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL

Esse capítulo tem como foco apresentar como a identidade nacional da Guiné-Bissau é nomeada, construída, fabricada discursivamente em torno de marcos que se organizam historicamente e situacionalmente. Trago discussões que giram em torno de identidades a partir da “unidade” e da diversidade étnica na Guiné-Bissau, tensões que permeiam o cotidiano dos interlocutores, suas percepções sobre essa temática na Guiné-Bissau e outras questões afins.

5.1 A identidade Nacional e a diversidade: entre o crioulo e a *Guinendade/i*

As discussões anteriores em torno da “unidade” que consagram a independência da Guiné-Bissau e algumas situações diversas do período pós-colonial que provocam desafios a esta unidade me colocaram na situação desafiadora de analisar e debater como se colocam os elementos de cunho integrador, de “vínculo nacional” levando em consideração marcas ou aspectos em torno de ideias de unidade e diversidade. Olhando para esse quadrante, os meus

interlocutores viam a *Guinendade/i* como elemento que permite compreender a Identidade Nacional na Guiné-Bissau, já que ela é considerada por alguns como categoria que melhor define os elementos integradores nacionais, como é o caso de crioulo e do vínculo com o *Tchon*.

Assim, faz-se necessário colocar o seguinte questionamento, quais são os laços que ligam os múltiplos grupos étnicos e identitários presentes na Guiné-Bissau? De uma forma presumível, não é duvidoso que aparecem numa possível resposta estes elementos: terra, língua, etnias e sentimentos; os quais, segundo Hall (2006), compõem os principais pilares que sustentam a cultura, a identidade e a memória coletiva de um povo.

A partir da minha experiência de campo, percebi que um dos fatores primordiais que se toma como o símbolo da “unidade” entre diferentes grupos na Guiné-Bissau para os meus interlocutores é a língua, que no caso concreto desse país não é o português, a língua oficial, e nem as dezenas de línguas étnicas; mas sim o crioulo, a língua que é “considerada de Unidade Nacional”. Durante essa experiência, uma coisa chamou a minha atenção: o fator territorial não aparece nas interlocuções como elemento indispensável no debate sobre a identidade nacional. Isso se tornou curioso para mim, muito embora a minha experiência (como guineense? Ou como pesquisador durante o campo?) me relegou a um entendimento de que existe uma demarcação étnica territorial, porque cada grupo tem o seu *tchon*, e as línguas dos grupos têm os seus limites geográficos. Há diferenciações produzidas em torno das proposições unificadoras. Portanto, todos os guineenses pertencem a um *tchon* específico e é o crioulo que no âmbito nacional passa a se tornar uma língua integradora, que liga as pessoas de etnias, regiões e religiões diferentes.

Ainda, durante a minha experiência de campo, percebi que na Guiné-Bissau existem vários espaços sociais e culturais. O entendimento sobre diferentes causas principalmente no que tange à discussão sobre a identidade varia consoante ao interesse e à experiência social de cada um dos meus interlocutores. Para este efeito, esta seção terá um ingrediente diferente das outras, na medida em que colocaremos os meus interlocutores em diferentes níveis de debates e da discussão que pretendo levar a cabo.

Vale ressaltar que a Guiné-Bissau é um país que passou por muitas dificuldades e, desde a sua fundação, vem sofrendo com muitas instabilidades governativas e econômicas. Esses acontecimentos afetam sentimentos de pertencimento e criam arestas nas relações entre as etnias. A persistência da instabilidade e de conflitos atrelados a busca de poder é explicada por muitos como resultado da diversidade étnica do país. Nesse sentido, alguns estudiosos apelam para o suicídio étnico como forma de dissipar os conflitos e a discórdia que se vive na Guiné-Bissau. Por outro lado, existem ao longo dos anos, estudiosos da causa guineense que

propuseram saídas para resolução de inúmeras situações desagradáveis do país a partir das riquezas que os diferentes grupos étnicos possuem nos seus quadrantes sociais de cunho nacional como é o caso da *Mandjuandade*⁴². Para alguns dos meus interlocutores, essas riquezas culturais podem servir de inspiração para um novo modelo de nação que será construído sem que as estruturas sociais das etnias sejam alteradas. O crioulo, enquanto fator da ligação dos grupos, é amplamente colocado como o elemento da concórdia nacional; mas, mesmo assim, é importante ressaltar que existe um grande número das pessoas que ainda não sabe falar o crioulo.

Deve-se destacar também que, a partir da minha experiência de campo, é entendível que a *Guinendade/i* seja tomada como categoria representativa da identidade nacional, muito embora o seu significado seja variável em cada um dos contextos. Entretanto, todos com que tive a oportunidade de conversar sobre o meu interesse de pesquisa retratam essa categoria a partir de uma perspectiva nacional, que não possui ligação étnica com nenhum grupo, mas nutre os valores constituintes dos costumes dos diferentes grupos étnicos e a margem histórica da Guiné-Bissau pautada através da luta de libertação nacional.

Ao se tratar da *Guinendade/i* em relação à ideia da diversidade, é importante ressaltar que os meus interlocutores fizeram questão de apresentar as conexões e a desconexão destas duas categorias. Considerando isso, Augel (2007, p.279) aponta que “a língua crioula desempenha o papel de língua veicular, solidifica o sentimento de pertença nacional e constitui sem dúvida um elemento aglutinador e de identificação”. No entanto, a partir do ponto de vista dos meus interlocutores, existem duas considerações distintas a respeito do crioulo. Alguns deles consideram o crioulo como um dos elementos fundantes da *Guinendade/i* e o símbolo da coesão nacional e outros defendem que o crioulo não passa de um instrumento que incentiva a discriminação e a exclusão, porquanto, por existirem outras línguas étnicas, uma parte significativa das pessoas não sabe falar crioulo, portanto, questionam a possibilidade de este se tornar um instrumento que impulsiona a unidade.

Por conseguinte, um dos meus interlocutores questiona, até que ponto a *Guinendade/i* admite a diversidade? Este afirma que as pessoas se estranham ouvindo outros sujeitos a falarem línguas étnicas, algo que segundo este interlocutor, não acontece quando se trata do português e de outras línguas europeias. Quer dizer, este interlocutor tenta mostrar que existe uma

⁴² *Mandjuandade* é um movimento em defesa da cultura e formas de solidariedade local, com mais de cem anos de existência. Para Carreira (1983) e Bull (1989), o termo *mandjuandade* vem da palavra *mandjua*, e consiste em pessoas da mesma faixa etária, reunidas para a confraternização, danças, cantigas e outras manifestações de cultura local com o objetivo de estreitar laços de interajuda coletiva.

aceitação social do português na sociedade urbana guineense, principalmente na cidade de Bissau, onde “...o crioulo é visto como padrão da identidade e o português como meio de *ascensão social*”. (Diálogo realizado em 11/01/2020).

Já uma outra interlocutora, ao se debruçar sobre a *Guinendade/i* na perspectiva da diversidade, afirma que esses dois elementos “*se enquadram naquela história de se pertencer a uma casca com mancará*⁴³, *que, mesmo sendo do mesmo raiz, sempre são diferentes.*” (Diálogo realizado em 11/01/2020). No entanto, essa condição de diferença tem muito a ver com a configuração social da Guiné-Bissau, o que, segundo ela, é uma riqueza que precisa ser aproveitada.

Contudo, esses dois interlocutores anteriormente citados apontam que a diversidade cultural e étnica faz bem à Guiné-Bissau, na medida em que os valores intrínsecos de diferentes etnias podem servir de base sustentável para a identidade e isso, segundo estes, passa a ser uma inspiração nacional. E tomam o crioulo como uma das principais marcas da *Guinendade/i*; mas explicam que, porventura, não tem um efeito totalitário. Assim, consideram que qualquer língua nacional dominante exclui outras línguas locais. Apontam a França como um exemplo disso em que existiam várias línguas, mas o francês dominou as outras línguas. Admitem que a nação guineense pode ser considerada uma nação pluriétnica em que todas as línguas e práticas tradicionais podem ser valorizadas.

No entanto, um dos interlocutores destaca o caso brasileiro para admitir o crioulo como ponto de equilíbrio da categoria *Guinendade/i* apontando que nem todos os brasileiros falam português, mas sabem sambar. E disse que no Brasil se fala da ideia da brasilidade, porém coloca que “... não é quando atingirmos a totalidade de uma dada manifestação é que podemos reconhecer a sua existência ou não. Voltando ao crioulo, ele aponta, que em quase todas as localidades da Guiné-Bissau, há pessoas que sabem falar crioulo.” (Diálogo realizado em 20/08/2019) ou, mesmo não sabem se expressar nessa língua, entendem o que é falado. Por fim, concordo com este interlocutor quando ressalta que não acredita que um dia o mundo terá um país totalmente homogêneo em todos os aspectos e que a *Guinendade/i* enquanto uma categoria identitária representa a essa imaginação da unidade e de valores comunais do povo guineense.

Enquanto isso, abordando as questões diversas sobre a onda de desqualificação que acontece principalmente nos centros urbanos em relação às pessoas que falam línguas étnicas, as quais, por vezes, são vistas como atrasadas, isso é entendido como o paradoxo da aceitação da diversidade que tanto se fala. Portanto, um interlocutor meu aponta estes fatos: “...como

⁴³ amendoim

preconceitos que surgiram desde o período colonial, que ele considera extremamente violento, deixando rastros indesejáveis na manifestação social do povo da Guiné-Bissau.” (Diálogo realizado em 20/08/2019). No entanto, ressalta que, quer ou não, com tempo isso vai desaparecer embora reconhecendo que no período atual as dicotomias campo *versus* cidade; indígenas, civilizados; preto, branco, e outros rótulos são bem marcantes. E ele vê isso como elemento que pode contribuir negativamente para construção da identidade nacional ao afirmar que, do ponto de vista histórico é “admissível”, colocando que de 1974, ano da proclamação da independência, para 2019 é pouca tempo para construção de identidade no país com as características da Guiné-Bissau, na medida em que depois da independência a Guiné-Bissau passou por inúmeros sobressaltos e acontecimentos violentos que segundo esse interlocutor é “...preconizados por militares e políticos com uma democracia deficiente que não ajudou em resolver as mazelas coloniais.” (Diálogo realizado em 20/08/2019). Assim, este interlocutor ressalta que existem ainda fenômenos desta natureza que não foram superados até então.

Entretanto, uma outra interlocutora coloca que com investimento na educação, nos setores culturais, “...com a criação de uma ideia e com o pensamento mais democrático, a criação de emprego em que cada um pode ter um trabalho e ganhar um salário paulatinamente creio que vai se suplantam essa situação.” (Diálogo realizado em 22/12/2019). Ela chamou, também, atenção para um outro fenômeno, que é a efervescência do regionalismo, o qual pode chegar ao seu ponto radical, provocado pelo etnicismo, que é o achar que a sua própria cultura é melhor e que, por isso, deve ser centro de atração.

Ao abordar as questões inerentes à diversidade no contexto da *Guinendade/i*, uma outra interlocutora destaca o modo de ser guineense como uma possibilidade de explicar esse fato e defende dois caminhos que precisam ser levados a sério no processo de se adquirir a cidadania da Guiné-Bissau. Primeiro, apontou a via jurídica, e segundo trocou a vinculação étnica que alguns destaca como viável para esse efeito, para a contribuição dados pelo bem estar de povo da Guiné, dando exemplo do falecido Bispo de Bissau Dom Artur Farezetta⁴⁴. Destacando isso, ela mesma considera que essa possibilidade abre o leque da diversidade que não só se resume a grupos que historicamente ocupam o território hoje conhecido de Guiné-Bissau, mas de pessoas vindas de outros cantos de mundo, que tiveram contribuições relevantes para a nação guineense.

A partir das características observadas em torno do debate sobre a identidade e da minha experiência de campo sobre o processo da formação da nação guineense e da sua identidade,

⁴⁴ Primero Bispo de Bissau – da nacionalidade italiana.

podemos afirmar que é um país pluriétnico e de muita confluência identitária em que não existe predominância de nenhum grupo sobre os outros. Nesse âmbito, os conflitos e a situação de instabilidade provocadas pelas disputas políticas que o país vive constantemente não afetam o relacionamento dos grupos. Existe ainda uma convivência sã entre eles, um exemplo disso é o casamento que acontece entre as pessoas de etnias diferentes. Portanto, por uma onda de mistura identitária, a identidade nacional se torna mais valorizada.

É importante mencionar que os meus interlocutores, que nesse estudo nomeamos de forma fictícia, não são principais representantes da *Guinendade/i*; existem inúmeras possibilidades de narrar e imaginar a identidade guineense. Esta categoria mereceu a nossa atenção devido ao recorte que fizemos do nosso objeto de estudo, ou tendo em conta os objetivos deste trabalho. Faz-se necessário destacar que a forma como a *Guinendade/i* é definida e imaginada por nossos interlocutores é uma das possibilidades que desperta e permite ver o guineense no período atual.

5.2 O multipartidarismo e as novas narrativas nacionais do estado guineense.

A partir das narrativas dos meus interlocutores sobre a identidade nacional, percebe-se que existe um sentimento amargo nas pessoas em relação à situação política e social do país. Durante todo o período que estive em campo, era difícil ter uma conversa com as pessoas sobre a Guiné-Bissau sem que elas mencionassem acontecimentos que levaram esta nação a crises profundas vividas desde a independência. Aproveitamos para ressaltar que os meus interlocutores na sua grande maioria são pessoas que vivenciaram as duas realidades sociopolíticas da Guiné-Bissau, nesse caso os períodos antes e pós-independência. Portanto, em primeira pessoa, eles contam como a Guiné chegou ao nível em que se encontra. Os relatos sobre a situação do país aconteciam de forma espontânea; no entanto, é entendível que o debate sobre a identidade nacional permite desabafos e possibilidade de criticar e apontar caminhos e perigos que precisam ser tomados em conta sobre o futuro da nação.

Os meus interlocutores destacaram os acontecimentos de ordem política e militar como elementos que colocam em cheque a unidade conseguida no período da luta de libertação nacional. Eles apontaram que os sobressaltos vividos principalmente na década de 1980 foram importantes para efervescência do tribalismo. Assim, consideraram que, a partir da abertura política em 1992 até 2019, houve um aumento gradual da identificação e de orgulho étnico, algo que segundo eles no período da luta armada e nos primeiros anos da independência era impossível. Entretanto, o *tribalismo* a que os meus interlocutores se referem resulta de ações incentivadas pelos políticos e que se alastram para o relacionamento interpessoal. Porém, de

modo geral, os meus interlocutores destacam a convivência harmoniosa em grande parte do país e definem o tribalismo por um lado como a consequência de super valorização da sua etnia em detrimento das outras e do outro aquele que mistura o debate político com a etnia.

Em seguida, vou centrar o meu entendimento sobre esses dois fatos: de um lado, as ações políticas e partidárias que incentivam o “tribalismo”; e, de outro, a convivência harmoniosa entre os grupos étnicos como forma de compreender de que maneira o “tribalismo” afeta a “unidade”, que é tomada por meus interlocutores como o eixo fundamental na formação da identidade guineense.

Ao se referir a convivência interétnica, esta interlocutora explica que:

“A cidade de Bissau representa aquilo que é a Guiné-Bissau, na medida em que em todos os cantos pode-se ver pessoas de todas as etnias, e as pessoas conseguem viver em liberdades sem amaras tradicionais e étnicas, ou seja, as pessoas se desapegam das suas culturas étnicas passando para fase da construção do novo homem guineense a nível urbano [...]. Em Bissau se vê [muita miscigenação] [...] [através do] casamento[...], em que pessoas de etnias e religiões diferentes se casam (muçulmanos se casam com os cristões, Fulas com Balantas etc.). Ao nível de centro urbano principalmente de Bissau não se vê muita divisão e demarcação identitária, mesmo na zona de uma predominância étnica [...], há interação entre diferentes grupos e comunidades étnicas existentes em Bissau [...]. Portanto, a convivência é mais pacífica e urbanidade obriga as pessoas a se interagir entre si independentemente das suas identidades, isso influencia aquilo que podemos considerar da mobilidade interétnica.” (Diálogo realizado em 12/09/2019).

Ainda, esta interlocutora destaca exemplos de famílias que não se identificam com nenhum grupo étnico, quer dizer que estão em processo de criouliização, que, segundo ele,

“É a dinâmica natural da mutação irresistível que não pode ser evitado[...]; as pessoas não podem continuar a radicalizar a demarcação e resistência étnica de viverem isoladas de outros grupos, porque isso passa a ser paradoxal daquilo que é essência urbana, que se baseia na ideia da mobilidade. Portanto, essa dinâmica precisa ser aceite e respeitada por todos, na medida em que os processos sociais são flexíveis que nem em outras realidades como na da Europa e América como na da Europa e América, em que consegue assegurar e estancar certas mudanças sociais, e ninguém pode continuar a pensar que o povo guineense vai se manter igual à do quarenta anos atrás, porém, se aceitamos e acreditamos no fenómeno da globalização, temos que respeitar as suas dinâmicas que elevam a perda das identidades.” (Diálogo realizado em 12/09/2019).

Esta interlocutora mostra de forma clara como é que se dá o relacionamento nos centros urbanos, tomando Bissau como exemplo disso. Tal como explica, mesmo com a forte confluência identitária, a cidade de Bissau representa aquilo que é Guiné-Bissau e aquilo que é a *Guinendade/i*, a *mistura* e a *harmonia*. E aponta a globalização como o grande fator que influencia a dinâmica da globalização na capital de forma rápida, mas que no interior do país acontece de forma lenta devido à falta de urbanidade que atrai os estrangeiros para essas localidades. Destaca a demarcação identitária como processo *radical*; considerando essa afirmação, é importante pontuar que existem filosofias e simbologias que, do ponto de vista

étnico, precisam ser preservadas; portanto, quando os grupos percebem que certas tendências e práticas sociais colocam em risco a sua reprodução geracionais, eles se fecham. Para mim, a demarcação tem muito mais a ver com a preservação do que o radicalismo.

Entretanto, este outro interlocutor aponta que a convivência interétnica faz bem à Guiné-Bissau, ele defende que as etnias precisam ser valorizadas, mas também considera que os sentimentos da “unidade e da diversidade” merecem ser respeitados e cultivados por ser a essência da identidade guineense. Ele explica que:

“O Amílcar colocava que para este fato tem dois caminhos, que são, primeiro, no sentido dinâmico; e segundo, no sentido estático. Essa unidade tem que ser igual a uma grade de cerveja, na qual todas as garrafas são iguais. Os ensinamentos e aproveitamentos têm que ser mútuos, na medida em que cada um desses grupos [étnicos] têm algo de relevante que precisa ser copiado. [...] O fato de eu ser Balanta, como sabes, é um dos grupos majoritários da Guiné-Bissau, isso não me dá o direito de marginalizar um dos meus irmãos de outros grupos [...], achar-lhes menos guineense, ou que estão aqui aproveitando da situação do país; esta pátria é de todos os que sentem orgulho dela e a amam. Para mim ser guineense é o mais importante.” (Diálogo realizado em 05/08/2019).

É entendível que este depoimento mostra o interesse deste interlocutor em reconhecer a sua identidade étnica, mas defende que acima disso ser guineense é algo que lhe deixa mais confortável. Para ele a convivência interétnica é necessária já que o país conta com grande diversidade étnica, assim, o respeito tem que ser algo que precisa acompanhar essa convivência.

Já este outro interlocutor, ao se debruçar sobre a convivência interétnica, ressalta que o processo da influência cultural entre os diferentes grupos étnicos, devido à prática da reprodução costumeira de outros grupos, destacando os centros urbanos como espaço em que os integrantes de um grupo étnico acabam a incorporar práticas de outras etnias que não tinham nada a ver com seus próprios grupos. Tal como ele considera,

“...hoje se vê um Balanta na cerimônia de Toca Tchur usar pano de pinte e a farinha branca na garganta algo que era dos crioulos porque isso não se faziam entre os Balantas, estes acabaram por copiar uma prática e hoje todos copiam algo de relevante dos outros para uma determinada situação principalmente nos centros urbano, como é caso de Bissau. Um outro exemplo é o Leba Cabaça, algo que é praticado por todo os grupos que não são islamizados na cidade de Bissau e se tornou como uma prática inadiável entre esses, tudo isso aparece de uma forma natural sem nenhuma pressão e obrigação por autoridades, sejam elas estatais assim como tradicionais. As pessoas fazem isso naturalmente e passou a ter a convicção da obrigatoriedade porque alguém fez e outro copiou e ficou, aliás a regra costumeira, ou seja, a tradição tem toda a sua norma vincada ao costume e [assim] surge espontaneamente [...].[...] [Assim como] o crioulo que vai surgir daqui a cem anos não vai ser igual àquilo que se fala hoje, irá ser completamente diferente, devido aos novos valores que vão surgir, [...] talvez entrem palavras em francês devido aos vizinhos da Guiné-Bissau.” (Diálogo realizado em 20/08/2019).

Este interlocutor nos brinda com os efeitos da relação interétnica, que acabam criando costumes que entram hoje como elementos da proveniência étnica incorporados a um vínculo nacional, como é o caso de *Mandjuandade, Leba cabaça*⁴⁵, uso de roupas brancas nas cerimônias de *Toca Tchur* etc.

Além disso, esta interlocutora considera que o resultado da convivência interétnica poderá abrir dois caminhos para a identidade guineense, que, segundo ela, está em processo da consolidação: “... primeiro, destaca a criouliização e, segundo, as confederações das etnias que talvez possa contribuir para a manutenção da convivência interétnica dentro desse novo modelo de organização que é o estado nacional guineense.” (Diálogo realizado em 20/08/2019), assim, essa interlocutora aponta alguns exemplos que podem ser seguidos como é o caso da Bolívia, dos Estados Unidos, do Brasil, etc., países com várias etnias. Ela vê a criação de normas que regem uma boa relação entre os grupos como fator que pode contribuir para que haja a continuidade de uma convivência saudável entre eles, sem nenhum tipo de tensões que possam levar ao conflito; tendo em conta que:

“O que se vê hoje na política é uma luta ferrenha entre os crioulos e não crioulos só não vê quem não quiser ver [...]. Um dos meus amigos que se mergulharam na criouliidade, membro de uma importante família, descendente dos cabo-verdianos e Mandjacus/Manjacos, gente importante em Cantchungo, disse-me antes da eleição legislativa de 2019 ‘nha Hermon no riba nam pa 1975, li kim ku bim de Tchon de Mandjacu e de Tchon de Mandjacu no dixa djintis de praça ku se partido’⁴⁶ (Diálogo realizado em 10/12/2019).

Para esta interlocutora, as afirmações de cunho regional e étnico feitas pelo seu amigo podem ser tomadas como um exemplo de que existem pessoas que acham que a vinculação política ou partidária tem que passar necessariamente pela solidariedade étnica e regional. Ela explica que a declaração feita pelo seu amigo “é a precarização do debate político a nível nacional e que efervesceu o pertencimento étnico nos últimos anos”. Portanto, na opinião desse nosso interlocutor, tudo isso tem a ver com o debate político que é muito fraco, devido à forma como a política foi gerida, considerando que as pessoas não lutam para chegar ao poder com objetivo de cumprir com os interesses públicos para melhorar a vida da população; mas para satisfazer os seus interesses. E ressalta que vários políticos veem a instrumentalização étnica como o caminho para chegarem ao poder.

⁴⁵ Tributos que familiar do Homem leva na primeira fase para formalizar o casamento ou pedir desculpa por efeito da gravidez da menina.

⁴⁶ Meu irmão, voltamos ao período de 1975, quem veio da terra dos manjacos é da terra dos manjacos, vamos deixar o pessoal da praça com o seu partido.

De modo geral, é inegável que a política é usada para instrumentalizar as etnias, mas isso não quer dizer que a sociedade guineense sumariamente as etnias se confrontam o tempo todo. Enquanto parte dessa realidade histórica e sociológica e a minha experiência etnográfica me possibilitou admitir que existe uma convivência harmoniosa entre os grupos, não acontecem situações de ataque de cunho étnico ou repressão estatal sobre um determinado grupo, não existem divisões em termos de acessos a certos espaços públicos e privados; os casamentos acontecem entre pessoas de diferentes etnias e religiões, todos têm acesso a escola pública sem discriminação de cunho étnico e religiosa.

A solidariedade étnica que acontece nos períodos eleitorais, responsáveis pelos votos étnicos, é uma situação que merece um estudo profundo mais consistente, analisando fatos e versões sobre acontecimentos que motivam esses comportamentos, algo que no presente trabalho não terei folego de fazer. E é importante frisar que as identidades étnicas e religiosas serviram desde as primeiras eleições gerais, de 1994, de trampolim dos políticos para conseguirem o voto. Como aponta Candé Monteiro (2013, p.244), “o advento de multipartidarismo ressuscitou as velhas manifestações de cunho tribal antes repreendidas por Cabral durante a luta de libertação; as distinções étnicas antes vistas como riqueza cultural do país, hoje estão servindo de recurso de atração de votos para eleger um determinado candidato”. Esta onda de manifestação tribal, que voltou à ribalta em 1993 com a queda do artigo 4 e a abertura política, está contribuindo bastante para o desgaste da identidade, na medida em que a “unidade”, elemento fundamental na formação identitária e social guineense, está ferida com inúmeras tentativas de separação que acontecem nos períodos eleitorais. Assim, é entendível que de tempo em tempo esta situação ganha proporções maiores, o que aconteceu no processo eleitoral de dezembro de 2019 é evidência desse aumento e que cada vez mais cria discórdia no seio dos guineenses. Como observa Candé Monteiro:

As alegorias das narrativas fundantes da nação cunhadas na unidade e solidariedade étnica, aos poucos vêm definhando e se transformando no discurso de poucos. A falta de solidariedade, a desintegração dos camponeses, o uso excessivo de poder e corrupção, a guerra civil, enfim, uma reconversão de valores nacionais que estão na base do enfraquecimento do Estado nação na atual Guiné-Bissau (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.243).

A partir da citação do parágrafo anterior, compreendo que o desgaste daquilo que se consideram da “unidade” é algo que deve merecer grande atenção dos guineenses, ao fato de que a admissibilidade dos discursos de cunho étnico está contribuindo para a desintegração da

unidade e de toda base social que no passado serviram grandemente para o sucesso da luta armada e consequente independência da Guiné-Bissau.

Considerando o período conturbado que a Guiné-Bissau vem vivendo desde 1973 o ano em que foi proclamado a independência de forma unilateral, percebe-se que não só o aproveitamento étnico é que contribui para o “enfraquecimento” da nação, mas também algumas instituições que foram importantes no processo da luta de libertação Nacional e na Formação da Nação guineense hoje ficaram aquém do esperado pelas suas atuações e lutas internas dessas organizações em diferentes momentos pós-independência, assim me refiro o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). Como aponta Candé Monteiro:

A crise profunda que se vive hoje no interior das Forças Armadas (sucessivas instabilidades políticas resultantes de golpes de Estado promovidos pelos militares) é outro fator que acompanhou o fracasso do projeto da unidade nacional na Guiné-Bissau. As Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) foram à primeira instituição republicana criada no contexto da luta de libertação, símbolo da unidade nacional e da integração territorial criada pelo PAIGC no decorrer da resistência política, cultural, econômica e armada e que informou o imaginário coletivo acerca da invenção e consolidação do Estado nação. Hoje, as FARP se apresentam em uma profunda crise de autoridade ao transformarem-se numa arena de conflitos, de disputas políticas e de acesso pelo poder político entre diferentes partidos políticos, impelindo à reconfiguração do campo identitário de cunho étnico, pondo em xeque a legitimidade da identidade nacional (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.243).

Já no caso do PAIGC, uma instituição partidária que é difícil de separar da história da Guiné-Bissau, por ser movimento que conquistou a independência e que governou esta nação africana por mais tempo desde a independência, uma organização que não tem uma predominância étnica; mas suas disputas e crises internas afetam as diferentes instituições estatais devido à ligação que tem com o Estado. Para isso, quase todos os meus interlocutores apontam as crises e lutas internas no seio do PAIGC e do FARP como responsáveis pela situação de instabilidade constante que a Guiné-Bissau vive e pelos rumos incertos que o país seguiu. Para compreensão das incessantes lutas internas no seio dessas organizações Candé Monteiro explica que:

O problema que se consubstancia na Guiné-Bissau é que a participação no sistema político, a partir da identificação da unidade étnica, não foi capaz de incluir todos os grupos de modo equilibrado, pois na prática a participação no governo e na representação parlamentar tem sido marcada pelo poder de mobilização e de ativismo dos que tiveram um nível avançado de instrução, gerando conflito e descontentamento na grande maioria dos grupos que não possuem este nível e que, no entanto, lutaram pela consolidação da independência (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.243).

Assim, essa autora segue explicando que:

Essa forma de configuração política bissau-guineense tem estimulado os grupos que se sentem marginalizados a utilizarem soluções fora da regra do jogo democrático, isto é, o recurso à força como meio para fazer com que as suas demandas sejam incluídas no processo político. Por outro lado, alguns líderes de partidos políticos adotaram a política étnica pautada na valorização de símbolos de uma determinada etnia, a qual pertencem, como forma de obtenção de votos e de acesso ao poder (CANDE MONTEIRO, 2013, p.243).

Considerando a citação anterior, partindo da experiência da primeira eleição realizada em 1994, alguns dos meus interlocutores apontam o ex-presidente Koumba Yalá como um dos grandes mentores das manipulações do pertencimento étnico, ao fato de que este é o ícone da representação de uma determinada etnia e representa um símbolo agregador desta representatividade através de um capital cultural e usa desses atributos para angariar votos e apoios no seio do seu grupo. Para esse fim, como parte do seu estilo populista, segundo esses interlocutores meu Yalá emprega símbolos e retórica que são bem recebidos pelos Balantas o grupo à qual pertence.

Entretanto, o recurso étnico que é fortemente utilizado com intuito da angariação de votos étnico, se olharmos para o fatores históricos que marcam a formação do Estado-Nação guineense, é perceptível que o aproveitamento étnico para fins eleitorais coloca em cheque a “unidade” conseguida desde períodos de luta armada, que segundo os meus interlocutores é o princípio basilar da formação do Estado-Nação guineense.

Como aponta este interlocutor,

“Há muito aproveitamento das identidades através de separação, assim, quando estamos numa situação, ao Tribalistas começam a separar os mais escuros e os mais claros (burmedjus e pretos), quando [...] [há] só pretos começa a separação entre os de praça e os de tabanca, quando [...] [há] só pessoas de tabanca ou de praça começa a divisão entre os fulas, balantas, Mandingas, cristões e muçulmanos, quando é só os muçulmanos começam a se distinguir Fulas e Mandingas. E onde [...] [há] só os mandingas começam a separar os cativos e sapateiros, quando [...] [há] só os sapateiros separam os que são nobres e não nobres, quando estão só entre os nobres se distinguem os que são de uma determinada família que são de feiticeiros e outros de malandros assim sucessivamente. Quer dizer, as pessoas sempre buscam alguma coisa para se separarem de um outro grupo de pessoas, vejo isso como uma característica de seres humanos; mas no caso específico de guineenses se torna mais evidente, [pelo] fato de que existem várias identidades e por falta de orgulho de ser guineense, o que acaba colocando todos os males como características peculiares dos guineenses. Existem certas práticas que precisam ser abandonadas, ou seja, reformuladas, mas isso passa necessariamente por explicações precisas, [...] [como] exemplo de fanado, herança familiar, matrelinearidade.” (Diálogo realizado em 19/12/2019).

É inegável que existe o aproveitamento às identidades étnicas no período eleitoral, e isso está sendo um hábito que poderá num futuro próximo não se resumir só a estas ocasiões, mas, sim, transformar-se em disputas étnicas por todo o território nacional.

De acordo com esta interlocutora,

“Com a entrada na fase da democracia, o oportunismo ganhou relevância de uma maneira incrível, o discurso tribal de um lado para outro, cada grupo quer ser protagonista, o mais perigoso de tudo é que esta coisa está sendo empurrada para o nível religioso, algo que é perigosíssimo. Sinto pena das pessoas que apoiam esses sujeitos que querem dividir o país, mas vou te dizer uma coisa, este país nunca foi dominando, quem acha que poderá se aproveitar da situação de instabilidade para fazer os seus acordos irresponsáveis que comprometem a segurança e o interesse de povo da Guiné-Bissau vai ser derrotado mesmo ganhando a eleição [...]. Quero lembrar a você que as figuras que nos primeiros 20 anos depois da independência assumiram o poder são de grupos minoritários, como é o caso do Luís Cabral, que era de grupo minoritário, e com Nino aconteceu a mesma coisa; mas o que se vê hoje é luta de grupos que supostamente são majoritários e a usar isso para chegar ao poder.” (Diálogo realizado em 08/01/2020).

Na percepção dessa interlocutora, a identidade étnica é usada com um único propósito, que é de chegar ao poder, e isso acontece entre os grupos com maior percentual numérico, algo que é inegável, na medida em que as personagens que são consideradas pivôs deste recurso são pessoas pertencentes aos grupos majoritários.

Atualmente, o país vive numa instabilidade política de cunho étnico, trazendo para o cenário atual as primeiras divergências manifestadas no início da criação dos movimentos de libertação nacional, evidenciando reminiscências étnicas na conformação da democracia. Desta maneira, constata-se uma total renúncia dos ideais de luta não apenas em relação à unidade com Cabo Verde, mas também com o propósito da unidade interétnica base das narrativas fundacionais da nação bissau-guineense (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.243-244).

Em decorrência da discussão que se faz em torno da instabilidade política na Guiné-Bissau, motivada pelas disputas políticas, é importante ressaltar que esta nação africana aderiu à democracia oficialmente em 1994, com a realização das primeiras eleições multipartidárias no referido ano. A partir de 1990, começaram as movimentações para a implementação desse sistema em vários lugares do continente africano, incluindo a Guiné-Bissau. No entanto, para isso acontecer era necessário que o país alterasse diversos pontos da sua carta magna, pois os poderes eram centralizados no regime de partido único, ou seja, na referida constituição dava o PAIGC a regalia de ser a única força partidária dirigente da Guiné-Bissau. Com extinção e a criação de algumas leis, aprovaram e permitiram a criação das outras forças partidárias, dando início oficialmente a abertura política nesse país africano.

De acordo com Cardoso (1995), Amado (2005) e Koudawo (2001), a Guiné-Bissau aderiu ao multipartidarismo por causa das pressões externas, como: Banco Mundial (B.M) e Fundo Monetário Internacional (F.M.I). Após do colapso dos países socialistas na guerra fria, a Guiné-Bissau não teve como se beneficiar mais de apoio dos seus maiores parceiros (a União Soviética, a Cuba e a China) e se deparou com uma grave crise econômica e acabou recorrendo as organizações financeiras internacionais, por duas vezes na década de 80 sem sucesso

Todavia, é importante destacar que após a realização da primeira eleição o país mergulhou em crises profundos. Assim, vale ressaltar que as tensões de ordem política e militar vividas desde a abertura democrática levou o país ao um conflito civil em 1998, que durou 11 meses e outros sobressaltos da mesma natureza durante os anos 2000 para o período atual, como as fortes tensões que foram vividas nas últimas eleições presidenciais de dezembro de 2019, em que o discurso étnico chegou ao seu ponto mais alto, tanto por parte de candidato de um dos partidos, me refiro nesse caso ao candidato do Movimento da Alternância Democrática (MADEM), Umaro Sissoco Embaló, assim como por parte dos apoiadores de ambas as candidaturas⁴⁷ em disputas na segunda volta da eleição, o país viveu tensões políticas tomadas pelo discursos de pertencimento étnico no período eleitoral, após essa onda de instabilidade e mesmo com os recursos de contestação dos resultados eleitorais tramitando no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), seguiu com a tomada de posse por Umaro Sissoco Embaló candidato declarado vencedor pela Comissão Nacional de Eleição (CNE).

Considerando os fatos decorrentes da eleição com recursos e a tomada de posse do candidato declarado vencedor, aconteceu uma série de atos que, segundo algumas análises dos comentaristas em diferentes órgãos de mídia, era inconstitucional por parte do Umaro Sissoco Embaló, como a substituição através da demissão por decreto presidencial do governo do PAIGC instituída a partir dos resultados eleitorais da eleição legislativa do março de 2019 por um novo governo com base dos partidos e movimentos que apoiaram a candidatura de Umaro Sissoco na segunda volta liderado por Nuno Nabian, assim, houve resistência por parte do PAIGC que via esse ato como inconstitucional o que levou uma forte confrontação jurídicas e de discursos em que cada grupo buscava provar a sua legitimidade que por conseguinte acabou por ditar o uso de força por parte de grupo liderado por Nuno Nabian, roubando carro e intimidando os membros de governo do PAIGC liderado por Aristides Gomes⁴⁸, porém, durante todo esse desenrolar tanto da realização e acompanhamento de eleição, assim como os atos subsequentes à eleição teve a mediação de uma organização regional, nesse caso, me refiro à

⁴⁷ Domingos Simões Pereira era o candidato apoiado pelo PAIGC em disputa na segunda volta com o Umaro Sissoco Embaló apoiado pelo MADEM.

⁴⁸ C.f notícia DW <https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-umaro-sissoco-embal%C3%B3-demite-governo-de-aristides-gomes/a-52579077>.

Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)⁴⁹. Entretanto, Segundo Djau (2016, p.28) a Guiné-Bissau sempre contou com países parceiros e organizações internacionais que ao longo do período pós-independência tiveram uma participação ativa na busca de consenso e de resolução dos conflitos.

Os esforços destinados a restaurar a paz entre os opositores começaram a surgir dos mais variados quadrantes. Para além de iniciativas internas, de autoridades religiosas, tradicionais e parlamentares, surgiram também iniciativas externas, sendo de destacar ao nível bilateral as contribuições do Senegal, Angola, Guiné-Conacri e Portugal e ao nível multilateral a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Esse esforço da comunidade internacional que se traduz na ajuda de resolução de conflitos e de criação de consensos entre diferentes atores em disputas, no período recente vem recebendo fortes contestação como se percebe na mídia, pelo fato de que a capacidade e a vontade de fazer isso acontecer deixa os guineenses em dúvidas, um dos exemplos disso é o posicionamento da comunidade internacional nomeadamente CEDEAO⁵⁰ a respeito da onda de instabilidade motivada pela última eleição presidencial de dezembro de 2019. Vale destacar que o próprio CEDEAO que nos últimos 10 anos passou assumir o protagonismo de ajudar na restauração da normalidade constitucional e o fortalecimento das instituições democráticas, por esses motivos colocou um contingente militar que atua na Guiné-Bissau desde golpe militar de 12 de abril de 2012 até o 2020 com propósitos de dar segurança as instituições democráticas e os seus titulares. Mesmo com essa presença ativa não conseguiu travar as ações decorrentes da eleição presidencial de 2019, a qual os juízes de Supremo Tribunal foram ameaçados e não conseguiram produzir decisões a tempo sobre o recurso da candidatura emitido pela candidatura do Domingos Simões Pereira, espancamentos de ativistas e prisão de alguns membros de governo do PAIGC.

De modo geral, percebe-se que o multipartidarismo e as novas narrativas nacionais do estado guineense é marcado por tensões da ordem étnica, assim, vale ressaltar que esses conflitos emergem de inúmeras questões, como nessa seção tivemos a oportunidade de apresentar, o recurso étnico tanto usado nas eleições, são as questões que os meus interlocutores/as veem como algo que coloca em risco a “unidade” e o respeito pela diversidade e que supostamente poderia levar o país a uma ruptura e conflitos étnicos entre diferentes grupos.

⁴⁹ C.f Sapo <https://desporto.sapo.pt/video/IrOtQA5PFnc7oOhCmzt2>.

⁵⁰ C.f a matéria da VOA <https://www.voaportugues.com/a/guin%C3%A9-bissau-interven%C3%A7%C3%A3o-da-cedeao-questionada-no-debate-eleitoral/5171012.html>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou contribuir para se pensar a constituição das narrativas sobre a identidade nacional alicerçada na ideia da unidade e diversidade em Guiné-Bissau. Considerando isso, viu-se que o debate da identidade nacional na Guiné-Bissau assume um caráter bastante peculiar devido à tessitura complexa de diferentes povos que se articularam, por via da demarcação ou de negociação, ao longo de séculos, para viabilizar os seus respectivos *Tchon* e modos de vida. Entretanto, esse estudo procurou apresentar como a categoria *Tchon* serviu-se de uma importante variável para compreender a diversidade e que para isso, como fenômeno que permite a compreensão sobre o efeito da definição dos conceitos da nação e da etnia, acabando, assim, por confirmar a singularidade da formação da nação guineense.

Por se tratar de um estudo sobre a identidade nacional da Guiné-Bissau, que instiga compreensão sobre a etnicidade, vale destacar que este não é hoje, mas são estudos focais como este que podem trazer luz ao tema. Voltando aos anos de independência, podemos notar que esse debate já causava incômodo. A política de Amílcar Cabral, líder carismático do PAIGC, não era apagar as identidades étnicas, tendo usado, pelo contrário, essa identidade como base para a constituição da identidade nacional. Ou seja, Cabral (2011, p.46) “não considerava a etnicidade um problema em si mesmo, mas acreditava que ela poderia se tornar um problema se fosse explorada por oportunistas interesseiros”.

Exposto isso, aproveito para reforçar as duas questões elementares do debate da identidade na Guiné-Bissau que aqui foi discutida; a primeira se enquadra na perspectiva de que a busca pela identidade nacional esteve, desde cedo, fortemente atrelada à Luta de Libertação Nacional baseada na constituição de uma unidade a partir de duas perspectivas que são: étnica e binacional, que se ancora em princípios de uma sociedade socialista e à ética e moral revolucionária, que se caracterizava naquilo que o Amílcar Cabral apontava como o homem novo, portanto, observa-se como a inserção deste fato nas narrativas nacionais esteve associada a um projeto nacional territorial que defendia uma Guiné-Bissau unida de Norte ao Sul, mas dentro desta ordem da narrativa nacional encabeçado pelo PAIGC houve uma recusa aos vínculos étnicos, partindo do pressuposto de que a etnicidade e o nacionalismo eram inconciliáveis, acreditou-se que era necessário se pensar na Guiné-Bissau antes de qualquer coisa, o que consequentemente permite compreender que isso se caracteriza dos efeitos das

narrativas únicas, da construção de olhares que excluem outros processos e identidades na medida que a Nação em causa é composta por diversos grupos étnicos.

Vale ressaltar, também, que, no percurso da pesquisa sobre a identidade nacional na Guiné-Bissau atrelada à ideia da unidade e da diversidade, acabei chegando em diferentes formas de identificação de como esta sociedade está organizada, em que as identidades estão ligadas ao pertencimento, origem e reconhecimento, porém a minha experiência etnográfica me permitiu concluir que a identidade nacional na Guiné-Bissau é a manifestação de *Guinendade/i*, e isso se deve à medida que este país é uma nação com uma diversidade étnica e cultural enorme, o que, conseqüentemente, faz dele carecer de um posicionamento claro das identidades étnicas, o que influencia os símbolos nacionais a sobrepôr e se expressar como coletivos. Portanto, posso afirmar que neste trabalho, ao investigar os significados da identidade nacional, encontro modos de narrar diferentes valores nacionais em disputa.

Por ser uma nação que se tornou independente de Portugal a menos de meio século, tem vivido momentos difíceis na sua transição política, esses fatos são narrados e sucessivamente apontados por meus interlocutores, porém, compreende-se que esses eventos fazem parte do cotidiano dos guineenses e da narrativa nacional na Guiné-Bissau. Uma outra questão dessa dimensão que merece uma certa atenção, são os discursos que sustentam certas disputas políticas e do poder, a qual pertencimento étnico ainda é tomado como um dos recursos.

A minha experiência etnográfica me permitiu observar que os meus interlocutores se distinguem, claramente, entre Estado e Nação. Ao mesmo tempo em que são críticos da performance estatal, eles se identificam como uma nação una. O Estado é severamente criticado por esses interlocutores que veem a população guineense como vítimas dos conflitos e disputas entre os políticos e militares. Por contraste, sua identificação com a nação é bastante pronunciada. Esse sentimento unifica os guineenses através das fronteiras étnicas e religiosas que se manifestam através da categoria *Guinendade/i*.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Leopoldo. Guiné-Bissau: 30 anos de independência. **Africana studia**, Porto, n. 8, p. 109-135, 2005.
- AMSELLE, J. L.; M'Bokolo, E. **No centro da etnia**: etnias, tribalismo e Estado na África. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2017.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escomburo**: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas fronteiras. *In*: POUTIGNAT, P. *et al.* **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 185-228.
- BAUER, Otto. A vação. *In*: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 45-84.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 110 p.
- BIJAGÓ, Vagner Gomes. **Os Golpes de Estado na Guiné-Bissau**: o cotidiano do poder no contexto da diversidade étnica e da construção nacional. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, UFAL, Maceió, 2011.
- BORDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. *In*: BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 17-58.
- CABRAL, A. A questão da língua. **Papia-Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, Local, v. 1, p. 59-61, 1990.
- CABRAL, Amílcar. **Guiné-Bissau**: nação africana forjada na luta. Lisboa: Nova Aurora, 1974.
- CABRAL, A. **Libertação nacional e cultura**. Lisboa: Edições 70, 2011. Textos coordenado por Manuela RibeiroSanches.
- CAHEN, M. Lusitanidade, “lusofonidade” e modernidade: um mergulho nos conceitos de identidade e de nação. **Espítome**, Porto, n. 5, p. 123-149, 2001.
- CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau**: da luta armada à construção do Estado-Nacional e diversidade Étnica (1959-1994). 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- CARDOSO, Carlos. **A formação da elite política na Guiné-Bissau**. São Paulo: Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2002. Occasional Pappers. Disponível em:

http://cea.iscte.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=24 Acesso em: 17 set. 2017.

CARDOSO, Carlos. Ki-Yang-Yang: uma nova religião dos Balantas? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, n. 32, p. 3-15, 1991.

CARDOSO, Carlos. **Transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil**. Bissau: Instituto nacional de estudos e pesquisas, 1995.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. *In*: CASTELLS, Manuel. **A era da informação: Economia, sociedade e cultura**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. v. 1.

CIAMPA, A. C. (2004). Identidade. *In*: LANE; S. T. M.; CODO, W. (org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 58- 75.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DJALÓ, Mamadú. **A interferência do Banco Mundial na Guiné-Bissau: a dimensão da educação básica – 1980-2005**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

DJAU, Malam. **Trinta anos de golpes de Estado na Guiné-Bissau: uma análise da elite militar**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciência Humana, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

DUARTE, A. P.; LIMA, M. L. **Análise dos conteúdos da identidade associada aolugar**. **Psicologia**, Lisboa, v. 19, n. 1, p. 193-226, 2005.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Edição resumida e introdução Eva Gillies. Tradução Eduardo Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: JorgeZahar Ed., 2005.

FALKEMBACH, E. M. Socialização e individuação: MST, uma estilística da resistência. **Coleção Fronteiras da Educação**. Ijuí: Unijuí, 2016.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 275 p.

FOCNA, Salomão Moreira; GABARRA, Larissa Oliveira. Carnaval do *Ntuduru*: diversidade cultural e identidade nacional. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 15, n. 29, p. 119-142, 2019.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In:* GASKELL, George; BAUER, Martin W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. cap. 3.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GILROY, P. **Entre campos: nações, cultura e o fascínio da raça**. Tradução de Celia Maria Marinho de Azevedo *et al.* São Paulo: Annablume, 2007.

GRUPOS étnicos da Guiné-Bissau. [S. l. : s. n.], 2020. Disponível em: <https://legacy.joshuaproject.net/international/pt/countries.php?rog3=PU>. Acesso em: 7 jan. 2020.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Tradução de Tadeu da Silva G. Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

INTIPE, Bernardo Alexandre; TIMBANE, Alexandre Antônio. O papel do crioulo nas narrativas guineenses: aspectos sócio-históricos. **Revista Carolina**, Cidade de Goiás, v. 1, n. 2, p. 36-46, jul. 2019

JALÓ, Mamadú. **Relações sul-sul: a cooperação Brasil – Guiné-Bissau na educação superior no período de 1990 – 2011**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

KOHL, C. Construindo a nação na África pós-colonial: o exemplo de Guiné-Bissau. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 39-71, 2011.

KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal**. Bissau: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa, 2001.

LOPES, Carlos. **Kaabunké: espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Cassamance Pré-Coloniais**. Lisboa: CNCDP, 1999.

LOPES, Carlos. O Kaabu e os seus Vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 32, p. 9-28, 2005.

LUVIZOTTO, CK. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 93 p.

MAUSS, Marcel. **Sociedad y ciencias sociales**. Barcelona: Barral Editores, 1972.

MATEUS, Dalila Cabrita. **A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC**. Lisboa: Editorial Inquérito, 1999. 299 p.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, ano 23, n. 1, p. 171-209, 2001.

MENDY, Peter Karibe. A Herança colonial de o desafio da integração. **Revista SORONDA: revista dos estudos guineenses**, Bissau, p 3-37, 1993.

MONE, Dabana na. **A Luta pela Independência na Guiné-Bissau e os Caminhos do Projeto Educativo do PAIGC: etnicidades como problema na construção de uma identidade nacional**.

2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulis, Araraquara, 2014.

MUDIMBE, Valentin-Yves. **A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento.** Tradução Fabio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2019. (Coleção África e os africanos).

NHAGA, Ghorque Joaquim. **Formação de Identidade Nacional na Guiné-Bissau.** 2011. Monografia (Bacharel em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais/Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 47-77, abr. 1998.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RENAN, Ernest. O que é a nação *In*: ROUANET, Maria Helena (org.). **Cadernos da Pós/Letras–Nacionalidade em questão.** Rio de Janeiro: UERJ, 1997. p. 12-43.

SANTY, Boaventura Rodrigues Vaz Horta. **As representações sociais das mudanças do clima e suas implicações no processo de territorialização: os Bijagós da Ilha de Formosa, Guiné-Bissau.** 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciência Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

SANTY, Boaventura Rodrigues Vaz Horta. Dimensões sociopolíticas de adaptação às mudanças climáticas na Guiné-Bissau. 2016. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

SANTY, Boaventura Rodrigues Vaz Horta; VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. Políticas de adaptação às Mudanças Climáticas na Guiné-Bissau: Os antecedentes Históricos para Entender os Desafios Sociais Cumulativos. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, v. 55, p. 35-69, 2017.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e Direitos Humanos: Alteridade e Ética no Movimento da Expansão dos Direitos Universais. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 207-236, 2006.

SEMEDO Rui Jorge da Conceição Gomes. **PAIGC: a fase do monopartidaríssimo na Guiné-Bissau.** 2009. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

TEIXEIRA, Fernando. **Guinendade como ideologia Nacional.** Bissau: [s. n.], 2019. Disponível em: <http://www.gbissau.com/tag/opiniao-a-guinendade-como-ideologia-nacional/>. Acesso em 17 de out. 2019.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo-Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o estado.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2015.

TRAJANO FILHO, Wilson. Outros rumores de identidade na Guiné-Bissau. **Seria Antropologia**, Brasília, DF, v. 279, p. 1-31, 2000.

VIDAL, T.; POL, E.; GUÀRDIA, J. Um modelo de apropiación del espacio mediante ecuaciones estructurales. **Medio Ambiente y Comportamiento Humano**, Tenerife, v. 5, 27-52, 2005.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.